



SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
CRP 12ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

**AÇÕES REALIZADAS PELO CRP-12 RELACIONADAS
AO CONJUNTO DE DELIBERAÇÕES DO IX CONGRESSO
REGIONAL DE PSICOLOGIA E IX CONGRESSO NACIONAL DA
PSICOLOGIA**

Florianópolis, março de 2019.

Diretoria

Conselheiro Presidente: Fabricio Antônio Raupp
Conselheira Vice-Presidenta: Pâmela Silva dos Santos
Conselheira Tesoureira: Rodrigo Gomes Ferreira
Conselheiro Secretário: Ematuir Teles de Sousa

Conselheiras(os) Efetivas(os)

Elisa Rita Ferreira de Andrade - CRP12/08076
Ematuir Teles de Sousa - CRP12/12502
Fabricio Antonio Raupp - CRP12/08012
Jaira Teresinha da Silva Rodrigues - CRP12/01706
Joseane de Oliveira Luz - CRP12/10914
Junior Cesar Goulart - CRP2/11136
Marcos Henrique Antunes - CRP12/11069
Nasser Haidar Barbosa - CRP12/06609
Pâmela Silva dos Santos - CRP12/09493
Rodrigo Gomes Ferreira - CRP12/14178
Simone Vieira de Souza - CRP12/01489
Marivete Gesser - CRP12/05091
Paulo Roberto Wovst Leite - CRP12/13601

Conselheiras(os) Suplentes

Alexandre Donisete Aleixo - CRP12/13582
Joice Danusa Justo - CRP12/07017

Equipe do CRP-12

Abel Willian Chagas da Silva - Assistente Administrativo
Alfran Marcelo Ribas Freitas - Assessor Jurídico
Andréia Lissandra Zimmermann - Auxiliar Administrativo
Andressa Pereira Rocha Schnorr - Auxiliar Administrativo
Bruno Moises Romanha de Oliveira - Auxiliar Administrativo
Daniela Bortoli - Gerente
Daniela Furlan - Psicóloga Assistente Técnica
David Alves Lopes - Assessor Contábil
Dayane Suelen de Moraes - Psicóloga Assistente Técnica
Flávia Elisa Haut - Psicóloga Assistente Técnica
Gabriel Bispo dos Santos - Jovem Aprendiz
Iramaia Ranai Gallerani - Psicóloga Assistente Técnica
Janaína Scapinello - Auxiliar Administrativo
Kátia Denise R. Pacheco Jacques Dias - Auxiliar Administrativo
Kênia Mara de Souza Araujo - Auxiliar Administrativo
Letícia Just Guerra - Coordenadora Técnica
Lucila de Castro Neves - Psicóloga Assistente Técnica
Mariane de Souza Campos - Auxiliar Administrativo
Nathalia Barth Truppel - Estagiária
Nelson Ribeiro Araújo - Auxiliar Administrativo
Pâmela Lunardelli Trindade - Psicóloga Assistente Técnica
Priscila de Abreu - Psicóloga Assistente Técnica
Rafael de Souza Pires Pereira Auxiliar Administrativo
Rogério Schmidt - Recepcionista
Rudinei Luiz Beltrame - Assessor da Diretoria e de Políticas Para a Profissão
Sidiane Kayser dos Santos Schwinzer - Assessora de Comunicação
Soraia Lanznaster da Costa Pereira - Auxiliar Administrativo
Vanessa Espindola da Silva - Auxiliar Administrativo
Vinícius Roberto Maciel - Estagiário
Virgínia Naide Silva - Auxiliar Administrativo
Vitor Augusto Perão Jovem Aprendiz

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	8
1. CRP-12 EM NÚMEROS	9
EIXO I - ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA CONSELHOS E APERFEIÇOAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE DIÁLOGO COM A CATEGORIA E SOCIEDADE	17
1.1 POLÍTICAS DE REGIONALIZAÇÃO DO CRP-12	18
1.1.1. <i>Descentralização dos processos e atendimentos</i>	19
1.1.2. <i>Atendimento Técnico</i>	19
1.1.3. <i>Uso da Sede e Subsedes</i>	20
1.1.4. <i>Concurso Público do CRP-12</i>	20
1.1.5. <i>Equipe do CRP-SC recebe treinamento do Sistema de Informática SISCAP</i>	20
1.1.6. <i>Psicologia, Políticas Públicas e Controle Social</i>	21
1.2. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCS	23
1.2.1. <i>“Fala Psi”: campanha de vídeos mensais sobre temas atuais da Psicologia</i>	25
1.2.2. <i>Post mensal sobre temas de interesse da Psicologia</i>	26
1.3. ASSEMBLEIA ORÇAMENTÁRIA	26
2. ELEIÇÕES NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA	28
2.0.1. <i>Eleição da Comissão Regional Eleitoral - CRE</i>	29
3.0. CONGRESSO REGIONAL E CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA - CNP	30
3.0.1. <i>Edição especial do Caderno Temático do 10º CNP</i>	30
3.0.2. <i>Pré-Congressos de Psicologia</i>	30
3.0.3. <i>Pré-Congresso de Caçador aborda a promoção de direitos e igualdade social</i>	31
3.0.4. <i>Pré-congresso Região Sul</i>	32
3.0.5. <i>Pré-congresso Região do Vale do Itajaí</i>	32
3.0.6. <i>Pré-congresso Região Grande Florianópolis</i>	33
3.0.7. <i>Pré-congresso Região Oeste</i>	34
EIXO II - CONTRIBUIÇÕES ÉTICAS, POLÍTICAS E TÉCNICAS AO PROCESSO DEMOCRÁTICO E DE GARANTIA DE DIREITOS	36
3.1. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)	37
3.1.1. <i>Atendimentos de orientação e fiscalização do CRP-12 em 2018</i>	37
3.1.2. <i>Cerimônias de Entrega de Carteira Profissional – CIP</i>	38
3.1.3. <i>Orientação Itinerante</i>	40
3.1.4. <i>Roda de conversa sobre elaboração de documentos psicológicos</i>	41
3.1.5. <i>Roda de Conversa sobre Sigilo Profissional e Elaboração de Documentos Psicológicos</i> ..	41
3.1.6. <i>Reunião ampliada de debate sobre a precarização das políticas públicas de saúde e de assistência social</i>	42
3.1.7. <i>Relatório da Ação de Fiscalização dos Órgãos Públicos</i>	43
3.1.8. <i>Nova edição da Cartilha de Estágios em Psicologia</i>	44
3.2. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA – COE	45
3.2.1. <i>Tramitação processual</i>	45
3.2.2. <i>Reunião Nacional de COEs e de COFs e COEs</i>	47

3.2.3. Oficinas de Orientação e Ética.....	48
3.2.4. Mediação.....	48
3.2.5. Diálogo sobre Mediação nos Processos Éticos.....	50
3.3. COMISSÃO DE ANÁLISE DE TÍTULO DE ESPECIALISTA – CATE.....	51
3.4. CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP).....	53
3.4.1. Mapeamento por Área de Atuação e participação em espaços de Controle Social e Espaços Coletivos que visem a Cidadania.....	55
3.4.2. Atuação de Psicólogas(os) em Saúde Suplementar.....	55
3.4.3. Cartilha Concursos.....	57
3.4.4. Projetos Estaduais.....	58
3.4.5. Atuação de Psicólogas(os) na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).....	59
3.4.6. Reuniões Nacionais.....	60
3.4.7. Seminário Nacional Políticas Públicas.....	61
3.5. III CONGRESSO CATARINENSE DE PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO.....	62
3.5.1 Homenagem do CRP-12 a profissionais que contribuíram para o desenvolvimento da Psicologia em SC.....	62
3.5.2. Oficinas e Minicursos.....	63
3.5.3. Conferências.....	65
3.5.4. Mesas redondas.....	68
3.5.5. Encontro de Articulação em Defesa dos Direitos Humanos no Estado de Santa Catarina.....	68
3.5.6. Apresentações culturais produzem potência aos debates e reflexões do Congresso.....	69
3.5.7. O CNP no Congresso Ciência e Profissão.....	70
3.5.8. Lançamento da campanha contra o preconceito a usuária e o usuário do SUAS.....	70
3.5.9. Instalação CRP-12 25 anos.....	71
3.5.10. Tenda Mulheres e Psicologia.....	72
3.5.11. Lançamento de livros e apresentação de pôsteres.....	72
AÇÕES DIVERSAS POR CAMPO DE ATUAÇÃO.....	74
4.0.1 Atividades integradas nas regiões Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina.....	75
4.0.2. CRP-SC participa da etapa Sul do IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas.....	75
4.0.3. Audiência Pública contra o Ensino EAD para os cursos da área da saúde.....	76
4.1. PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	77
4.1.1. Seminário Estadual do FETSUAS.....	77
4.1.2. Psicologia e Inclusão - Semana Inclusiva da Grande Florianópolis.....	78
4.1.3. Campanha combate o preconceito contra a(o) usuária(o) do SUAS.....	78
4.2. PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO.....	80
4.2.1. Ano da formação em Psicologia – Regional Sul.....	80
4.2.2. Experiências docentes em psicologia: em foco o Pibib.....	81
4.3. PSICOLOGIA NA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA.....	83
4.3.1. Luta contra terceirização no TJ termina com parecer favorável às(aos) trabalhadoras(es).....	83
4.3.2. Ampliação das vagas de psicólogas no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.....	85

4.3.3. II Seminário a atuação dos Psicólogos(os) na interface com a justiça.....	85
4.4. PSICOLOGIA E SAÚDE	87
4.4.1. Caderno Temático de Orientação Sobre Psicologia e Saúde Suplementar	87
4.4.2. Organização do IV Seminário de Atenção Psicossocial.....	88
4.4.3. CRP-SC participa de Seminário sobre Saúde Mental em Brasília	89
4.4.4. Semana da Luta Antimanicomial	89
4.4.5. Seminário Estadual de Práticas em Saúde Mental e Desafios Intersetoriais	91
4.4.6. II Simpósio de Psico-Oncologia do Cepon.....	91
4.4.7. I Simpósio de Psicologia Hospitalar e Psico-oncologia	92
4.4.8. Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis - CMS	92
4.5. PSICOLOGIA DO TRABALHO.....	93
4.5.1. CRP-SC reforça importância da Psicologia organizacional em reunião na Celesc.....	93
4.5.2. CRP-SC participa do I Encontro Nacional de Comissões de Psicologia Organizacional e do Trabalho – CPOT	94
4.6. PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS.....	95
4.6.1. Rede de Articulação Psicologia Povos Indígenas, quilombolas, de terreiro, tradicionais e em luta por território de Santa Catarina	95
4.6.2. Rede de Articulação Psicologia e CRP-SC promovem rodas de conversa com indígenas ..	96
4.6.3. Campanha Nacional de Direitos Humanos	97
4.6.5. Saúde mental de grupos minoritários em tempos de rupturas democráticas.....	97
4.6.6. Audiência Pública sobre as políticas de imigração para o estado	98
4.6.7. Participação em audiência para debater sobre as políticas públicas para a população de rua em Santa Catarina.....	99
4.6.8. Comissão estadual pró-sistema de prevenção a tortura em SC	100
4.6.9. Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas.....	101
4.6.10. Seminário sobre o Impacto do Racismo na Saúde da População Negra	102
4.6.11. Oficinas sobre racismo em Chapecó, Joinville e Criciúma.....	102
4.6.12. Debate Online em alusão aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)	103
4.6.13. Debate online aprofunda questões ligadas ao racismo e à igualdade social.....	104
4.6.14. CRP-SC recebe Homenagem pela sua atuação na luta pela Cidadania LGBT	105
4.6.15. Combate à violência contra a Mulher	106
4.6.16. Campanha do Ônibus Lilás – Combate a violência contra a mulher.....	107
4.7. PARTICIPE – POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO E COLABORAÇÃO DO CRP-12	108
4.7.1. 1º Encontro do ano nos Polos Regionais do ParticiPE.....	109
4.7.2. 2º Encontro do ano nos Polos Regionais do ParticiPE.....	110
4.7.3. 3º Encontro do ano nos Polos Regionais do ParticiPE.....	110
4.8. CONTRIBUIÇÕES DO CRP-12 PARA A PSICOLOGIA LATINO-AMERICANA	112
4.8.1. VII Congresso da Associação Latino-Americana para Formação e Ensino em Psicologia (ALFEPSI)	112
EIXO III - AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO ESTADO DE GARANTIA DE DIREITOS	113

5.0.1. Nota de posicionamento do CRP-12 sobre a escuta especializada e o depoimento especial	114
5.0.2. NEPAS vem a público manifestar seu veemente repúdio aos cortes de orçamento no SUAS e à consequente precarização da Política Pública de Assistência Social	117
5.0.3. Nota orientativa - Avaliação Psicológica em Concurso Público da Prefeitura Municipal de Araquari	118
5.0.4. Nota de Posicionamento contrário ao Projeto de Lei 1748/2018, denominado de "Creche e Saúde Já"	120
5.0.5. Nota De Repúdio ao Descaso Com as Pessoas Indígenas Migrantes	122

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – CRP/12 apresenta o relatório anual de gestão de 2018. Nas páginas que seguem serão apresentadas as ações executadas no corrente ano, tendo como base o conjunto de propostas deliberadas no Congresso Regional de Psicologia de 2016, materializado e operacionalizado pelo planejamento estratégico do início de nossa gestão e as revisões anuais posteriores.

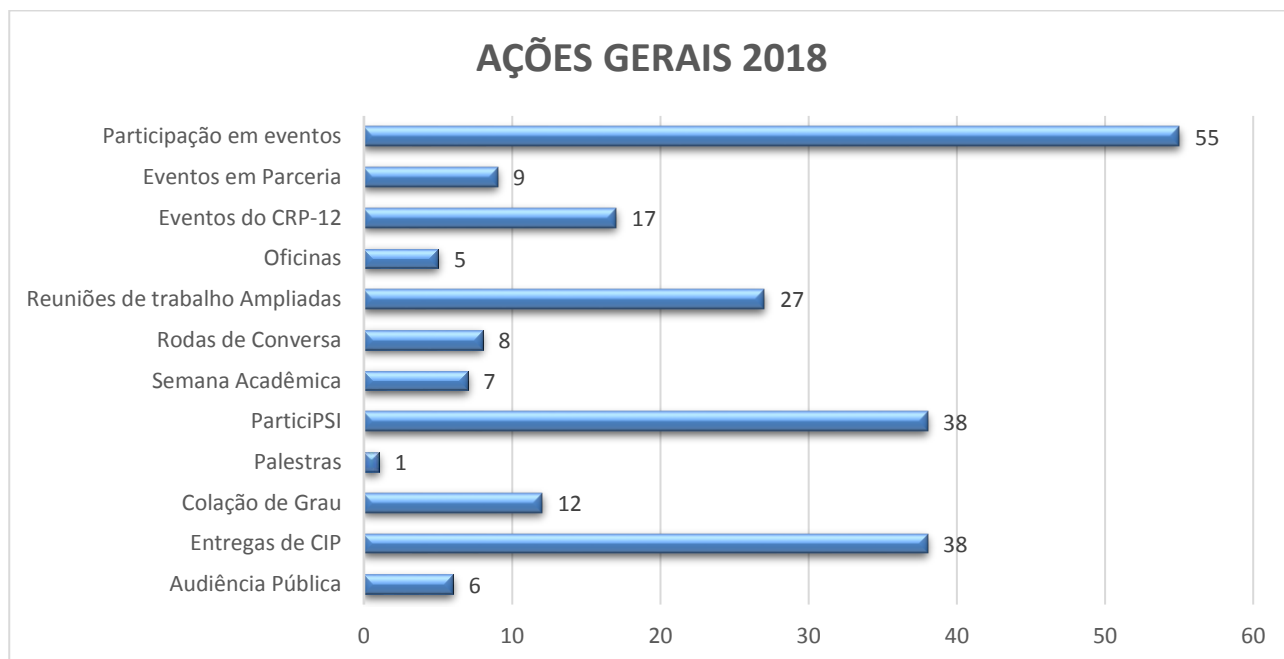
Nesse relatório, apresentamos ações que reafirmam o compromisso da autarquia com a gestão transparente e democrática, diretrizes que norteiam as ações deste conselho profissional há muitos anos e gestões. A gestão coletiva, que foi sempre um traço característico do Plenário. Assim se manteve a ciência de que coletivizar é uma grande estratégia em meio à exacerbação da individualidade e autopromoção que insistem em se reproduzir nos meios políticos e, também, na política da profissão. Ao falar da experiência, refiramo-nos à ação, ou melhor, dizendo, conjunto de ações vividas cotidianamente. Em nosso caso, alinhadas a um objetivo comum: a defesa dos direitos e das bases democráticas da sociedade por meio de nossa atuação profissional.

IX Plenário do CRP-12

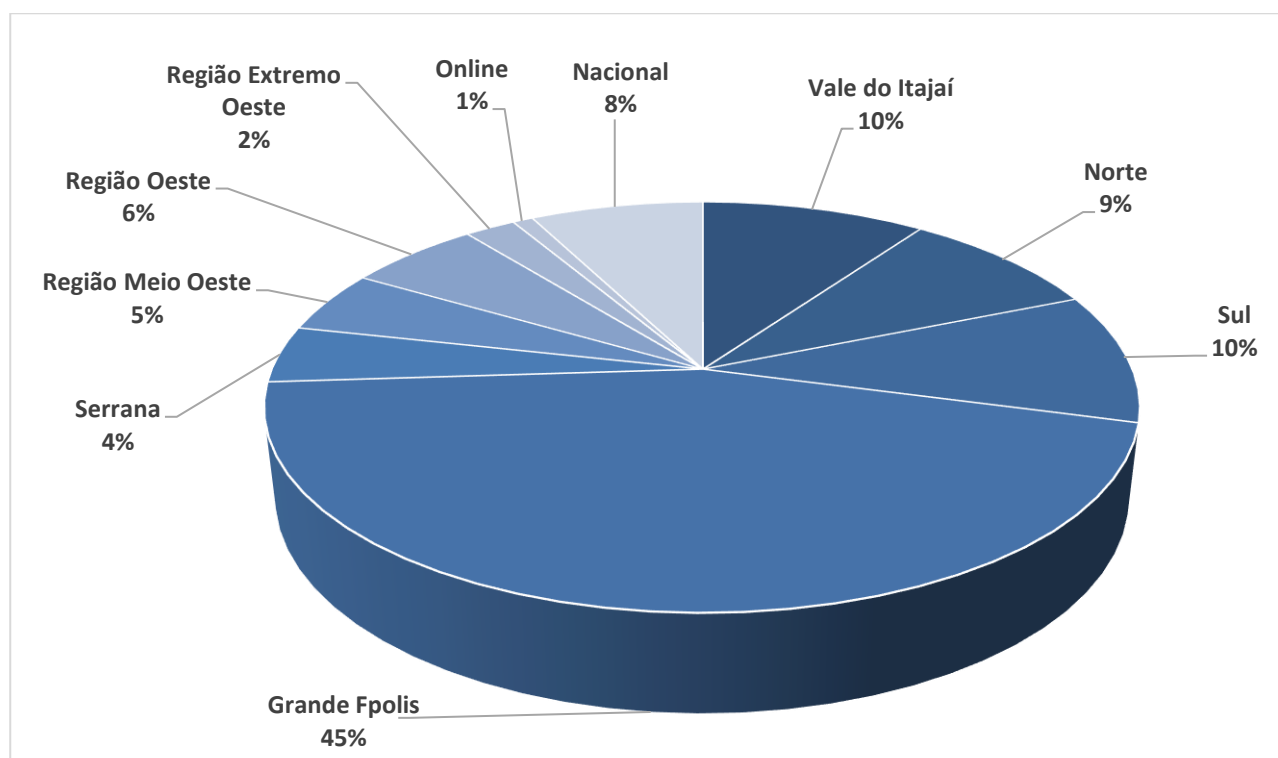
1. CRP-12 EM NÚMEROS

Anualmente, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região, realiza um conjunto de ações, conforme diretrizes do Congresso Regional e Nacional de Psicologia (COREP e CNP), bem como, embasado em seu planejamento estratégico, instrumento pactuado no início da gestão que leva em consideração as diretrizes aprovadas no COREP e a plataforma de gestão do IX Plenário.

Somente no ano de 2018 foram realizadas mais de 1100 atividades, conforme nossa agenda oficial, disponível no portal transparência do CRP-12: <https://transparencia.cfp.org.br/crp12/>. Destas atividades, 818 foram reuniões diversas de Plenária, Diretoria, Comissões, Núcleo, Eixos e Grupos de Trabalho. Outras 287 ações foram decorrentes de participação de audiência pública; entregas de Carteira de Identidade Profissional – CIP; participação em cerimônias de Colação de Grau; convites para ministrar palestras; eventos do Projeto ParticiPSI; Participações em Semana Acadêmica junto as universidades catarinenses; realização de rodas de conversa e reuniões de trabalho ampliadas para participação da categoria; realização de oficinas; eventos promovidos pelo CRP-12; eventos realizados em parceria com outras instituições; participações em eventos diversos, na condição de convidado; e representações nas reuniões do controle social, conforme mostra o gráfico abaixo:



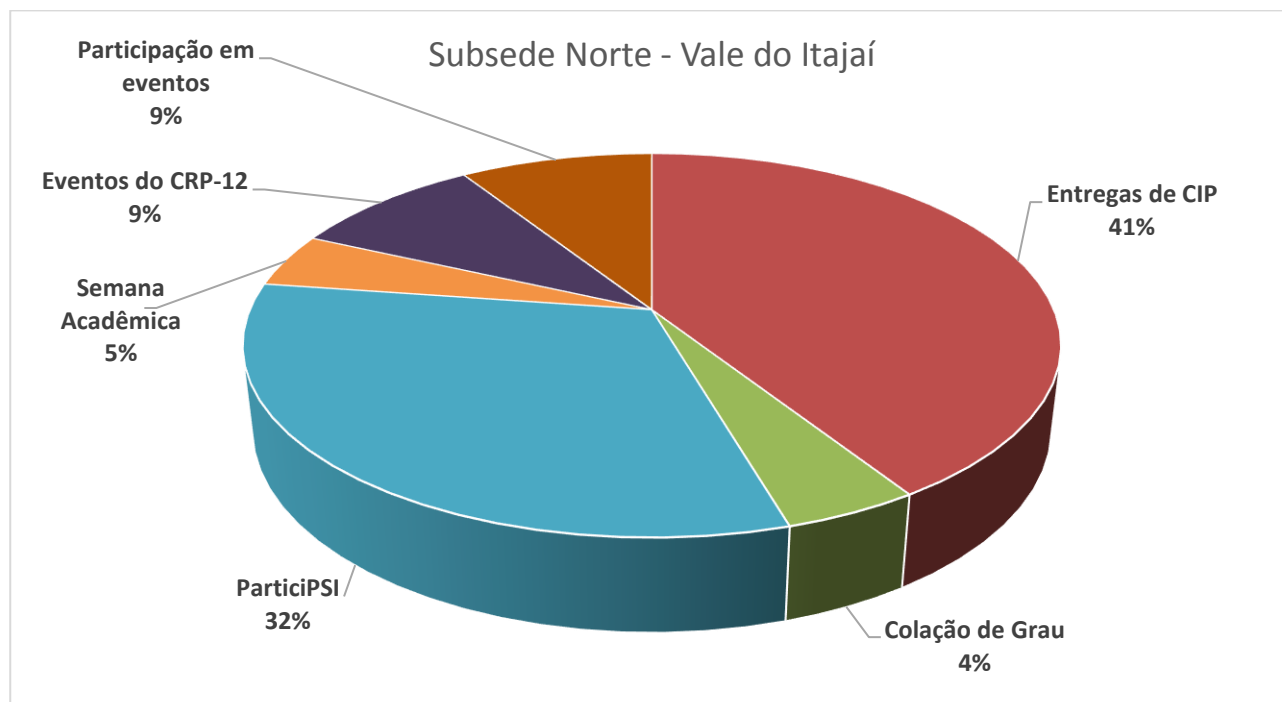
Outro dado importante de observar é a distribuição regionalizada das ações. Um dos projetos iniciados no VIII Plenário e aprimorado no IX Plenário do CRP-12 foi a regionalização das ações, em especial, com a consolidação das Subsedes na região Sul, Norte e Oeste. No gráfico abaixo, com exceção da Grande Florianópolis, podemos observar como ficaram distribuídas as ações de forma proporcional em todas as regiões do de SC. Vale ressaltar que a região da Sede teve uma concentração maior das atividades, pois, a maior parte dos eventos em que fomos convidados para participar, as audiências públicas e reuniões ampliadas ficaram concentradas nessa região.



Em números absolutos, temos as seguintes ações do CRP-12, por região:

Vale do Itajaí	Norte	Sul	Grande Florianópolis	Serrana	Região Meio Oeste	Região Oeste	Região Extremo Oeste	Online	Nacional
22	20	23	100	10	8	17	5	2	17

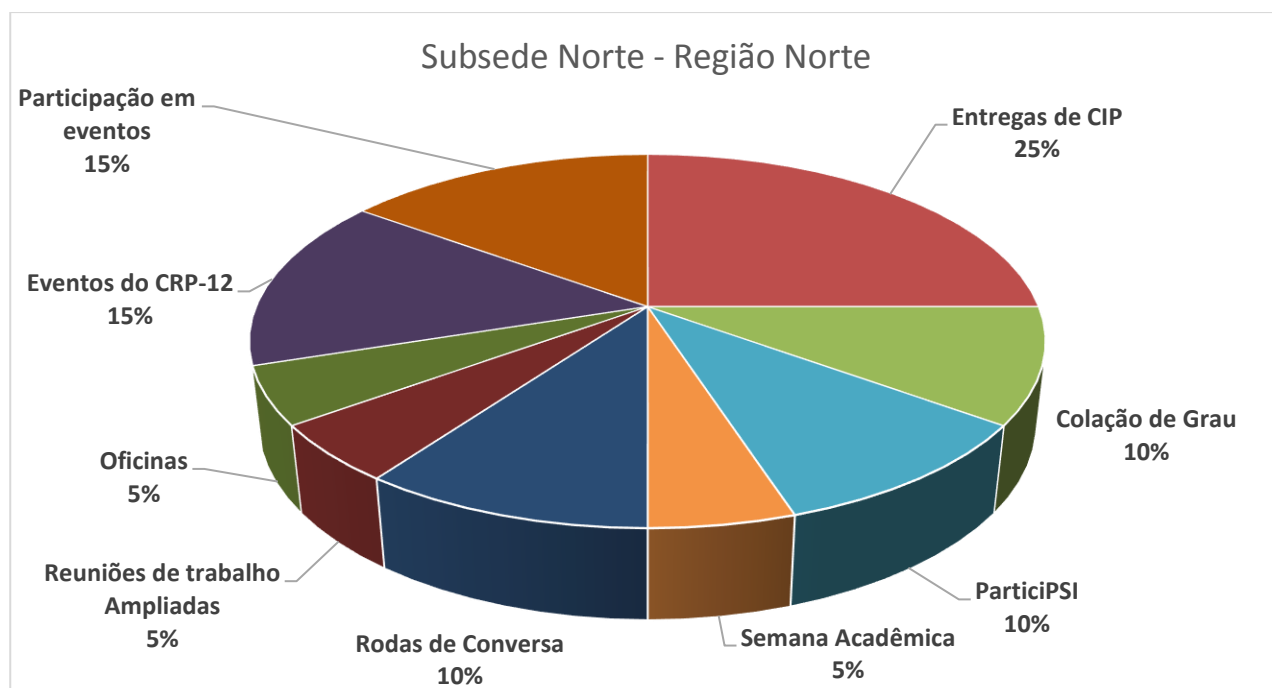
Em um esforço de demonstrar que tipo de ação foi realizada em cada região catarinense, passamos a seguir descrever o percentual de cada ação por região específica. Iniciamos pela região do Vale do Itajaí, o qual consideramos as ações realizadas nas cidades pertencentes as regiões geográficas imediatas de Blumenau e Rio do Sul.



Como podemos perceber, as Cerimônias de Entrega de Carteira Profissional e os encontros regionais do ParticiPsi se destacam entre as principais ações. Porém, pode se evidenciar uma participação importante na realização de eventos pelo CRP-12, participação em semana acadêmica, bem como, convidado em eventos de outras instituições. Entre os eventos promovidos pelo CRP-12, destaca-se o Pré- Congresso, realizado no dia 17 de novembro, em Blumenau, com o tema: Psicologia e Trabalho: reverberações nos sujeitos, instituições e na formação em Psicologia. Também se destaca o Projeto Orientação Itinerante, ação realizada pela Comissão de Orientação e Fiscalização, no dia 16 de outubro, em Rio do Sul.

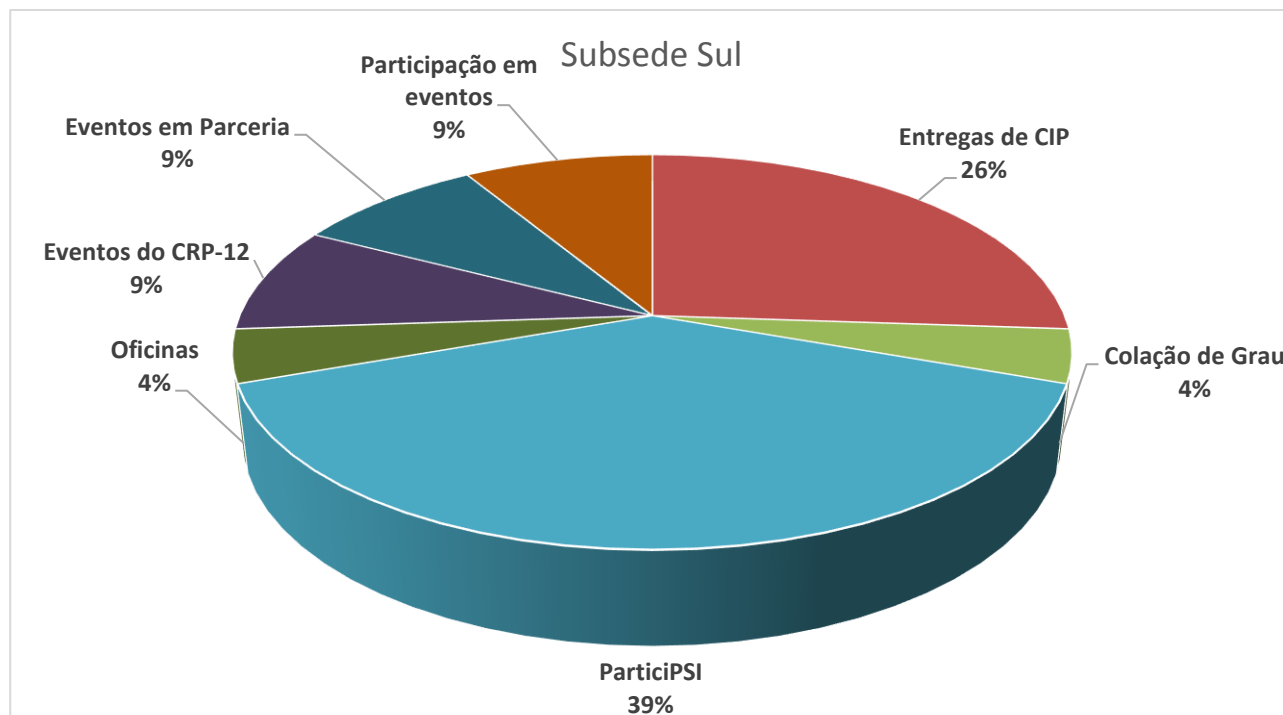
Na Região Norte, neste relatório, compreendido como ações realizadas nas cidades pertencentes as regiões geográficas imediatas de Joinville, Mafra, Rio Negrinho e Itajaí, se destaca as Cerimônias de Entrega de Carteira Profissional, realização de eventos pelo CRP-12 e participação em ações de outras instituições. Em uma proporcionalidade um pouco menos, se destacam as rodas

de conversa e os encontros regionais do ParticiPSI. Entre os eventos de outras instituições em que o CRP-12 contribuiu, podemos citar a participação da atividade Arte e Debate, promovido pela Associação Joinvillense de Teatro, no dia 07 de março; participação na Semana Inclusiva UnC – Porto União, no dia 12 de novembro; e no Seminário: Pelo Nosso Bem Viver - O Impacto do Racismo na Saúde da População Negra, no dia 25 de julho. Entre as reuniões ampliadas de trabalho, especial destaque a ação realizada na Aldeia de José Boiteux, pela Rede de Articulação Psicologia Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro e em Luta por Território, no dia 22 de setembro.



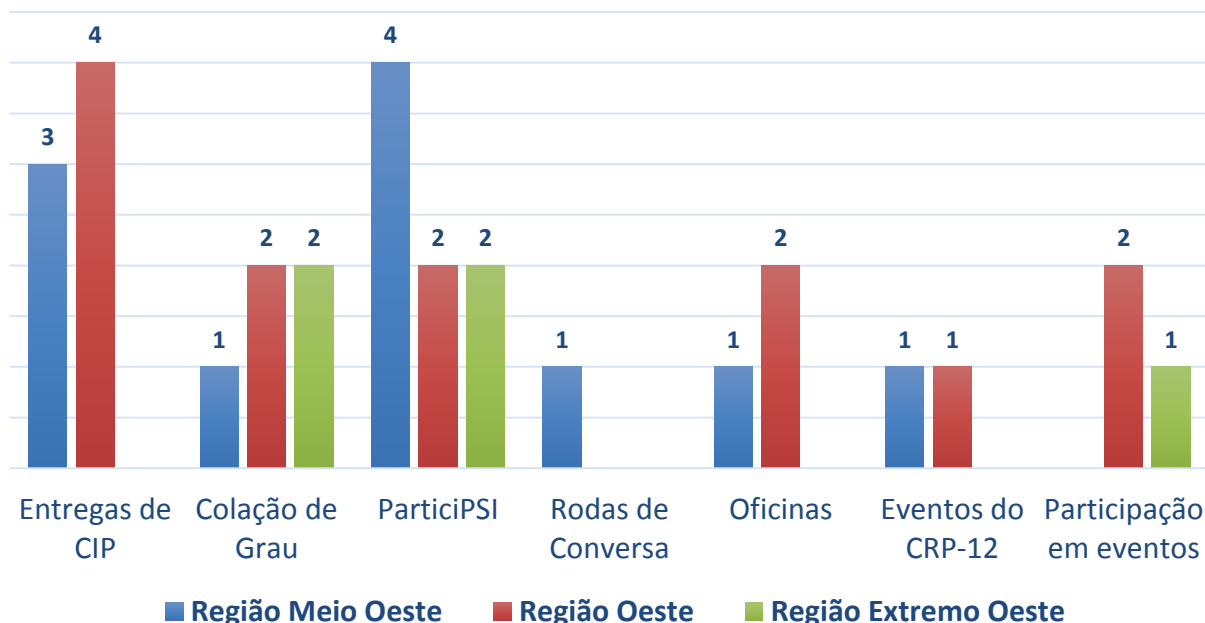
Na região pertencente a Subsede Sul, que compreende as cidades pertencentes as regiões imediatas das Tubarão, Orleans, Criciúma e Araranguá o foco maior das ações foram os encontros do ParticiPSI, as cerimônias de entrega de carteiras profissionais, eventos do CRP-12 e eventos em parceria. Em relação aos eventos em parceria, destacamos o I Simpósio – Desafio Atuais da Psico-Oncologia e o II Seminário sobre a atuação das psicólogas na interface com a justiça, ocorrido nos dias 20 e 29 de outubro, respectivamente. Em relação aos encontros do ParticiPSI, ocorreram nove no total, nas cidades de Orleans, Tubarão e Criciúma. Os encontros enfatizaram os temas sobre a contribuição da Psicologia no trabalho multidisciplinar, a atuação da psicologia em questão sobre relações raciais, a problematização da atuação no campo jurídico, com enfoque no depoimento

especial. Também foram abordados temas como empreendedorismo, publicidade e marketing na Psicologia, política de álcool e outras drogas e a precarização das Políticas Públicas.



Na Região da Subseção Oeste, foram realizadas 29 atividades, durante o ano de 2018, conforme exposto no gráfico abaixo. Entre as ações, destaca-se sete cerimônias de entrega de carteira profissional, dois pré-congressos (etapas preparatórias para o Congresso Regional e Nacional de Psicologia), três oficinas: uma sobre os efeitos psicossociais do racismo, 25 de maio; uma sobre elaboração de documentos por psicólogas(os) e o sigilo profissional, em Caçador, no dia 28 de setembro; e outra foi a oficina de ética, promovida pela Comissão de Orientação e Ética, na cidade de Xaxim, no dia 6 de junho. Além dessas atividades, destaca-se ações do ParticipiPSI na cidade de Concórdia, que abordou sobre o enfrentamento às violências contra as mulheres; o ParticipiPSI em Xanxerê que abordou sobre o transbordo da justiça para as políticas públicas de saúde e assistência social; o ParticipiPSI de Caçador que tratou sobre as questões éticas relacionadas ao psicodiagnóstico; e o ParticipiPsi realizado em São Miguel do Oeste que abordou o compromisso ético-político da Psicologia em Relação às questões de gênero e sexualidades.

Subsede Oeste

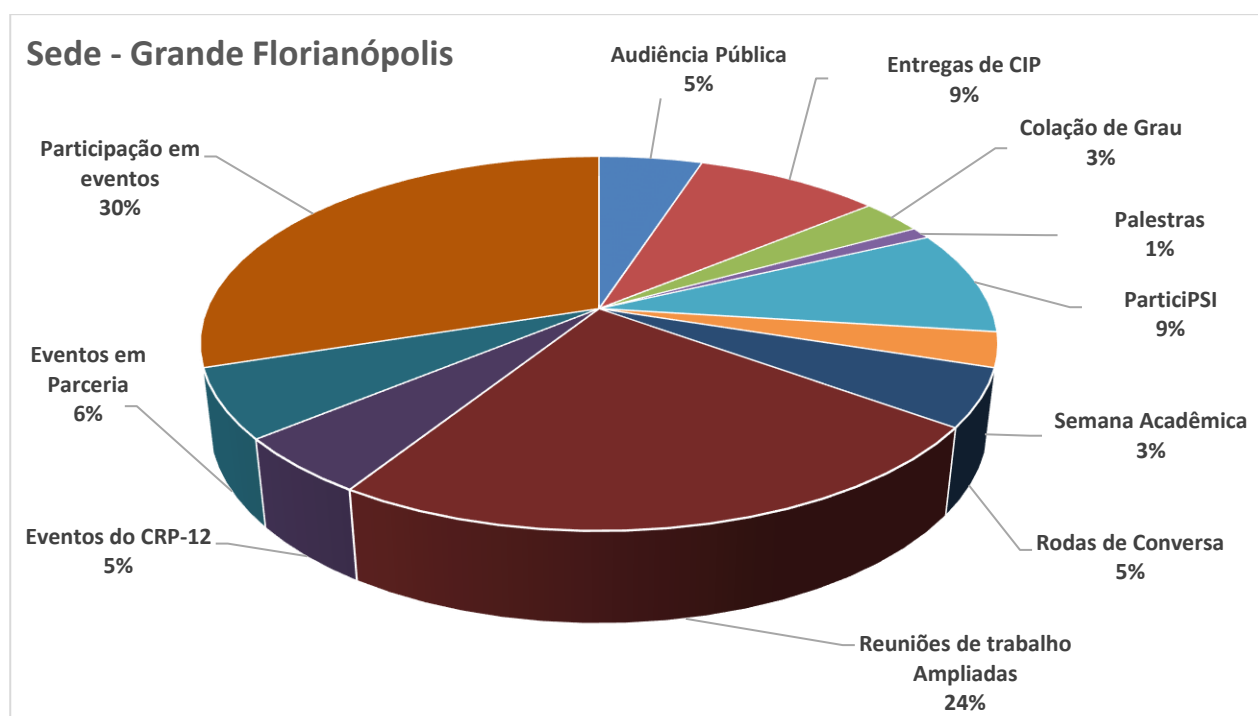


A Região da Grande Florianópolis concentrou mais atividades, em especial, pela participação em diversas atividades que ocorreram na Capital, Florianópolis. Foram 30 eventos em que o CRP-12 esteve presente contribuindo com as pautas da Psicologia Catarinense. Também destaca-se as parcerias estabelecidas para realização de eventos, como: a promoção do ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia – encontro regional sul; realização do evento "transgeneridades e cidadania: inclusão para uma nova realidade, em Balneário Camboriú; I Jornada de Psicologia Escolar e Educacional; Semana Inclusiva da Grande Florianópolis; Seminário Estadual do FETSUAS/SC. Além desses, destaca-se a realização de um grande Congresso Estadual, que foi o III Congresso Catarinense de Psicologia: Ciência e Profissão, ocorrido entre os dias 30 de agosto a 2 de setembro.

Outra atividade bastante concentrada na sede do CRP-12 foram as reuniões ampliadas de trabalho ocorreram na sede do CRP-12. Reuniões ampliadas são atividades que possibilitam a participação de psicólogas, colaboradoras e também com a articulação de outras instituições. Entre os temas das reuniões se destacam: reuniões da rede de articulação povos indígenas quilombolas, de terreiro tradicionais e em luta por território; reunião com representante da população em situação de

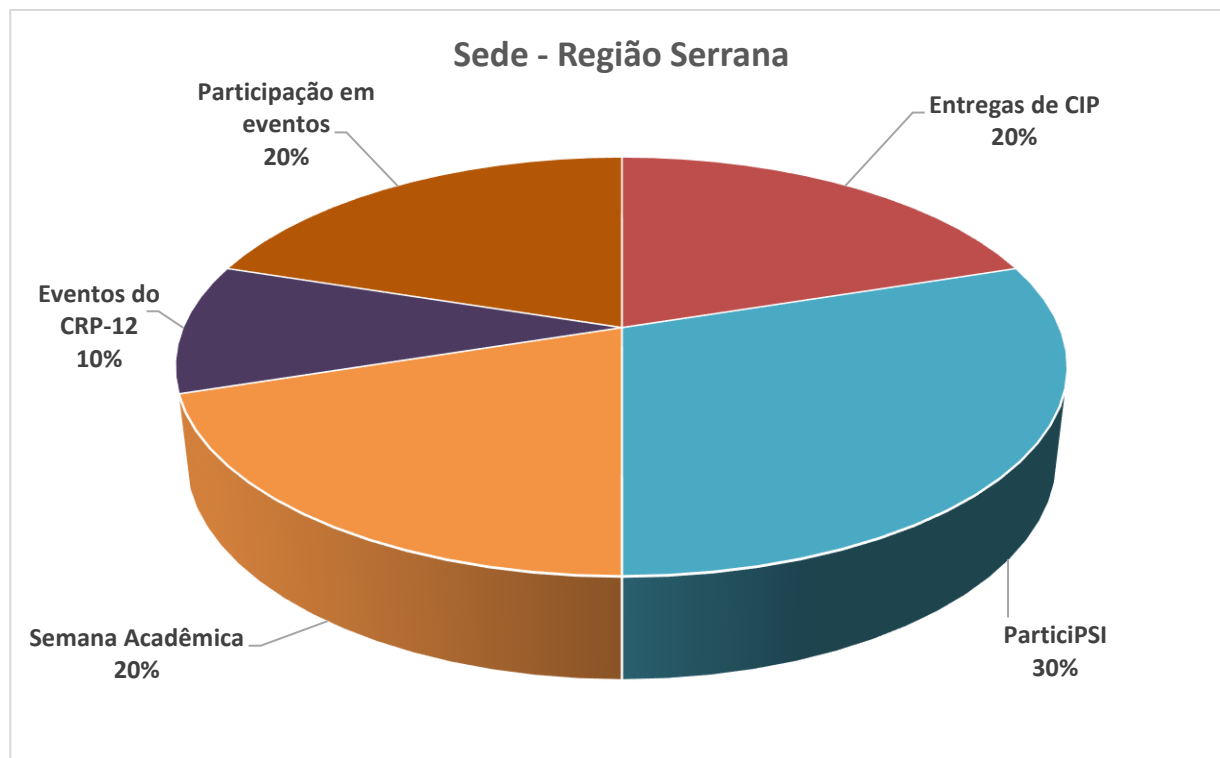
rua; reunião ampliada de articulação e defesa das políticas públicas de assistência social; reunião ampliada com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulheres – CEDIM; reunião ampliada sobre direitos LGBT; reunião ampliada sobre depoimento especial e ampliação de vagas no TJ; reunião ampliada da comissão mulheres e Psicologia - atividade alusiva aos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres; reunião ampliada de articulação da campanha de combate ao preconceito contra usuários e usuárias da assistência social, entre outras.

Outra atividade que elevou as ações em Florianópolis foram as cinco audiências públicas que teve participação do CRP-12, tanto na promoção, quanto na participação. São elas: Audiência Pública: políticas públicas para a imigração em Santa Catarina, no dia 21 de novembro; Audiência Pública: o papel da segurança pública na superação da violência, no dia 21 de maio; Audiência Pública: Ensino EAD para os cursos da área da saúde; no dia 18 de junho; Audiência Pública: população em situação de rua em Santa Catarina, no dia 04 de julho e no dia 06 de novembro.



Por fim, também pertencente a Região da Sede do CRP-12, o Planalto Serrano promoveu 10 ações em 2018, sendo elas três encontros do ParticiPSI; um evento sobre o tema da Saúde Suplementar, duas participações em eventos locais, além de realizar duas entregas de carteira de

identidade profissional e duas participações em semanas acadêmicas de psicologia, em ambas as universidades que oferecem psicologia na região.



Vale ressaltar que o CRP-12, apesar de concentrar-se no Estado de Santa Catarina, temos um reconhecimento, tanto do Conselho Federal, como dos demais Conselhos Regional de Psicologia em relação a nossa capacidade organizativa. Recentemente, ganhamos o *status* de “conselho grande” por ultrapassarmos o número de 12 mil psicólogas inscritas e ativas. Este *status* aumenta a nossa responsabilidade, passando a assumir funções de âmbito nacional, deliberadas em Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF). Entre elas, a representação no GT Nacional sobre Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia e no GT sobre atualização da Resolução 07/2003, que dispõe sobre a produção de documentos feito por Psicólogas.

É nesse cenário de transição para um “Conselho Grande” que temos buscado cada vez mais profissionalizar as ações, buscar parcerias, produzir referências para a categoria. Nesse sentido, para que possamos evidenciar estas ações, passaremos a descrever nos próximos capítulos deste relatório as principais ações realizadas no ano de 2018, em consonância com o planejamento estratégico e as deliberações do Congresso Regional de Psicologia – COREP/SC.

EIXO I

ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA CONSELHOS E APERFEIÇOAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE DIÁLOGO COM A CATEGORIA E SOCIEDADE

A proposição deste Eixo abrange a formulação de contribuições e possibilidades de reformulação das formas democráticas de estrutura e funcionamento dos Conselhos Regionais e Conselho Federal, de modo a cumprir a função social de garantia do exercício ético e qualificado da Psicologia. Envolvem questões referentes ao controle social e mobilização da categoria, a gestão do sistema (comunicação, gestão financeira, orientação e fiscalização, projetos de regionalização e interiorização...), formulação de projetos de Lei e, as relações institucionais na Psicologia (FENPB, ABEP, Fenapsi...) e com a sociedade (espaços de participação social, movimentos sociais, gestores das políticas públicas...). Visam, sobretudo, posicionar o Sistema Conselhos na direção de um Projeto Ético-Político que legitime e amplie o diálogo participativo e democrático com a categoria e com a sociedade.

1.1 POLÍTICAS DE REGIONALIZAÇÃO DO CRP-12

Conforme objetivos estratégicos, uma das ações foi constituir as Subsedes no Oeste, em Chapecó; no Norte, em Joinville; e no Sul, em Criciúma. Cada Subseção conta com uma Comissão Gestora, importante passo para ampliação dos espaços de interlocuções com a categoria e as instituições, conforme os princípios do IX Plenário do CRP-12.

Com base nas diretrizes da plataforma de gestão e das propostas do Congresso Regional de Psicologia (COREP e CNP), a regionalização tem proporcionado uma ampliação do atendimento dos serviços de secretaria e de orientação à categoria e ao público em geral relacionado ao exercício profissional. Além disso, colocamos à disposição das(os) psicólogas(os) o uso destes espaços para reuniões, eventos de caráter científico, profissionalizante, cultural, social e de política da profissão, desde que compatíveis com os fins e objetivos do CRP-12 e da Psicologia. Para saber mais sobre o uso destes espaços, confira o regimento em nosso site.

Além de ampliar os atendimentos, constituímos as Comissões Gestoras das Subsedes para viabilizar maior aproximação com psicólogas(os) e a descentralização de grupos de trabalhos e atividades regionais. A constituição se deu conforme Resolução CFP Nº 03/2010 que designa ao Plenário do Conselho Regional de Psicologia nomear a Comissão Gestora que ficará subordinada, sendo vedada eleição direta. Além disso, o término do mandato deve coincidir com o término do mandato do Plenário. As Comissões Gestoras foram criadas pela Resolução CRP-12 Nº 03/2017. Elas são compostas por 03 (três) a quatro (04) psicólogos/as escolhidas/os pela gestão do CRP-12. Dentre os membros, ao menos um deverá ocupar o cargo de Conselheira(o), efetiva(o) ou suplente do Plenário visando garantir uma constante articulação entre o Plenário e as Subsedes.

O mandato dos membros da Comissão Gestora é honorífico e tem atribuições, como: participar do planejamento estratégico da gestão; acompanhar e propor melhorias no funcionamento administrativo da Subseção; planejar e executar o plano de ação da Subseção; promover a mobilização e organização das(os) psicólogas(os) de forma regionalizada; representar o CRP-12 ética, técnica e politicamente perante a sociedade, de acordo com as políticas da gestão; promover e coordenar grupos de trabalho; propor e facilitar a integração e desenvolvimento das ações de orientação e fiscalização, em conjunto com a Comissão de Interiorização e comissão de orientação e fiscalização; e realizar diligências e entrega de carteiras profissionais, quando solicitado pelo CRP-12.

Este conjunto de ações proporcionará que o CRP-12 esteja mais perto de você. Psicólogas(os), esta conquista também é sua. Venha participar das ações integradas e conhecer um pouco mais do que o seu Conselho vem fazendo para você.

1.1.1. Descentralização dos processos e atendimentos

O CRP-SC vem trabalhando amplamente em ações, eventos e projetos políticos nas Subsedes e diferentes regiões de Santa Catarina. O Projeto ParticiPSI, as Cerimônias de entregas de carteiras - CIPs, as Reuniões ampliadas e os Grupos de Trabalho descentralizados proporcionam que o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina esteja cada vez mais perto de você. As atividades de secretaria, realizadas nas Subsedes, voltadas para o atendimento à(ao) profissional e suas necessidades, consistem em:

- I - Inscrição de Pessoa Física;
- II - Inscrição por transferência de Pessoa Física;
- III - Reativação de Inscrição de Pessoa Física;
- IV - Inscrição Secundária de Pessoa Física;
- V - Cancelamento de Inscrição de Pessoa Física;
- VI - Pedido de Isenção da anuidade;
- VII - Inscrição de Pessoa Jurídica;
- VIII - Atualização de Certificado;
- IX - Entrega das carteiras às(aos) psicólogas(os);
- X - Atualização das Carteiras (alteração de nome, extravio, roubo, título de especialista);
- XI - Atualização de Carteiras (troca de provisória por permanente).

1.1.2. Atendimento Técnico

Nas subsedes Norte, em Joinville, e Oeste, em Chapecó, temos uma psicóloga assistente técnica para prestar orientações sobre o exercício profissional.

Agende seu horário para atendimento presencial ou faça contato através de e-mail ou telefone (www.crpsc.org.br/contato).

Na subsede Sul, em Criciúma, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), com o objetivo de intensificar a aproximação com a categoria, está realizando plantão mensal com a presença de psicóloga assistente técnica. Acompanhe nas nossas mídias a divulgação das datas dos plantões e agende seu atendimento.

1.1.3. Uso da Sede e Subsedes

O CRP-SC possibilita a cessão de seus espaços físicos, tanto na Sede quanto nas Subsedes, para que você, psicóloga(o), possa utilizá-los na realização de reuniões e outras atividades (conforme critérios da Resolução CRP-12 nº 06/2016).

1.1.4. Concurso Público do CRP-12

Considerando a necessidade de ampliar a equipe funcional do CRP-12 para atender as demandas da categoria, que hoje aproxima-se dos 12 mil psicólogas(os), a gestão lançou edital concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva para cargos de nível médio e nível superior, deflagrado em dezembro de 2017. O resultado do concurso foi divulgado em julho de 2018.

Do concurso público já foram chamadas duas Psicólogas assistente técnica para integrar a Comissão de Orientação e Fiscalização, lotada uma na Sede do CRP-12 e outra na Subsele Norte. Também foram chamados outros três auxiliares administrativos que passaram a integrar a equipe do CRP-12 na Sede, Subsele Norte e Subsele Sul.

1.1.5. Equipe do CRP-SC recebe treinamento do Sistema de Informática SISCAF

No dia dois de outubro, na Sede do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – CRP-SC, foi realizado treinamento com a equipe administrativa da entidade. O objetivo da atividade foi uma reciclagem sobre o SISCAF, Sistema de Informática utilizado pelo CRP-SC para realizar a

gestão das informações das(os) profissionais, pessoas jurídicas e outras pessoas, registrados ou não no Conselho.

Segundo a Implanta, empresa de informática gerenciadora do SISCAP, as funcionalidades do sistema promovem um “avanço na prestação de serviços aos inscritos no Conselho, além do público, dirigentes do Conselho e instituições em geral”. No total, quinze trabalhadoras(es) - das Subsedes e da Sede - estiveram presentes e consideraram o treinamento muito válido para o andamento do trabalho em seus respectivos setores. Na ocasião foi possível aprender o funcionamento do sistema, além de tirar dúvidas.

1.1.6. Psicologia, Políticas Públicas e Controle Social

O CRP-12 compreende a participação da psicologia em espaços de controle social como fundamental para a formulação, controle e desenvolvimento de políticas públicas pautadas na garantia dos direitos humanos. Frente a isso, a gestão tem dado continuidade na promoção de qualificação para participação nos espaços de controle social. Entre as atividades, foram realizadas as oficinas de qualificação para atuação no controle social e ampliação das representações do CRP-12 no âmbito dos conselhos municipais.

Após a realização do Seminário sobre Participação e Controle Social em fevereiro de 2016 e da criação da Plataforma de Controle Social e Processos Participativos, a terceira ação do Projeto diz respeito à realização de Oficinas, em nível regional, a fim de identificar, compartilhar e fomentar as formas de participação encontradas no Estado, bem como promover novas formas de inserção nos espaços participativos.

O objetivo das oficinas foi formar e capacitar psicólogas(os) para a atuação nos espaços de controle social. O foco estratégico da atividade foi refletir sobre a relação entre direitos humanos, políticas públicas e controle social; sobre o papel fundamental das(os) psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas para garantia do Estado democrático de direito; trabalhar com as dimensões práticas que envolvem a participação em conselhos de políticas públicas; fomentar a participação de psicólogas(os) em espaços de controle social da gestão pública e espaços coletivos relacionados à cidadania; articular as(os) psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas de cada região; fomentar a

participação de psicólogos(os) no Fórum de Discussões disponível na Plataforma Participação e Controle Social do CRP-12.

A partir destas etapas, o Conselho passou a assumir algumas representações, conforme seguem abaixo:

Sigla	Nome do espaço de representação	Representante Titular	Representante Suplente
CPCT/SC	Comissão pró-sistema de Prevenção e Combate a Tortura em SC	Ematuir Teles de Sousa	
COMESC	Comitê Estadual de Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência da Saúde de Santa Catarina	Rudinei Luiz Beltrame	
CEAS/SC	Conselho Estadual de Assistência Social	Paloma Fabiola Borba	Nanci Cecília de Oliveira Veras
CEDH/SC	Conselho Estadual de Direitos Humanos	Yara Maria Moreira Faria Hornke	
CONEN/SC	Conselho Estadual de Entorpecentes	Alexandre Donizete Aleixo	Jaira Teresinha da Silva Rodrigues
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal/SC	Roselaine Bavilaqua	Claudiane Fátima Bruxel
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social de São José/SC	Tamara do Nascimento	Fabício Antônio Raupp
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Itaiópolis/ SC	Sandra Carla Brandt	Eliseu Alexandre Gabardo
CMDLGBT	Conselho Municipal de Direitos de LGBT de Florianópolis	Ematuir Teles de Sousa	Daniel Kerry
CMS	Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis	Elisa Rita Ferreira de Andrade	Jaira Teresinha da Silva Rodrigues
COMUSA	Conselho Municipal de Saúde Prefeitura de Itajaí-SC	Milena Regina da Silva	Mariana de Brito Jimenez
FEPSIC	Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense	Fabício Antônio Raupp	
FEE/SC	Fórum Estadual de Educação	Simone Vieira de Souza	Mariana de Brito Jimenez
FETSUAS/SC	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	Eduardo Antunes Matos	Paloma Fabiola Borba

FEPAS	Fórum Estadual Permanente de Assistência Social	Nanci Cecília de Oliveira Veras	
	Fórum Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental	Nasser Haidar Barbosa	
FSST/SC	Fórum Saúde e Segurança do Trabalhador no Estado de Santa Catarina	Elisa Rita Ferreira de Andrade	Mareli Pfitzenreuter
	Frente Catarinense dos Conselhos Profissionais da Saúde	Jaira Teresinha da Silva Rodrigues	
	Frente Parlamentar pela Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial	Nasser Haidar Barbosa	
GAIRF	Grupo de Trabalho de Apoio aos Imigrantes e aos Refugiados - Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de SC (CDH/ALESC)	Yara Maria Moreira Faria Hornke	
GTSS	Grupo de Trabalho Interinstitucional de Saúde Suplementar - SC	Jaira Teresinha da Silva Rodrigues	
	Grupo de Trabalho Sobre Abordagem Policial - Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de SC (CDH/ALESC)	Yara Maria Moreira Faria Hornke	
ANPSINEP/SC	Núcleo Estadual da Articulação Nacional de Psicólogos negros e Pesquisadores	Lia Vainer Schucman	
ULAPSI	Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología	Jaira Teresinha da Silva Rodrigues	

1.2. COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CCS

Um dos eixos estratégicos do CRP-12 foi a proposta de uma melhoria constante dos processos de comunicação. Entre os investimentos já realizados, destaca-se a estruturação de um setor de comunicação, com assessoria interna e externa. Também foram reestruturados os boletins institucionais e a criação de uma nova revista institucional, a Plural.

Criamos esta nova revista como parte da melhoria de todo o plano de comunicação do nosso Conselho. Antes, publicávamos a revista impressa *Psicologia em Movimento*, que convergia três tarefas: compartilhar notícias; aprofundar reflexões através de artigos acadêmicos; e fazer o registro histórico das atividades realizadas pelo



CRP. Após pesquisas, percebemos que esta proposta editorial já não tinha mais grande adesão. Considerando o atual uso intenso da internet, escolhemos esta como a via para as notícias, bem como para a distribuição de outras publicações periódicas. Para o registro histórico, melhoramos os relatórios anuais de gestão, como uma publicação independente das atividades realizadas e disponível no website do CRP. Desta forma, ficou para a revista *Plural* o objetivo de continuar o fomento às reflexões sobre pautas fundamentais à atualidade da Psicologia catarinense e brasileira. As edições agora terão um tema que os textos poderão aprofundar, em um estilo mais ensaístico e não tanto acadêmico - por entender ser mais próximo à maioria da categoria profissional, e por já haver boas revistas acadêmicas em circulação. A reformulação também trouxe um projeto gráfico mais atraente, e o formato agora será exclusivamente digital - reduzindo custos, evitando desperdício de papel e, também, ampliando o alcance. A periodicidade será de uma a duas edições por ano, permitindo mais tempo de “digestão” e debate do conteúdo.

Para a primeira edição, o tema escolhido foi “Psicologia e Democracia”, por entendermos que há necessidade em debater a relação das profundas mudanças políticas em curso no Brasil e seus reflexos no trabalho de profissionais da Psicologia, na formação de subjetividades, produção de sofrimentos, e formas possíveis (e necessárias) de atuação das psicólogas e psicólogos.

Temos uma análise da conjuntura política, feita por Tatiana Minchoni, com um apanhado dos últimos acontecimentos mais relevantes que convocam a inevitável implicação política em todas as práticas psicológicas; a discussão feita pela Juliana Rego Silva sobre a relação fundamental da Psicologia brasileira e da democracia com o princípio da laicidade; a defesa do exercício clínico com a própria defesa da democracia, no texto da Daniela Sevegnani Mayorca; o embate necessário contra

o racismo estrutural que a Psicologia deve fazer, na reflexão de Renata Lima; uma reflexão sobre nossa ética profissional frente às questões da cidade, com ideias de Sandro Marcelo Xavier; e o questionamento de Felipe Dutra Demetri sobre as possibilidades de enfrentamento do discurso de ódio para além da via jurídico-burocrática.

1.2.1. “Fala Psi”: campanha de vídeos mensais sobre temas atuais da Psicologia

Outro projeto de aproximação com a categoria foi o projeto “Fala Psi”. Esta proposta busca produzir vídeos com profissionais da área que trabalham diretamente com os temas destacados nas campanhas mensais propostas por este Conselho. Diversos temas já foram abordados, entre os vídeos sobre saúde mental, população em situação de rua, imigrantes e refugiados, descolonização do pensamento na psicologia, psicologia e pessoas com deficiência, psicologia e as pessoas idosas, psicologia e relações raciais, psicologia e povos indígenas entre diversos outros.



Iclícia Viana, Psicóloga - CRP-12/12982
Msc. em Psicologia, pesquisadora
e militante nas questões indígenas

Tschucambang Ndilli
Estudante de Psicologia, do Povo Xokleng Laklãnõ



Confira todos os vídeos na nossa plataforma do Youtube, em <https://www.youtube.com/user/CRP12SC>.

1.2.2. Post mensal sobre temas de interesse da Psicologia



categoria, a exemplo dos direitos das mulheres, da população idosa, das pessoas com deficiência, a defesa dos processos democráticos, entre outros. A cada imagem lançada, a Comissão produziu um texto problematizando o assunto. Veja algumas divulgações realizadas em 2018.

A produção de materiais visuais sobre temas de interesse da Psicologia brasileira também foi foco da Comissão de Comunicação Social do CRP-12. O objetivo foi visibilizar assuntos importantes que atravessam o cotidiano profissional da



1.3. ASSEMBLEIA ORÇAMENTÁRIA

A Assembleia Orçamentária, ocorreu no dia 29 de agosto, na Sede do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC). A reunião tem por objetivo convocar a categoria para prestação de contas e aprovação do orçamento para o próximo ano corrente, conforme prevista na Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964. A referida lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A Assembleia realiza-se em observância também: da Resolução CFP 010/2007, que institui o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis; dos princípios orçamentários

da Anualidade, Unidade, Universalidade, Exclusividade, Especificação, Publicidade e Equilíbrio; e no cumprimento do Ofício 1704/2018/Ass. de Controle Orçamentário/GAF/CG-CFP - que orienta sobre a elaboração do orçamento de 2019 no âmbito do sistema Conselhos de Psicologia.



A atividade ocorre uma vez por ano e tem como objetivo aprovar o orçamento para o ano seguinte, além de prestar contas até o momento. São aprovados também todos os investimentos a serem realizados no ano posterior, além da tabela de anuidade da(o) profissional psicóloga(o). Desde 2017, com o intuito de aproximar e possibilitar ainda mais a participação da categoria, o CRP-SC disponibiliza a transmissão on-line da Assembleia, dando amplo acesso a todas(os) que tenham interesse de participar.

2. ELEIÇÕES NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA

O ano de 2019 caracteriza-se pelo processo eleitoral no Sistema Conselhos de Psicologia, tanto nos regionais como no federal. De acordo com o regimento eleitoral, a inscrição de candidatos aos cargos de conselheiro efetivo e suplente, tanto para o Conselho Federal de Psicologia quanto para os Conselhos Regionais de Psicologia, dar-se-á sempre na forma de chapas, com número de candidatos igual à quantidade de vagas disponíveis, para efetivos e suplentes, salvo em casos previstos no inciso I do parágrafo 4º do Art. 5º.

Art. 8º. É elegível para o Conselho Federal de Psicologia e para os Conselhos Regionais de Psicologia a psicóloga e o psicólogo que satisfaça aos seguintes requisitos: I - ter nacionalidade brasileira; II - estar em dia com suas obrigações eleitorais e militares; III - encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais; IV - ter inscrição principal, mesmo que provisória: a) no respectivo Conselho Regional e domicílio na jurisdição correspondente, quando concorrer ao Conselho Regional; b) em Conselho Regional da região geográfica que pretende representar, quando concorrer a cargo de Secretário Regional do Conselho Federal de Psicologia e em qualquer Conselho Regional de Psicologia quando concorrer aos demais cargos daquele órgão; V - inexistir contra si condenação criminal com pena superior a 2 (dois) anos, em virtude de sentença transitada em julgado, salvo reabilitação legal, comprovada mediante declaração da candidata e do candidato; VI - inexistir contra si condenação, por infração ao Código de Ética, transitada em julgado há menos de 5 (cinco) anos; VII - inexistir contra si condenação, por infração administrativa, transitada em julgado há menos de 5 (cinco) anos; VIII - estar adimplente com o Conselho Regional de Psicologia relativamente aos exercícios anteriores, ainda que sob a forma de parcelamento de débito, desde que observado o parágrafo 1º do artigo 4º. Parágrafo Único. Todos os requisitos referidos no caput deste artigo deverão ser atendidos até a data limite para o deferimento do pedido de inscrição das chapas.

Os pedidos de inscrição de chapas, para a Consulta Nacional, deverão ser encaminhados à Comissão Eleitoral até a data do COREP/SC, nos dias 06 e 07 de abril. A votação nas chapas se darão unicamente na modalidade on-line e obedecerão ao regimento eleitoral e anexos. Parágrafo Único - O acesso à internet para o voto on-line poderá ocorrer por meio de dispositivo eletrônico de escolha da(o) psicóloga(o) ou em local de votação.[...] Art. 7º. § 3º [...] a eleição será realizada entre os dias 23 e 27 de agosto de 2019. § 4º Preferencialmente as chapas serão compostas com 20% a 30%

de reserva de vagas para negras(os), e/ou indígenas e/ou pessoas com deficiência. § 5º A votação on-line realizada nos locais de votação ocorrerá somente no dia 27 de agosto. [...] Art. 44. Para os votos presenciais, a Comissão Regional Eleitoral e as Subcomissões providenciarão a instalação dos locais de votação com todo o material necessário para o acolhimento dos votos.

2.0.1. Eleição da Comissão Regional Eleitoral - CRE

No dia 19 de dezembro foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, na Sede do CRP-SC, em Florianópolis. O presidente do CRP-SC, Fabrício Antônio Raupp realizou uma breve exposição acerca da Resolução CFP nº 16/2018, que aprova o Regimento Eleitoral para escolha de conselheiros federais e regionais dos Conselhos de Psicologia. Após, o conselheiro discorreu sobre a importância da Comissão Regional Eleitoral - CRE no processo eleitoral deste Conselho.

A composição da CRE para as eleições do CRP-SC que acontecerão em 2019 ficou constituída pelas(os) seguintes psicólogas(os) efetivos: Eliamar Machado, CRP nº 01.742; Neide Silveira de Souza S. Thiago, CRP-12 nº 08705; e Esmerita Pereira Tosta Paladin, CRP-12 nº 00405. Como suplentes foram eleitas(os) Daniell Sérgio Brandt, CRP-12 nº 16951; e Alana de Siqueira B. N. Remor, CRP-12 nº 11.459. A comissão terá mandato desta data até a posse da nova diretoria, em setembro de 2019.



3.0. CONGRESSO REGIONAL E CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA - CNP

3.0.1. Edição especial do Caderno Temático do 10º CNP

A Psicologia brasileira iniciou, em agosto de 2018, um dos mais importantes espaços democráticos da profissão: a 10ª edição do Congresso Nacional de Psicologia (CNP). Por meio das etapas que ocorrem nos Conselhos Regionais (eventos preparatórios, pré-congressos e congressos regionais - COREPs), e etapa nacional do Congresso que ocorre em Brasília, todas(os) as(os) profissionais da Psicologia podem contribuir para o projeto coletivo e construção da história da profissão. O tema da 10ª edição é: **“O (im)pertinente compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais”**.



Para que a categoria e sociedade possam estar informado sobre todas as etapas e como contribuir em cada uma delas, o CRP-12 preparou uma edição especial do caderno temático do CNP. Ele contém informações introdutórias sobre cada eixo do Congresso, textos temáticos que podem auxiliar na elaboração de propostas para a próxima gestão, bem como informações sobre o processo eleitoral no Sistema Conselhos de Psicologia. Contém, ainda, as datas e locais de todas as atividades relacionadas ao CNP em Santa Catarina, para que a(o) psicóloga(o) possa se programar para participar. O material foi enviado virtualmente para toda a categoria e divulgado amplamente em nossos eventos.

3.0.2. Pré-Congressos de Psicologia

Esses eventos antecedem a etapa regional do CNP em SC. Ao todo foram realizados cinco encontros em 2018. Outros 6 acontecerão em 2019. Os pré-congressos tem por finalidade elaborar e aprovar as propostas locais e nacionais; eleger as(os) delegadas(os) para o Congresso Regional - COREP/SC; e deliberar sobre outras proposições de âmbito regional e nacional, a serem

encaminhadas para os Congressos Regionais. Abaixo segue a descrição de cada evento realizada em 2018.

3.0.3. Pré-Congresso de Caçador aborda a promoção de direitos e igualdade social

O primeiro Pré-congresso foi realizado em Caçador, no dia seis de outubro. A atividade abordou o tema “Promoção de direitos e igualdade social: lutas contra as violências cotidianas”. O palestrante convidado para tratar sobre o tema foi o Conselheiro e presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - CRP-SC, Ematuir Teles de Sousa.



Num primeiro momento foi realizado o debate sob um viés da psicologia crítica e social, abordando questões sobre a violência e a quem ela é dirigida. Foi debatida a questão da garantia de direitos voltados para as minorias sociais: a população negra, as mulheres, a população indígena, os imigrantes e refugiados, a população LGBT - grupos estes que socialmente vêm integrando a marca de processos excludentes e sofrimento, justamente por conta deste processo.

O evento também debateu sobre o discurso de ódio, uma questão que tem sido bastante vista no momento atual, tanto nas redes sociais quanto na vida cotidiana desta população que vivencia processos de vulnerabilidades. O debateu continuou nos grupos de trabalho no final da manhã e início da tarde. Em seguida, teve a plenária para aprovação das propostas. Após a plenária, passou-se para a etapa da eleição de delegadas(os) para representar a região no COREP-SC - a ser realizado nos dias seis e sete de abril de 2019, em Florianópolis. Foram eleitas: a psicóloga Kaliandra Cristina Schneider; e, como suplente, a psicóloga Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski. Representando as(os) estudantes foram eleitas Renata Amazonas e Tatiane Rodrigues de Oliveira.

3.0.4. Pré-congresso Região Sul

No dia 27 de outubro ocorreu o Pré-congresso em Tubarão. Cerca de 30 participantes estiveram presentes na atividade, que teve como tema disparador “Depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência: embaraços e desafios para a psicologia”. A palestra foi ministrada



pelo psicólogo da Polícia Civil/SC, Renato Weber. A palestra procurou provocar um pouco essa discussão e acabou por influenciar na elaboração de propostas ao CNP. Sendo assim, a ideia é que se amplie esta temática tanto na esfera regional como nacional.

Após a palestra, foram organizados grupos para avaliar as propostas advindas da etapa anterior ao pré-congresso, os eventos preparatórios. Depois desta análise, formou-se a plenária para votação das propostas que seguirão para o COREP-SC. As(os) delegadas(os) eleitas(os) para representar a região durante o COREP-SC, nos dias 06 e 07 de abril de 2019 em Florianópolis, foram as(os) psicólogas(os): Fernanda de Souza Fernandes, CRP 12/09013; Meilene Nogueira, CRP 06/96343 (com pedido de transferência para o CRP 12); Natanael Medeiros CRP 12/17237; Renato Weber CRP 12/11502 e Simone Carvalho das Neves CRP 12/15879. Também foram eleitas(os) como suplente as(os) Psicólogas(os): Junior Cesar Goulart, CRP 12/11136; Maribel Batista Sebastião, CRP 12/08030. Representando os estudantes foi eleita(o) Willian Matos, não havendo suplentes.

3.0.5. Pré-congresso Região do Vale do Itajaí

No dia 17 de novembro foi realizado o Pré-congresso da Psicologia, em Blumenau. O evento aconteceu na UniSociesc e contou com a presença de aproximadamente 15 pessoas, entre psicólogas(os), estudantes e demais interessadas(os). A atividade iniciou com a apresentação do

psicólogo Paulo Roberto Wovst Leite, representante da Comissão Organizadora Regional do CNP (COMORG/SC), relatando brevemente acerca dos objetivos do CNP e, posteriormente, fazendo a leitura do regimento dos Pré-congressos. A conferência de abertura teve como convidada a psicóloga e professora Cleia Leonice Floriani, abordando a temática "Psicologia e Trabalho: reverberações nos sujeitos, instituições e na formação em Psicologia." Após a apresentação, foi aberto espaço para debate entre as(os) participantes.



Já no período vespertino, foi realizado trabalho em grupos para análise e elaboração de novas propostas e na sequência, iniciou-se a plenária de deliberação destas. Ao final da atividade foi realizada a eleição de delegadas(os), sendo eleitas(os) para representar o COREP as(os) psicólogas(os): Mônica Lúcia do Nascimento Kleine, CRP 12/11330; Cristiane Lobo, CRP 12/15474. também foi eleito como suplente o psicólogo José Luis Machado, CRP 12/09398. Representando as(os) estudantes foi eleita(o) João Guilherme da Rosa Müller Silveira, Thiego Silveira de Freitas; e como suplente, Ivanilson Pereira da Silva.

3.0.6. Pré-congresso Região Grande Florianópolis

O Pré-congresso ocorreu em Florianópolis no dia 10 de novembro, na Sede do CRP-SC. A atividade, que faz parte de uma das etapas do 10º Congresso Nacional de Psicologia – CNP, contou com a presença de aproximadamente 40 pessoas, entre psicólogas(os), estudantes e demais interessadas(os). Para iniciar o evento, a psicóloga Jaira Rodrigues, representante da Comissão Organizadora Regional do CNP (COMORG/SC), deu as boas-vindas e introduziu a acerca



dos objetivos do CNP. Em seguida foi apresentado um breve vídeo, gravado pelo professor Silvio Yassui, que introduziu o tema desse evento: "A política de Saúde Mental no país: avanços e retrocessos", disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=96q9jnundBo>. A professora Ana Lopes; o estudante e representante do movimento social, Ian Jacques; o psicólogo Nasser Barbosa; e o integrante do Movimento Nacional das pessoas em situação de rua, André Scheifer foram convidadas(os) para o dialogar sobre a temática. Finalizadas as apresentações, abriu-se para o debate.

À tarde foi realizado trabalho em grupos, para análise das propostas oriundas dos eventos preparatórios e também elaboração de novas propostas e após, iniciou-se a plenária de deliberação destas. Ao final da atividade, passou-se para a etapa de eleição de delegadas(os). Foram eleitas(os) para representar o COREP as(os) psicólogas(os): Iramaia Ranai Gallerani, CRP 12/14108; Ematuir Teles de Sousa, CRP 12/12502; Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, CRP 12/01706; Édna Müller Pickler Patrício, CRP-12/16195; Nanci Cecília De Oliveira Veras, CRP-12/02324; Carla Nichele Serafim, CRP-12/03784. Também foram eleitas(os) como suplentes as(os) Psicólogas(os): Paulo Victor Panazzolo, CRP-12/16979; Adriana Maria Sappino, CRP-12/02900. Representando os estudantes foram eleitas(os) Ana Mara Ponce Freitas e Ian Jacques; e como suplente Angelina Da Silva Pires.

3.0.7. Pré-congresso Região Oeste

O último pré-congresso da agenda de 2018 aconteceu no dia 01 de dezembro, em Chapecó. Os próximos eventos serão realizados em diversas cidades de Santa Catarina, a partir de janeiro de 2019. Psicólogas (os) e estudantes de Psicologia participaram da atividade, que tem como objetivo principal debater e criar propostas para o Congresso Nacional da Psicologia - 10º CNP.



Foram convidadas palestrantes para debater o tema “Precarização das Políticas Públicas: educação, saúde e assistência social”. Apoliana Regina Groff proferiu uma fala sobre a “precarização das políticas públicas de educação”; já Pâmela Santos, apresentou uma reflexão sobre a “precarização

das políticas públicas de saúde”. A palestrante Érica Andrade Rocha não conseguiu comparecer presencialmente no evento, porém encaminhou uma apresentação sobre a “precarização do SUAS”, a qual foi exibida pela psicóloga e conselheira Joseane de Oliveira Luz, representante da Comissão Organizadora Regional do CNP (COMORG/SC). Após o debate, foi composta a mesa diretora que passou a coordenar os trabalhos dos três eixos temáticos em grupo único. Na sequência, a plenária avaliou e deliberou sobre todas as propostas previamente organizadas no “Caderno de propostas do Pré-Congresso”.

Durante o pré-congresso foram eleitas(os) delegadas(os) titulares, para representar a região no COREP/SC, as psicólogas Rosana Maria Schwerz, CRP 12/11871; Daiane Grasiela Nadaletti Nardon, CRP 12/06232; Daniela Fernanda Schott, CRP12/10269 e o psicólogo Flavio Nardon, CRP 12/06817; Como suplentes foi eleita a psicóloga Luana Tais Poletto, CRP12/12871 e o psicólogo André Preuss, CRP12/12652. Representando as estudantes foram eleitas Marcieli Fernanda Bobco Lunardi (titular) e Thailine Ilha (suplente).

EIXO II

CONTRIBUIÇÕES ÉTICAS, POLÍTICAS E TÉCNICAS AO PROCESSO DEMOCRÁTICO E DE GARANTIA DE DIREITOS

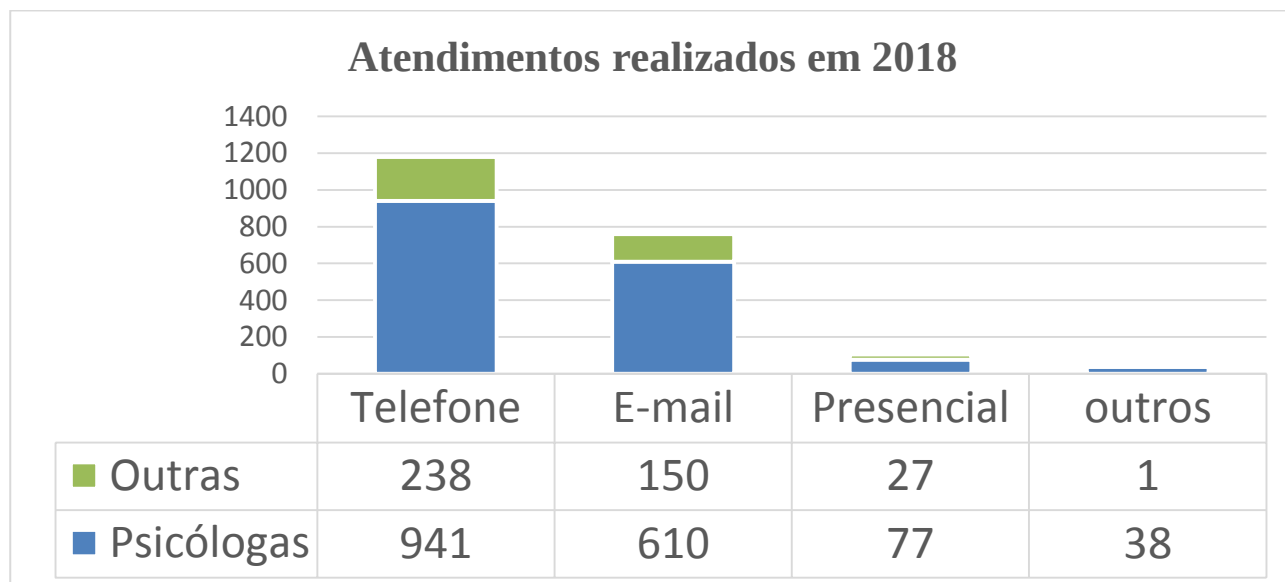
De forma a constituir diretrizes para os processos e condições de trabalho dos psicólogos, este Eixo acolhe propostas para a qualificação e construção de referências para a atuação das(os) psicólogas(os). Possibilita agregar reflexões acerca das possibilidades, limites e efeitos das práticas profissionais para o cenário de garantia de direitos. Igualmente aponta e/ou reforça caminhos para a atuação em diferentes contextos e com diferentes populações.

3.1. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF)

A Comissão de Orientação e Fiscalização – COF pauta-se considerando as funções precípua de orientar e fiscalizar o exercício profissional da(o) psicóloga(o), assegurando o cumprimento das leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão, resguardando junto à população bons serviços dentro de preceitos éticos e profissionais e garantindo autonomia e dignidade profissional à(o) psicóloga(o). De acordo com a Política de Orientação e Fiscalização (POF), Resolução CFP nº 010/2017, constitui-se como objetivo principal da COF: coordenar e executar em sua jurisdição as atividades de orientação e fiscalização, e assistir ao Plenário do CRP nos assuntos de sua competência. No decorrer de 2018, a comissão realizou um conjunto de ações que seguem descritos abaixo:

3.1.1. Atendimentos de orientação e fiscalização do CRP-12 em 2018

Em 2018, o CRP-12 prestou orientações para 1.666 psicólogas(os) e 416 pessoas não psicólogas(os) de Santa Catarina. Ao todo, foram 1179 ligações, 760 e-mails respondidos e 104 atendimentos presenciais. Veja a distribuição destes atendimentos, conforme tabela abaixo:



A divisão do Estado, conforme mapa acima, foi feita com base na Resolução CRP-12 nº 01/16 que aprova o regimento interno das subseções do CRP-12, juntamente com as suas jurisdições. Para atendimento técnico das demandas de orientação e fiscalização do exercício profissional, além das(os) conselheiras(os) da COF, o CRP-12 conta, atualmente, com cinco psicólogas em sua equipe técnica, que atendem as diferentes regiões do Estado: Oeste e Meio Oeste, Norte e Sul, Vale, Serra e Grande Florianópolis, sendo que quatro estão lotadas na sede, em Florianópolis, e um na subseção de Chapecó.

3.1.2. Cerimônias de Entrega de Carteira Profissional – CIP

Uma das atribuições da COF, juntamente com a Secretaria é a realização das Cerimônias de Entregas de Carteiras Profissionais para os novos inscritos no CRP-12. Em 2018, foram realizadas 38 cerimônias, em todas as regiões do estado, conforme segue abaixo:

Data	Local
10/mar	Cerimônia de Entrega de Carteiras - Criciúma
15/mar	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Blumenau
20/mar	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Itajaí
23/mar	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Caçador
23/mar	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Chapecó
09/abr	Cerimônia de entrega de Carteirinhas – Joinville
10/abr	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Lages
12/abr	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Tubarão
16/abr	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Rio do Sul
16/mai	Cerimônia de entrega de Carteiras Profissionais em Florianópolis
17/mai	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Blumenau
06/jun	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Chapecó
09/jun	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Balneário Camboriú
09/jun	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Brusque

11/jun	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Joinville
16/jun	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Criciúma
25/jun	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis
13/jul	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Caçador
14/jul	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Chapecó
19/jul	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis
09/ago	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Blumenau
11/ago	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Itajaí
13/ago	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Joinville
04/set	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Rio do Sul
24/set	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis
27/set	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Lages
28/set	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Caçador
29/set	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Criciúma
29/set	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Chapecó
18/out	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Blumenau
27/out	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Balneário Camboriú
27/out	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Mafra
05/nov	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Joinville
20/nov	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis
28/nov	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Criciúma
14/dez	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Itajaí
15/dez	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Criciúma
12/dez	Cerimônia de Entrega de Carteiras em Florianópolis

3.1.3. Orientação Itinerante



O projeto Orientação Itinerante é uma ação promovido pelo Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina através da comissão de orientação e fiscalização (COF). A ação é resultado das demandas que chegam ao CRP-12 como demandas de orientação. Ao todo, a proposta é

percorrer 11 municípios em todas as regiões de SC levando orientação a categoria e contribuindo para uma prática profissional ética e de qualidade. No dia 16 de outubro, a ação ocorreu em Rio do Sul e contou com a participação de 15 profissionais para dialogar sobre avaliação psicológica e produção de documentos.

No dia 23 de outubro a ação foi na Subsele Sul de Criciúma. Estiveram presentes cerca de 30 psicólogos(os) da região. O tema foi escolhido pela categoria, através de enquete disponibilizada nos canais de comunicação do CRP-SC. No encontro foram trabalhadas as resoluções que regulamentam a Avaliação Psicológica, bem como a produção de documentos decorrentes desse processo. Durante o evento houve espaço para diálogo, no qual as(os) participantes puderam colocar suas dúvidas e contribuições. O evento contou com a participação de profissionais atuantes em diversos contextos, o que contribuiu para a riqueza do debate, visto que cada área de atuação demanda da(o) psicóloga(o) a produção de documentos com diferentes finalidades. Foram discutidos os limites das informações que a(o) psicóloga(o) deve disponibilizar em cada tipo de documento de acordo com sua finalidade, levando em consideração que essa escolha deve estar pautada nos princípios éticos, técnicos e nas normativas da profissão. O debate também suscitou o aparecimento do tema que tem sido intitulado como



“transborde da justiça” que remete à necessidade de posicionamento crítico das(os) profissionais e gestoras(es) das políticas públicas nas quais as(os) psicólogas(os) estão inseridas(os).

3.1.4. Roda de conversa sobre elaboração de documentos psicológicos

A atividade ocorreu no 27/09, às 19h, na UNC, em Concórdia. A roda de conversa sobre elaboração de documentos psicológicos contou com a participação de aproximadamente 80 pessoas, contemplando a participação de acadêmicos, professores e profissionais de Psicologia da cidade e da região e se caracterizou como um importante

espaço de aproximação entre a Instituição de Ensino Superior- IES e CRP-12. Foi um momento importante para discutir com as(os) participantes sobre parâmetros técnicos e éticos da atuação profissional em avaliação psicológica e também na elaboração de documentos, considerando as normativas profissionais e a complexidade que envolve esses procedimentos como meio de trabalho da(o) psicóloga e garantia de direitos das pessoas atendidas.



3.1.5. Roda de Conversa sobre Sigilo Profissional e Elaboração de Documentos Psicológicos

Esta ação foi realizada pela Comissão Permanente de Orientação e Fiscalização - COF no Oeste do estado, em Caçador. A atividade ocorreu dia 28/09, às 19h, na UNIARP e contou com a presença de mais de 60 psicólogas(os) e estudantes da cidade e de municípios da região. O encontro



objetivou possibilitar um espaço para reflexão e diálogo acerca dos princípios éticos e técnicos da produção documental do(a) psicóloga(a) de acordo com os parâmetros dados pela Resolução CFP nº. 007/2003. Na oportunidade foram discutidos aspectos inerentes à produção documental decorrente da atuação profissional nos diversos contextos profissionais, considerando os

pressupostos das normativas vigentes, fundamentalmente a Resolução nº 007/2003, o Código de ética Profissional da(o) psicóloga(o), Resolução CFP nº 010/2005, e a Resolução 001/2009, (alterada pela 005/2010).

3.1.6. Reunião ampliada de debate sobre a precarização das políticas públicas de saúde e de assistência social

A reunião ampliada de articulação em defesa das políticas públicas de saúde e de assistência social em SC, ocorreu no dia 25 de agosto, promovida pelo CRP-12 conjuntamente com a Comissão de Orientação e Fiscalização. Contou com a participação de conselheiras, articuladoras do ParticiPsi, membros das comissões gestoras das subsedes do CRP-12 e, também, psicólogas colaboradoras e representantes desta autarquia em órgãos de controle social.

Na parte da manhã foi realizado um estudo, assessorado pela convidada psicóloga Ana Maria Pereira Lopes, acerca da situação de desmonte e precarização das políticas públicas face à conjuntura atual, bem como suas repercussões na subjetividade - objeto central da psicologia. Na parte da tarde, foram tomados definições e encaminhamentos acerca do posicionamento do CRP-12, com base em suas funções precípuas estabelecidas em Lei, mediante o cenário das políticas públicas no território catarinense, dentre os quais está a ampliação da articulação já existente com movimentos sociais, grupos e associações de psicólogas(os), órgãos públicos e outras entidades, na perspectiva de defesa do SUS e do SUAS.

Reafirmamos nosso posicionamento sobre a importância e a necessidade de tais políticas, as quais já vem sendo cuidadas por este Conselho através de diferentes ações: debates e orientações diretamente com as psicólogas trabalhadoras das políticas, fiscalizações *in loco*, contato com as/os gestoras/es municipais afim de discutir parâmetros técnicos e éticos da atuação profissional, entre outros.

3.1.7. Relatório da Ação de Fiscalização dos Órgãos Públicos

O CRP-12 realizou no dia 2 de agosto, a mesa-redonda “A Psicologia no SUS e no SUAS em Santa Catarina: Parâmetros éticos e técnicos”, que debateu o cenário das políticas públicas de saúde e assistência social catarinense. Na ocasião, foi realizado o lançamento do Relatório da Ação de Fiscalização dos Órgãos Públicos. O evento contou com um amplo debate sobre as políticas públicas, saúde e assistência, em que o profissional da psicologia está inserido, contribuindo com orientações profissionais para a categoria, além de realizar o lançamento do relatório, que faz parte de uma ação de fiscalização dos órgãos públicos de assistência social e saúde do Estado.



As abordagens documentadas tiveram como objetivo o de valorizar e potencializar o trabalho da(o) Psicóloga(o) em consonância com as diretrizes e perspectivas de atenção nos âmbitos do SUS e do SUAS, e, principalmente, no tocante aos direitos das(os) munícipes de receber um serviço e atendimento psicológico qualificado. Todo o processo de reuniões de pré-fiscalização, definição geográfica e elaboração do documento foram apresentadas pelo presidente da COF, Marcos Antunes.

As fiscalizações foram desenvolvidas pela equipe técnica do CRP-SC, a qual é composta por psicólogas Assistentes Técnicas e Agentes Fiscais, sendo todas(os) trabalhadoras(es) concursadas(os) da instituição. A metodologia empregada na fiscalização de cada equipamento tratou-se de inspeção presencial não agendada, que contemplou: entrevista com profissionais e estagiárias(os) da Psicologia e análise sobre a adequação dos ambientes destinados aos serviços e aos prontuários psicológicos.

A fiscalização averiguou ainda as condições de trabalho de psicólogas(os) e a relação com os parâmetros éticos e técnicos da profissão. A coordenadora Técnica do CRP-SC, Lucila de Castro Neves, destacou a importância de se conferir o registro profissional de Psicólogas(os) e informou que o qualquer cidadão pode consultar a lista na internet através do cadastro nacional de psicólogas(os),

disponível no site do CFP. Sobre a fiscalização, a psicóloga informou que nenhuma irregularidade referente a cadastro profissional foi encontrada nos locais fiscalizados do Estado. Ela ainda abordou normas de estágios em psicologia fazendo contraponto aos dados obtidos no relatório, assim como questões de condições mínimas de trabalho, fragilidades na composição de equipes e estrutura.

No evento, os conselheiros agradeceram em nome do CRP-SC o considerável avanço através da aproximação com a categoria e com a gestão municipal, através da parceria com a Federação Catarinense dos Municípios de Santa Catarina – FECAM, que agregou na obtenção dos documentos resultantes da ação. O relatório na íntegra encontra-se no site do CRP-12: [http://www.crp-sc.org.br/ckfinder/userfiles/files/AF_CRP-SC_relatorio-fiscalizacao-orgaos-publicos-SC-SITE\(1\).pdf](http://www.crp-sc.org.br/ckfinder/userfiles/files/AF_CRP-SC_relatorio-fiscalizacao-orgaos-publicos-SC-SITE(1).pdf).

3.1.8. Nova edição da Cartilha de Estágios em Psicologia

2018 é o Ano da Formação em Psicologia, sendo que o CFP, a ABEP e a FENAPSI coordenaram debates e a elaboração de minutas de propostas de alteração das diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Psicologia em todo o País. O CRP-12, diante das suas funções de disciplinar, orientar e fiscalizar o exercício profissional, lançou a edição revisada e ampliada da Cartilha de Estágios, com o objetivo de atender às demandas neste campo de atuação e de formação. Entende-se que os estágios são parte fundamental do processo de formação profissional e devem ser conduzidos e efetivados mediante critérios para melhor aproveitamento das(os) estudantes e, ainda, da sociedade que recebe os serviços de Psicologia. Estes devem estar em consonância com a legislação profissional e, também, a própria do campo de estágios (Lei 11788/2008). As(Os) profissionais e estudantes são convidadas(os) a realizar a leitura atenta do material, com a finalidade de construir processos fundamentados no compromisso ético-político que fundamenta a Psicologia no Brasil. O documento está disponível no site do CRP-12: <http://www.crp-sc.org.br/ckfinder/userfiles/files/Cartilha%20de%20Est%C3%A1gios.pdf>.



3.2. COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA – COE

De acordo com a Lei 5.766/1971 (cria-se o Conselho Federal - CFP e os Conselhos Regionais de Psicologia - CRPs e se dá outras providências), os CRPs devem funcionar como tribunais regionais de ética profissional e o CFP como tribunal superior de ética profissional.

A apuração de faltas éticas de psicólogas(os) é regulamentada Nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), em coerência com o Código de Processamento Disciplinar, estabelecido pela Resolução CFP nº. 006/2007 e com a Resolução CFP nº 007/2016, que institui e normatiza a Mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos no Sistema Conselhos de Psicologia, regulamentando a criação de Câmara de Mediação no âmbito das Comissões de Ética e alterando a Resolução CFP nº 006/2007, que institui o Código de Processamento Disciplinar.. Trata-se de um conjunto de normas, semelhante ao Código de Processamento Civil, que organiza os passos para o estabelecimento das alegações de defesa e de acusação das partes, isto é, disciplina a tramitação processual e são responsáveis pela instauração de processos e.

Na jurisdição dos CRPs, as Comissões de Orientação e Ética – COE, são responsáveis por dar andamento às denúncias acolhidas pelo Conselho. Uma vez recebidas na COE, as denúncias são encaminhadas, como se pode compreender pelo fluxograma disponível no menu “ÉTICA/FISCALIZAÇÃO”. As ações do CRP-12 são balizadas em padrões técnicos, científicos e éticos, primando pela reflexão do profissional no exercício de sua práxis com responsabilidade pessoal e social, garantindo o exercício da profissão com qualidade ética e técnica.

A COE do CRP-12 é composta pelas(os) conselheiras(os) Rodrigo Gomes Ferreira, CRP 12/14178 (presidente), e conselheiras(os) membros: Tatiane Cristine da Silva, CRP 12/08607; Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, CRP 12/01706; Alexandre Donisete Aleixo, CRP 12/13582. Também integram colaboradoras(es): Giulianna R. C. L. Remor, CRP 12/05268; Igor Schutz dos Santos, CRP 12/07736; Ana Maria Pereira Lopes, CRP 12/01423; e a Deise Nascimento. Também compõe a COE a Psicóloga Assistente Técnica do CRP-12, Flávia Elisa Haut, CRP-12/02141.

3.2.1. Tramitação processual

A COE realiza reuniões semanais para análise de processos e otimização do fluxo dos encaminhamentos. Também é objetivo das reuniões produzir celeridade e eficácia na tramitação dos processos e manter o diálogo estreito e necessário com o Plenário, COF e assessoria jurídica. Os resultados alcançados, decorrentes dos encontros semanais dos integrantes da comissão e da tramitação dos processos junto ao Plenário, está colocado na planilha a seguir. Importante destacar que neste ano de 2018 a quantidade de recebimento de denúncias continuou aumentada, quase alcançando o total recebido em 2017, quando houve um aumento acentuado neste sentido.

Competência	Atividade	Total	Parcial	
COE	Novas Denúncias	26		
	Reuniões da Comissão	40		
	Encaminhamento de Parecer	21		
	Encaminhamento de Pedido de Reconsideração	10		
	Tomada de Esclarecimento (fase preliminar)	2		
	Tomada de Depoimento (processo instaurado)	2		
	Encaminhamento de Processos para Julgamento	6		
	Notificações expedidas	47		
	Citações expedidas	11		
	Intimações expedidas	80		
	Cartas expedidas	39		
	Editais publicados	2		
	Pedido de análise jurídica	3		
	Pedido de diligência à COF	2		
	Intimação/Notificação/Citação por cartório	1		
	Encaminhamento para a CAM	22		
	Processos Mediados	17		
	Apreciação do Parecer da COE	19	Arquivados	4

COE/ PLENÁRIO			Instaurados	13
			Diligência	2
	Apreciação do Relatório de Pedido de Reconsideração	8	Mantém Arquivamento	1
			Mantém Instauração	7
	Carta Precatória	2		
	Nomeação de Defensor Dativo	2		
	Julgamento CRP-12	9	Improcedente	0
			Procedente	9
	Recurso enviado para CFP	3		
	Julgamento CFP	1	Mantém Penalidade	1
	Intimações expedidas	22		
	Convocações expedidas	5		
	Editais publicados	4		
	Penalidade executada	6	Advertência	5
			Censura	1
	Representações e Processos finalizados	16		
	Reuniões Plenárias Extraordinárias	11		
	Reuniões Plenárias de Julgamento	6		
	Homologação de Acordos de Mediação	9	Homologados	9

3.2.2. Reunião Nacional de COEs e de COFs e COEs.

Houve a participação de um conselheiro da COE, da coordenadora técnica e da assistente técnica que secretaria a COE na reunião nacional de COEs e COFs e COEs, realizada no CFP entre

os dias 16 e 18 de julho de 2018, ocasião na qual foram realizados debates importantes sobre instrução processual, mediação, reestruturação e revisão da Resolução CFP nº 007/2003 e da 006/2007 e outros assuntos de interesse das comissões.

Naquela ocasião verificou-se o pioneirismo deste CRP-12, que está em compasso com os CRPs SP e BA, resultando em contato feito pelo CRP MG para uma visita técnica, com o objetivo de conhecer os procedimentos de implantação e condução da mediação em nossa jurisdição.

3.2.3. Oficinas de Orientação e Ética

Comissão de Orientação e Ética (COE), em parceria com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), realizam desde 2014 as Oficinas de Orientação e Ética, com objetivo de capacitar psicólogas(os) sobre a dimensão ética relacionada ao seu exercício profissional. Também visa promover o debate qualificado à formação da(o) psicóloga(o) e fortalecer o diálogo com as IES (discentes e docentes), subsidiando reflexões sobre o conceito de ética em sua relação com a formação profissional. Para promover esta atividade, os conselheiros têm se reunido em busca de qualificação para o debate com os acadêmicos de Psicologia e psicólogas (os). Os dados da atuação profissional em Santa Catarina estudados são resultantes do levantamento das denúncias recebidas pela COE nas gestões do CRP-12 e dos atendimentos realizados pelas psicólogas assistentes técnicas tanto da COE, como da COF. Em 2018 foi realizada uma Oficina de Orientação e Ética, na cidade de Xaxim, na Faculdade CELER, no dia 06 de junho.

3.2.4. Mediação

Considerando a introdução da Mediação no Sistema Conselhos de Psicologia, como forma de solução consensual de conflitos, com a qual se deseja alcançar a justiça nos processos éticos, o CFP publicou a Resolução nº 007/2016, que institui e normatiza a Mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos no Sistema Conselhos de Psicologia, regulamentando a criação de Câmara de Mediação no âmbito das Comissões de Ética e alterando a Resolução CFP 006/2007, que institui o Código de Processamento Disciplinar. Assim sendo, e conforme estabelecido pela resolução supra, este CRP-12 também publicou sua Resolução

nº 006/2017, em 29/06/2017, que institui a Câmara de Mediação e outras possibilidades de auto composição dos conflitos ético-disciplinares no âmbito do Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região. Já no dia 15/12/2017 restou concluída a etapa de seleção de mediadoras para comporem a Câmara de Mediação desse regional, sendo aprovadas cinco mediadoras independentes.

A qualificação das mediadoras foi realizada em encontro presencial no dia 02/03/2018, na sede deste CRP-12 e em reunião de COE realizada em 20/03/2018 houve a decisão de suspensão dos trâmites processuais de todos os 85 processos em trâmite à época, diante da necessidade de intimar as partes de todos os processos, inclusive os já julgados com pendência sobre a aplicação da penalidade. A Comissão determinou a suspensão dos trâmites processuais e o envio da Carta Convite para a Mediação às partes interessadas nos autos. A suspensão perdurou até o momento da manifestação das partes ou do término do prazo, mesmo que sem apresentação de interesse das partes pela mediação. Apenas não tiveram os trâmites processuais suspensos aquelas representações e processos éticos em que uma das partes encontrava-se incomunicável ou que tivesse sido declarada revel.

Ressaltamos o importante trabalho que as mediadoras vêm desempenhando junto às partes interessadas nos processos. Com o objetivo de alinhar os trabalhos de mediação com a missão da autarquia e manter uma boa interação entre as mediadoras e este CRP-12, a COE tem realizado encontros periódicos com elas, ocorridos nos dias 31/07 e 09/10. Entendemos que essa proximidade entre COE e mediadoras tem promovido benefícios para ambas as partes, visto que o âmbito dos conflitos estabelecidos entre as psicólogas e os usuários de seus serviços também se trata de algo novo para as mediadoras.

No ano de 2018, 22 processos foram encaminhados à Câmara de Mediação e foram realizados encontros de mediação em 18 destes processos, resultando em 10 acordos e 8 não acordos. Todos os acordos foram homologados pelo Plenário. Ressalta-se que houve desistência das partes em 5 processos já em fase de agendamento de encontro de mediação.

Entendemos que a mediação trouxe retornos positivos, mesmo nas situações em que o acordo entre as partes não resultou exitoso, considerando que as partes interessadas nos processos encontram, por este meio, a possibilidade de dialogar de forma respeitosa sobre o conflito, o que promove a autorreflexão dos indivíduos sobre seus atos e, conseqüentemente, a reparação do dano causado à vítima, a responsabilização de quem o causou e a restauração de laços sociais.

3.2.5. Diálogo sobre Mediação nos Processos Éticos

No dia 06 de novembro, na Sede do CRP-12, ocorreu o encontro com representantes da Comissão de Orientação e Ética - COE do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – CRP-MG. A visita foi solicitada pela COE do CRP-MG, com o objetivo de conhecer o modo como o CRP-SC implantou a Mediação nos processos éticos.



Participaram do encontro Rodrigo Gomes Ferreira, Presidente da COE e Flávia Elisa Haut, Psicóloga Assistente Técnica, ambos do CRP-SC; Neusa Maria Kuester Vegini e Sandra Vilela, mediadoras do CRP-SC; Presidenta Letícia Gonçalves, Conselheira Membro Madalena Luiz Tolentino e a Psicóloga de Referência Técnica Silvana Pontes Bueno, representantes da COE do CRP-MG. O encontro foi produtivo e importante para compartilharmos os trabalhos do CRP-12 com as mediações, visto que somos, atualmente, um dos CRPs mais avançados nesta questão. Também pudemos aprender sobre as estratégias administrativas do CRP-MG nos trâmites dos processos éticos, com os quais o CRP de Minas Gerais possui bons resultados.

3.3. COMISSÃO DE ANÁLISE DE TÍTULO DE ESPECIALISTA – CATE

O registro profissional de especialista é fornecido pelo Conselho Regional no qual a(o) psicóloga(o) tem sua inscrição principal. Cabe à Comissão de Análise do Título de Especialista a análise preliminar dos documentos e seu parecer sobre a concessão ou não do título – com base nas [Resoluções CFP nº 03/16](#) que altera a [Resolução CFP 013/2007](#) que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Por conseguinte, o Plenário aprova ou não a concessão do título profissional de especialista.

Atualmente, são 12 as especialidades em Psicologia:

- I - Psicólogo especialista em Psicologia Escolar/Educacional
- II - Psicólogo especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho
- III - Psicólogo especialista em Psicologia de Trânsito
- IV - Psicólogo especialista em Psicologia Jurídica
- IX - Psicólogo especialista em Psicomotricidade
- V - Psicólogo especialista em Psicologia do Esporte
- VI - Psicólogo especialista em Psicologia Clínica
- VII - Psicólogo especialista em Psicologia Hospitalar
- VIII - Psicólogo especialista em Psicopedagogia
- X - Psicólogo especialista em Psicologia Social
- XI - Psicólogo especialista em Neuropsicologia
- XII - Psicologia em Saúde

Novas especialidades poderão ser regulamentadas pelo CFP, sempre que sua produção teórica, técnica e institucionalização social assim as justifiquem.

As reuniões da CATE se deram às vésperas das reuniões Plenárias Ordinárias realizadas ao longo do ano, sendo recebidos 123 requerimentos do título profissional de especialista. O resultado

decorrente das análises da comissão e, conseqüentemente do Plenário, pode ser visualizado na planilha a seguir:

Decisão	Total	Especialidade	Parcial
Concessão	105	Psicologia Clínica	65
		Psicologia do Trânsito	8
		Psicologia em Saúde	9
		Psicologia Hospitalar	3
		Psicologia Jurídica	2
		Psicologia Organizacional e do Trabalho	5
		Psicologia Social	0
		Psicomotricidade	1
		Psicopedagogia	3
		Neuropsicologia	9
Não concedido	7	Psicologia Clínica	1
		Neuropsicologia	1
		Psicopedagogia	2
		Psicologia Organizacional e do Trabalho	2
		Psicologia Hospitalar	1
Em análise	10	Psicologia Clínica	6
		Neuropsicologia	2
		Psicologia do Trânsito	1
		Psicologia Organizacional e do Trabalho	1

3.4. CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP)

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) foi instaurado em 2006, no Sistema Conselhos de Psicologia, com vistas a identificar oportunidades estratégicas de participação da Psicologia na prestação de serviços prevista nas ações desenvolvidas pelas Políticas Públicas, contribuindo para a expansão da Psicologia na sociedade e para a promoção dos Direitos Humanos no Brasil. Além disso, tem por objetivo sistematizar e difundir o conhecimento e as práticas psicológicas nas políticas públicas, através de pesquisas realizadas a nível nacional e estadual, disponibilizando referências para uma atuação competente e qualificada da profissão.

Em seus princípios e finalidades, o CREPOP possui um sentido estratégico que combina a avaliação das necessidades da categoria, no sentido de sua empregabilidade, com a ampliação da cidadania na sociedade brasileira, na medida em que as(os) psicólogas(os) trabalham como mentores fundamentais do Estado democrático de direito.

Dessa forma, o CREPOP é uma conquista de todas(os) as(os) psicólogas(os). Todas as ações do Centro caminham na direção da referenciação da prática profissional, definindo diretrizes para as(os) psicólogas(os) do Brasil. A equipe do CREPOP – SC é composta por Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (Coordenação CREPOP) e Iramaia Ranai Gallerani (Técnica em pesquisa).

ATIVIDADES/AÇÃO REALIZADA:

Atividades Gerais

Site CRP-12

- Atualização de publicações na Plataforma de Participação e Controle Social;
- Produção de conteúdo para o espaço “Campanhas”;
- Organização de orientações à categoria sobre a atuação na Saúde Suplementar.

Biblioteca



SEDE – Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros,
Florianópolis, CEP 88080-300 – (48) 3244-4826 –
crp12@crpsc.org.br|

SUBSEDE SUL – Rua Henrique Lage, 267, Sala 02, Ed.
João Benedet, Centro, Criciúma, CEP 88801-010 – (48)
2102-7091 – sul@crpsc.org.br|

SUBSEDE NORTE – Rua Blumenau, 64, Sala 1306, Ed.
Adville Business, America, Joinville, CEP 89204-248 –
(47) 3202-7421 – norte@crpsc.org.br|

SUBSEDE OESTE – Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Ed.
Lázio, Centro, Chapecó, CEP 89802-130 – (49) 3304-
0388 – oeste@crpsc.org.br|

- Organização dos materiais recebidos na biblioteca;
- Envio de e-mails a Conselheiras(os) e Equipe Técnica sobre Referências Bibliográficas recebidas;
- Envio de materiais e Referências Técnicas para a biblioteca das subdes.

E-mail e Correio

- Envio de Referências Técnicas, por e-mail, solicitadas por profissionais e estudantes de psicologia;
- Envio de Referências Técnicas, pelo correio, solicitadas por profissionais de psicologia;
- Prestação de orientações sobre a atuação de psicólogas(os) em Saúde Suplementar.

Outras atividades

- Parceria com Disciplina Prática de Pesquisa Orientada, Curso de Psicologia – UFSC. Um estudante vinculou-se à pesquisa nacional sobre a atuação de psicólogas(os) junto a políticas de direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- Participação como ouvinte no III Congresso Catarinense Psicologia: Ciência e Profissão;
- Participação do CREPOP em mesa redonda “Psicólogas(os) na Saúde Suplementar aspectos éticos, técnicos e regulatórios”, no III Congresso Catarinense Psicologia: Ciência e Profissão;
- Participação no Seminário Políticas Públicas Etapa Sul, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia e Conselheiros Regionais da região Sul;
- Participação em roda de conversa na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, com o povo Laklãnõ Xokleng (José Boiteux);
- Participação em roda de conversa junto a povos da Casa de Caridade Baiano Zé Pelintra e Caboclo Tupinambá, Blumenau;
- Participação do I Encontro Nacional de Rede de Articulação Psicologia, povos indígenas, quilombolas, de terreiro, tradicionais e em luta por território.

PESQUISAS ESTADUAIS

3.4.1. Mapeamento por Área de Atuação e participação em espaços de Controle Social e Espaços Coletivos que visem a Cidadania

Pesquisas de Mapeamento de psicólogos(os) por área de atuação são desenvolvidas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região (CRP-12), desde 2014. Naquele ano, foi lançada uma pesquisa com foco no mapeamento da atuação de psicólogos(os) em políticas públicas, que se mantém até os dias atuais, tendo sendo revisada anualmente.

Considerando a participação das(os) psicólogas na pesquisa de mapeamento entre 2015 e março de 2017, verificou-se que a quantidade de psicólogas que iniciaram o preenchimento do questionário era pouco representativa, em números, da categoria em SC. Dessa forma, ao final de 2018, a pesquisa passou a ter uma versão resumida, com um total de oito perguntas, disponível ao preenchimento da categoria.

A Pesquisa de Mapeamento é um importante instrumento do CRP-12 para a identificação das principais áreas de atuação das(os) psicólogas(os) catarinenses, bem como das lacunas de campos ainda não ocupados pela categoria. Os dados do mapeamento podem oferecer subsídios para ações regionalizadas do CRP-12.

3.4.2. Atuação de Psicólogos(os) em Saúde Suplementar

Considerando a significativa atuação das(os) profissionais na saúde suplementar, bem como as demandas da categoria provenientes deste contexto de trabalho, o Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região (CRP-12), em parceria com o Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense (FEPSIC) e o Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina (SINPSI-SC), constituíram o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Saúde Suplementar (GTSS). Desde sua constituição, o GTSS tem ouvido as(os) psicólogas(os) catarinenses, realizado pesquisas, dialogado com a Agência Nacional de

Saúde Suplementar (ANS) e com as Operadoras de Planos de Saúde, afim de construir respostas aos questionamentos que emergem da categoria.

Este Grupo de Trabalho se organiza no sentido de propor diretrizes éticas, técnicas e regulatórias ao trabalho da(o) profissional de Psicologia, no que tange à relação com Operadoras de Planos de Saúde e beneficiárias(os) de tais planos. No ano de 2018 foram realizados eventos para apresentar o as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho, bem como realizar orientações, nos seguintes locais: Florianópolis – Sede (01/09/2016 e 05/03/2018), Chapecó – Subsede Oeste (19/08/2016), Joinville – Subsede Norte (04/08/2016 e 22/02/2018) e Criciúma – Subsede Sul (05/08/2016).

As principais temáticas trabalhadas foram a organização administrativa do trabalho (contrato com as Operadoras e formas de contratação), rol de procedimentos e eventos em saúde, encaminhamento médico, Programa QUALISS, além de orientações acerca do tempo de sessão, cobrança de faltas, elaboração de documentos, prontuários, honorários, contrato terapêutico. Foram, ainda, abarcados aspectos trabalhistas relativos à atuação nesse campo.

Além disso, foram realizados eventos preparatórios que antecedem o 10º Congresso Nacional de Psicólogas(os), a principal instância de deliberações do Sistema Conselhos de Psicologia. Nestes, discutiu-se sobre orientações técnicas, éticas e administrativas, além de condições de trabalho na saúde suplementar. Os encontros ocorreram em Florianópolis (02/09), Joinville (24/09) e Lages (05/10). Desses encontros, surgiram propostas para qualificar a atuação em Saúde Suplementar, a serem apresentadas e votadas no Congresso Regional de Psicologia, que irá ocorrer nos dias 06 e 07 de abril de 2019.

O material advindo da realização das atividades passou por análise da Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-12 e Grupo de Trabalho em Saúde Suplementar, com vistas à construção de orientações a constarem no *Caderno Temático Psicologia e Saúde Suplementar* e fornecer subsídios para ações posteriores. Ao longo de 2019, são previstos lançamentos presenciais do referido Caderno na Sede e nas Subsedes do CRP-12, assim como reuniões com Operadoras de Planos de Saúde de Santa Catarina, a fim de discutir questões pertinentes ao fazer da Psicologia nesse campo, com vistas à valorização profissional e garantia da prestação de serviços com qualidade ética e técnica.

Ao todo, em 2018, foram feitas cinco reuniões do Grupo de Trabalho, para a organização das demandas de trabalho na área, discussão sobre a ampliação do diálogo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar e Operadoras de Planos de Saúde, análise de contratos mantidos entre psicólogos(os) e Operadoras e elaboração do *Caderno Temático Psicologia e Saúde Suplementar*.

3.4.3. Cartilha Concursos

O CRP-12, em conjunto com Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina (SINPSI-SC) e Fórum de Entidades de Psicologia Catarinense (FEPSIC) mantém o **Grupo de Trabalho Concursos Públicos**, responsável por realizar análise periódica de editais de concursos públicos e processos seletivos de interesse da Psicologia, a fim de averiguar a compatibilidade entre conteúdo solicitado nas provas e funções a serem desempenhadas pela(o) profissional com o que é relativo à profissão. Além disso, analisa questões trabalhistas como carga horária e remuneração.

No intuito de garantir a oferta de vagas que valorizem a profissão de psicóloga(o), o referido GT, junto ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) realiza a elaboração de um material de referência à elaboração de vagas para psicólogas(os) em concursos e processos seletivos de Santa Catarina. Pretende-se mostrar, principalmente a gestoras(es) e agências envolvidas(os) na elaboração de certames, as atribuições de psicólogas(os) nas áreas de atuação e indicar bibliografias importantes em tais áreas. O intuito é evitar a oferta de vagas com funções generalistas e/ou que apresentem divergências tanto no que diz respeito à psicologia enquanto ciência e profissão (normativas da profissão), quando para atribuições relativas a uma área específica. Além disso, pretende-se colaborar com a valorização profissional, uma vez que muitos concursos e processos seletivos são abertos com a oferta de salários abaixo do que é indicado à profissão em Projetos de Lei e Tabela de Honorários.

O objetivo da referência é dar subsídios, principalmente, às empresas e às prefeituras, quanto à elaboração de editais de concursos públicos e processos seletivos que disponibilizem vagas para psicólogas(os). A Cartilha terá os seguintes conteúdos: Definição das áreas da psicologia e as principais atribuições da(o) psicóloga(o) em cada área de atuação; Sugestão de conteúdos programáticos para cada área, em especial as publicações do sistema conselhos, CREPOP e legislações; Lista de especialidades em psicologia (Resolução 003/2016); Referências sobre carga horária/salário; Item sobre políticas públicas e psicologia.

3.4.4. Projetos Estaduais

Políticas Públicas, Garantia de Direitos e Controle Social: Formação Permanente de Psicólogas(os) para atuação em espaços de Controle Social

Compreende-se a participação da psicologia em espaços de controle social como fundamental para a formulação, controle e desenvolvimento de políticas públicas pautadas na garantia dos direitos humanos. Ao participar de espaços coletivos junto à população, a(o) profissional faz circular olhares e análises sobre a sociedade, sobre os sujeitos e suas relações. Ao dialogar em espaços coletivos sobre a necessidade de luta por direitos sociais e humanos, além de contribuir com a formação destas pessoas, a Psicologia oferece ferramentas conceituais e pode mobilizar ações que visam o exercício da democracia e, por consequência, da cidadania. Participar do controle social das políticas públicas, no atual contexto político, significa também reivindicar condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho das(os) profissionais da Psicologia nas políticas públicas.

Nesse sentido, em 2017 foram realizadas oficinas de multiplicação junto à categoria de psicólogas(os), enquanto ação do Projeto Participação e Controle Social do CRP-12. Estas tiveram como objetivo formar e capacitar psicólogas(os) para a atuação nos espaços de controle social; Refletir sobre a relação entre direitos humanos, políticas públicas e controle social; Refletir sobre o papel fundamental das(os) psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas para garantia do Estado democrático de direito; Trabalhar com as dimensões práticas que envolvem a participação em conselhos de políticas públicas; Fomentar a participação de psicólogas(os) em espaços de controle social da gestão pública e espaços coletivos relacionados à cidadania; Articular as(os) psicólogas(os) que atuam nas políticas públicas de cada região; Vincular psicólogas(os) à Política de Participação e Colaboração do CRP-12.

Como forma de dar continuidade ao processo de participação e controle social, o CREPOP realiza acompanhamento periódico da atuação da categoria nos espaços de representação, por meio de relatos das(os) participantes, atas e memórias de reunião. Além disso, encontra-se em elaboração vídeo de capacitação para psicólogas(os) que têm interesse em representar o CRP-12 em espaços de controle social.

PESQUISA NACIONAL

3.4.5. Atuação de Psicólogos(os) na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)

O processo de escolha dos temas de pesquisa do Crepop respeita as indicações da categoria para elaboração de referências técnicas. Desta forma, a Rede de Atenção Psicossocial foi objeto de tese formulada durante o 9º Congresso Nacional da Psicologia (CNP, 2016) e definida pela Assembleia de Políticas, Administração e Finanças (APAF, dez/2017) do Sistema Conselhos de Psicologia para o ciclo de pesquisa de 2018.

Esta pesquisa objetiva mapear as redes existentes e investigar a atuação de psicólogos(os) a partir da perspectiva de trabalho na Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, abarcando ações no que tange à desinstitucionalização, reabilitação psicossocial, intersetorialidade e redução de danos. Não menos importante, compõe objetivo decorrente dessa investigação enfatizar o caráter político dessa ação por parte não apenas do CREPOP, mas do Sistema Conselhos de Psicologia, para promover discussões, debates, mobilizações que evidenciem a situação e desmonte, precarização das condições de trabalho, os interesses em jogo, os caminhos possíveis e para que possam construir estratégias de ação.

Metodologicamente, o CREPOP tem como norteador para a definição do campo de investigação os marcos legais que balizam as políticas públicas. Após os levantamentos de tais marcos para o estado de Santa Catarina e em nível nacional, são feitas duas etapas de pesquisa, concomitantemente: etapa quantitativa e etapa qualitativa.

A etapa qualitativa diz respeito a um questionário online a ser aplicado individualmente, que trata dos seguintes tópicos: formação, caracterização do trabalho na RAPS, especificidades do trabalho em rede, principais desafios encontrados no desenvolvimento das atividades e práticas inovadoras em saúde mental. O mesmo se encontra disponível à categoria de psicólogos(os) até 29



de março de 2019. Já a etapa qualitativa diz respeito à realização de grupos de discussão sobre o tema, a partir das seguintes questões norteadoras: dimensão ético-política que permeia a atuação da RAPS, noções de rede de atenção, a Psicologia e a Rede de Atenção Psicossocial, a atuação de psicólogos(os) na RAPS, bem como implicações éticas vinculadas ao trabalho. Estes grupos foram organizados por região, com um total de cinco participantes por grupo, representando diferentes equipamentos da Rede. Em 2018 foram realizados grupos em Florianópolis e Joinville e serão realizados em 2019 grupos em Criciúma e Chapecó.

Vale ressaltar que todos os Conselhos de Psicologia que dispõem do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) desenvolvem a pesquisa em nível regional e, posteriormente, elabora relatórios acerca dos conteúdos debatidos nas discussões grupais. Esses conteúdos são revisados por uma comissão ad hoc adjunta ao Conselho Federal de Psicologia, a fim de produzir uma referência técnica na área pesquisada.

3.4.6. Reuniões Nacionais

Para a efetivação da pesquisa sobre a atuação de psicólogos(os) na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), foi realizada uma reunião em Brasília (18 e 19 de outubro) com a presença de coordenadoras(es) e técnicas(os) do CREPOP, a fim de promover consensos acerca de aspectos políticos e técnicos a nortear a pesquisa. Para além da discussão sobre a elaboração do questionário online e estruturação dos grupos de discussão, falou-se a respeito dos dispositivos a serem convidados a participar da pesquisa.

Ponto importante deliberado foi quanto a não participação de comunidades terapêuticas na etapa qualitativa da pesquisa. Isso, pois, considera-se que tais locais não são espaços promotores de saúde, ferem a luta antimanicomial, o processo de desinstitucionalização e a laicidade do estado. Sabe-se que historicamente esse modelo tem um caráter de correção moral – vide a imposição religiosa – em que, ao excluir essas pessoas, responde a uma demanda social de segregação, controle e normatização dos sujeitos. É possível destacar também a mercantilização do sofrimento a partir da busca de recursos públicos para manutenção destes espaços (CFP, 2018). Desta forma, tais instituições se fizeram presentes apenas enquanto possibilidade de a(o) profissional indicar como um

campo de atuação na RAPS, tendo em vista a importância de levantar um panorama situacional sobre o trabalho nestes locais.

3.4.7. Seminário Nacional Políticas Públicas

O Seminário Regional Sul ocorreu no Rio Grande do Sul, nos dias 27 e 28 junho 2018, com o tema “Psicologia, Educação e laicidade: enfrentamentos ao conservadorismo - Psicologia e defesa das Políticas Públicas”. O CREPOP do CRP-12 contribuiu com a organização do Seminário Regional sobre Políticas Públicas, por meio de participação em reuniões de planejamento, divulgação em mídias sociais e participação do conselheiro Ematuir Teles de Sousa, com fala relativa à Psicologia, Educação e relações de gênero: a laicidade em foco. O objetivo desta fala foi problematizar o cenário atual no que se refere a retirada das questões de gênero, orientação sexual e outras intersecções de documentos oficiais relacionados à educação e demais áreas.

Diante do cenário de desmonte das políticas públicas brasileiras, que afetam diretamente tanto a população atendida quanto trabalhadoras e trabalhadores (especialmente psicólogas e psicólogos) entende-se relevante que Sistema Conselhos de Psicologia promova ações que evidenciem tanto o desmonte quanto a precarização das condições de trabalho para a categoria e possa prestar as devidas orientações a esse respeito, com vistas ao desenvolvimento de um exercício profissional de qualidade. Nesse sentido, o CREPOP se caracteriza enquanto um instrumento de gestão, responsável por elaborar materiais que referenciem o exercício profissional de forma a garantir o acesso a direitos, à cidadania e emancipação dos sujeitos.

3.5. III CONGRESSO CATARINENSE DE PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

Aproximadamente 400 pessoas, psicólogas, estudantes e profissionais de outras áreas participaram de um dos maiores encontros da Psicologia Catarinense. Durante os quatro dias de



evento o Congresso promoveu cerca de 60 atividades entre elas: conferências, mesas redondas, oficinas, mini-cursos, rodas de conversas, lançamento de livros, apresentações de pôsteres, apresentações artísticas e culturais, reuniões ampliadas de trabalho, entre diversas outras possibilidades de trocas e compartilhamentos de experiências.

3.5.1 Homenagem do CRP-12 a profissionais que contribuíram para o desenvolvimento da Psicologia em SC

Durante cerimônia de abertura do III Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC), juntamente com o Fórum de Entidades da Psicologia catarinense (FEPSIC), realizou uma homenagem às(aos) psicólogas(os) que contribuíram para o desenvolvimento da profissão.

Foram homenageados foram: Adriano Henrique Nuernberg, professor aposentado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e fundador do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED) da UFSC; o primeiro presidente do CRP-





SC, no ano de 1992, Paulo Shiro Matsuo, foi homenageado pelo seu amigo Silvio Serafim da Luz Filho. Durante homenagem ambos relataram diversos acontecimentos a respeito das dificuldades e nuances do início do Conselho em Santa Catarina no seu período de instauração. A psicóloga e professora Maria de Lourdes Zanatta, uma das fundadoras da entidade mais antiga da psicologia catarinense - a Sociedade de Psicologia de Criciúma; Deise Maria do Nascimento, Professora, ex-presidente do CRP-12 e ex-conselheira do CFP; O Psicólogo Julio Schruber Junior, que

faleceu em 15 de maio deste ano, também seria um dos homenageados no III Congresso. A homenagem póstuma foi entregue a seus filhos durante o evento.

Além destas, duas homenagens foram surpresa, pois ambos homenageados fazem parte da Comissão Organizadora do III Congresso. A primeira foi para Silvio Serafim, psicólogo que também representou Santa Catarina na primeira gestão do CRP-SC; e a Psicologia, Rosane Granzotto, Conselheira efetiva do Conselho Federal de Psicologia e Secretária da Região Sul. O Silvio e a Rosane contribuíram grandemente e ainda contribuem para a psicologia catarinense e brasileira, além de terem atuado na primeira gestão do CRP-SC.

3.5.2. Oficinas e Minicursos

O pré-evento foi marcado pela realização de diversas oficinas e minicursos com o objetivo de promover ações de educação continuada para a categoria. Cerca de 200 estudantes e profissional de psicologia participaram dos debates dos mais variados temas da profissão.

Das 9h às 12h na sala Jequitibá do Centro de Eventos do Hotel Canto da Ilha aconteceu a oficina: Psicologia e o enfrentamento às práticas fascistas e discursos de ódio na conjuntura. Os palestrantes que abordaram a temática foram Yara Maria Moreira de Faria Hornke, que é psicóloga e mestre em Educação, Ematuir Teles de Sousa, mestre em Psicologia pela UFSC e conselheiro do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) e Nasser Haidar Barbosa – Psicólogo e Conselheiro do CRP-12, além de mestrando em Prevenção e Assistência a usuários de álcool e outras drogas.



No mesmo horário da oficina anterior, porém na sala Jatobá aconteceu a oficina: Diretrizes Curriculares Nacionais: Desafios e possibilidades para a formação de psicólogas(os). Os articuladores desta temática foram Luciana Machado Schmidt, que é psicóloga, Doutora em Psicologia e Doutoranda em Gestão do Conhecimento, e Eliz Marine Wiggers psicóloga, Mestre em Psicologia e vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP.



Durante a manhã na sala Manacá foi realizado minicurso: A psicologia humanista na promoção da realização humana. A responsável pela temática foi Anita Bacellar, psicóloga, especialista em Psicologia Clínica e Mestre em Educação pela Unisul. A oficina plantão psicológico na prática da psicologia humanista aconteceu na mesma sala no período da tarde. As coordenadoras da oficina do Espaço Viver

Psicologia foram Maira de Souza Flôr, que é psicóloga e especialista em Psicologia Clínica juntamente com Doralina Enge Marcon, também psicóloga e especialista em Psicologia Clínica.

O minicurso: planejamento de carreira de psicólogas(os) catarinenses: aspectos teórico-práticos aconteceu durante todo o dia na sala Mata Atlântica do Hotel Canto da Ilha. O responsável pela coordenação do curso foi o conselheiro do CRP-SC, Marcos Henrique Antunes, que é psicólogo e mestre em Psicologia pela UFSC. Acompanhado de Marilu Diez Lisboa, psicóloga, Doutora em

Psicologia Social pela PUC/SP e Pós doutora com pesquisa sobre Juventude, Trabalho e Desemprego – UNESP, Silvio Serafim, psicólogo e Doutor em Educação pela USP e o professor Vanderlei Brasil, psicólogo e Especialista em História pela UFSC.

Das 14h às 17, na sala Jacarandá aconteceu o minicurso: posicionamento ético-político da psicologia diante de interpelações (cis)normativas. O tema proposto pelo GT Gênero e Sexualidades do CRP-SC foi mediado pelo conselheiro Ematuir Teles de Sousa com Daniel Kerry, e Marília dos Santos Amaral, ambos doutores em psicologia pela UFSC.

O minicurso: Nunca me sonharam: contextos socioculturais, práticas de exclusão e os corpos estigmatizados foi realizado na sala Jatobá, das 14h às 17h. AS articuladoras foram Simone Vieira de Souza, psicóloga, Conselheira do CRP-SC e doutora em Educação pela UFSC, com Eliz Marine Wiggers, psicóloga e mestre em Psicologia, Joseane de Oliveira Luz, psicóloga, Conselheira do CRP-SC e especialista em Avaliação Psicológica e Tatiane Cristine Silva - Psicóloga, Conselheira do CRP-12, Especialista em Psicologia e Práticas Clínicas

O último minicurso foi a: Escuta de gênero: sofrimento ético-político e as violências naturalizadas, que foi realizada pela responsável pelo Instituto Granzotto de Psicologia Clínica Gestáltica, Rosane Lorena Granzotto, especialista em Psicologia Clínica e mestre em Filosofia pela UFSC.

3.5.3. Conferências

O temário do III Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão e os quatro eixos principais foram desenvolvidos no formato de conferências, ou seja, uma análise de conjuntura sobre os campos específicos articulado com a cenário social, cultural e político da atualidade. O tema central do evento, "Das psicologias que temos às psicologias necessárias na construção de novos possíveis" a psicóloga Profa. Dra. Maria Aparecida Bento, conhecida nacionalmente como Cida Bento, destacou o papel da(o) psicóloga(o) como mediadora(or) entre os diferentes setores da nossa sociedade. Ela trouxe ainda questionamentos a



respeito da morte de jovens negras(os) estudantes de universidades públicas, questões sobre o sofrimento de mulheres e também da psicologia social. Mencionou o lugar da psicologia frente a esses compromissos.



A professora da PUC/SP e ex-presidenta do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), Elisa Zaneratto Rosadebateu os Conceitos e Ferramentas necessárias para o exercício profissional em diversos contextos. Ela destacou a necessidade de se fazer uma potente indagação aos conceitos do fazer

profissional, pensando sobre os problemas e as críticas que enfrentamos hoje na profissão. O questionamento principal ficou em torno de: "Que saídas temos produzido para desatar os "nós críticos" da Psicologia?".

A outra conferência foi desenvolvida professora da Unicamp e atual presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP, Angela Fatima Soligo. Ela problematizou o tema como construir-se Psicóloga(o) e também os novos possíveis para este processo de formação. A palestrante abordou sobre vivências e práticas necessárias para um melhor entendimento da subjetividade. "As habilidades de escrever e argumentar - além de falar e escutar o outro - são estratégias primordiais de argumentação.

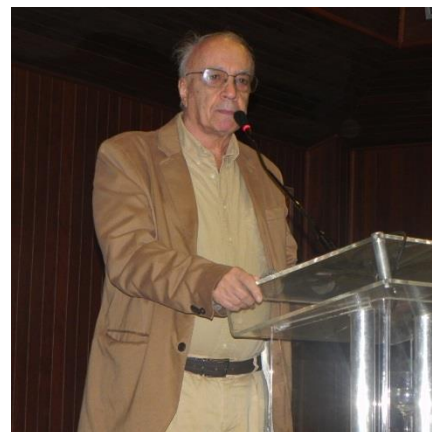


O terceiro eixo do Congresso debateu sobre Promoção de igualdade social, inclusão, lutas contra o racismo, a discriminação e o preconceito. Foi proferida pelo Professor da Universidade Federal do Alagoas, Saulo Fernandes. Na sua fala, destacou a importância de saber o seu lugar enquanto sujeito para poder avaliar as implicações sociais. “Temos que saber lidar com afetividades



que foram esquecidas, abandonadas. Não podemos pensar as coisas no imediato, temos que ter a famosa memória longa e recuperar as implicações sociais do país, que aconteceram desde o processo de des-colonização” disse. Para ele, a questão étnica racial é fundamental e central para se pensar em modernidade. “Se ela é central, ela me torna sujeito branco, negro ou indígena, e temos que discutir mais as implicações disso e lembrar dos nossos privilégios, quais grupos evidenciamos e quais falas a gente deixa invisível”.

Para finalizar, a última conferência foi proferida pelo sociólogo, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Emir Sader. Com a temática "Das psicologias que temos às demandas do povo brasileiro", o professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), parabenizou a representatividade presente no Congresso e destacou o momento decisivo das eleições para a reconstrução da democracia no Brasil. “É uma contagem regressiva que tem muito a ver com a luta de militância em defesa do SUAS”. O palestrante reforçou, ainda, a importância das políticas sociais para o desenvolvimento de uma nação justa e com educação. Sader ainda elogiou e enalteceu o protagonismo da Psicologia, que hoje atua articulada com as políticas públicas e movimentos sociais brasileiros, e fez um apelo à categoria: “Nós temos privilégios, e muitos nos formamos em universidades públicas. Temos a missão de desalienar as pessoas e usar nosso conhecimento técnico para mostrar a eles que a Psicologia esta interligada com as políticas e direitos sociais”.



3.5.4. Mesas redondas

Outro ponto importante do evento foi os debates oriundos das mesas redondas. Durante os três primeiros dias de evento, diversos debates foram realizados a partir dos temas apresentados abaixo:

- Psicologia ambiental
- Avaliação psicológica, elaboração de documentos por Psicólogas(os)
- Reparação psíquica à violência de estado em Santa Catarina
- Psicologia e polícia- embates e aproximações
- Psicólogas(os) na saúde suplementar: aspectos éticos, técnicos e regulatórios
- Psicologia e relações raciais: questões emergentes.
- Psicologia aplicada à saúde e segurança do trabalho
- Interface entre psicologia educacional crítica e a análise do trabalho
- A atuação profissional de psicólogas(os) nas políticas públicas de saúde e assistência social
- Desafios para implementação do sistema de prevenção a
- Depoimento especial, embargos e desafios
- Saúde mental
- Formação, prática e compromisso social da psicologia no SUAS
- Violência conjugal:
- Risco psicossociais no trabalho
- Educação e as práticas intersetoriais numa perspectiva de Direitos Humanos

3.5.5. Encontro de Articulação em Defesa dos Direitos Humanos no Estado de Santa Catarina

Uma das reuniões ampliadas do Congresso foi sobre a necessidade de construir uma rede de articulação em defesa dos direitos humanos. A atividade contou com a participação de instituições, movimentos sociais, coletivos organizados na defesa dos direitos humanos e do sistema de prevenção a tortura. Ao final do encontro, foi elaborado um manifesto, o qual foi



apresentado antes da Conferência “Promoção de Igualdade Social, Inclusão, Lutas contra o Racismo, a Discriminação e o Preconceito”, proferida pelo professor Saulo Luders Fernandes, no dia 01 de setembro de 2018, convocando para uma assinatura conjunta com o objetivo de manifestar

à sociedade e aos órgãos governamentais a profunda indignação pelo recrudescimento de um projeto de sociedade excludente que vem dominando o cenário político brasileiro.

3.5.6. Apresentações culturais produzem potência aos debates e reflexões do Congresso



Os três primeiros dias do III Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão foram marcados por apresentações artísticas e culturais. No primeiro dia, logo após a conferência de abertura de Maria Aparecida Bento, os congressistas foram recepcionados pelo grupo Cores de Aidê, de Florianópolis, que agrega mulheres diversas - em seus percursos, histórias, estéticas, vivências, gerações e procedências - através da percussão, fazendo-as convergir na compreensão da

potência artística e política do samba reggae. No segundo dia de Congresso a apresentação foi do grupo de canto das crianças da comunidade Chico Mendes (Geração da Chico), de Florianópolis, através do maestro da comunidade e professor de música do projeto. O Projeto Geração da Chico é um espaço para o desenvolvimento psicológico através de brincadeiras e oficinas socioeducativas para as crianças da Chico Mendes. A última apresentação cultural foi do Maracatu Baque Mulher de Florianópolis, grupo formado por aproximadamente 20 mulheres, que se reúnem para tocar maracatu, compartilhar experiências e fomentar o empoderamento feminino. O movimento leva para as ruas e apresentações mensagens sobre as diferentes questões vivenciadas pelo mundo das mulheres - permitindo reflexões sobre violências verbais, psicológicas e físicas, racismo contra a mulher negra,

valorização das matriarcas nas tradições da religião de matriz africana e indígena, e ainda, sobre o poder feminino e o legado das mulheres que lutaram por seus direitos básicos.

3.5.7. O CNP no Congresso Ciência e Profissão

As primeiras etapas do 10º Congresso Nacional de Psicologia-CNP, em Santa Catarina, aconteceram durante a programação do III Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão, realizado de 30 de agosto a 2 de setembro no Hotel Canto da Ilha, em Florianópolis. Cerca de 50 atividades que acontecerão durante o III Congresso foram previamente selecionadas como “Eventos Preparatórios ao CNP” - entre mesas-redondas, conferências, oficinas, minicursos e rodas de conversa. Em cada uma delas, foi amplamente divulgado a possibilidade de redigir propostas para o Sistema Conselhos.

Nestas atividades, que abrangem temáticas diferenciadas, será possível formular propostas (orações simples que poderão servir como diretrizes gerais sobre um tema ou uma área da Psicologia e que deverão nortear a atuação da próxima gestão dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia). Sendo assim, o CNP mostra-se um movimento democrático que garante a participação direta no processo de deliberação acerca das ações a serem desenvolvidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, favorecendo e valorizando o protagonismo e a auto-organização para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. Somente no evento, cerca de 40 propostas para o 10º CNP foram recebidas. Além disso, foi dada uma ampla visibilidade a essa importante etapa de democracia da Psicologia.

3.5.8. Lançamento da campanha contra o preconceito a usuária e o usuário do SUAS

Na manhã do dia 2 de setembro, antes da conferência de encerramento do III Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão, no Hotel Canto da Ilha, em Florianópolis, foi realizado o Lançamento da Campanha de combate ao preconceito contra a usuária e o usuário da Assistência Social - SUAS. A Campanha foi criada pelo Conselho Federal de Psicologia e atualmente está sendo divulgada em Santa Catarina. Cerca de 30 usuárias(os) participaram de um manifesto, no

qual gritaram a chamada da campanha: "O SUAS é Meu; o SUAS é Seu; o SUAS é de quem tem direito".

Antes do manifesto, foi realizada uma roda de conversa com psicólogas(os), usuárias(os) e representantes do Fóruns Municipais de Usuárias(os), na qual o resultado da pesquisa feita nos equipamentos do SUAS no estado de Santa Catarina foi apresentado. Segundo a conselheira do CRP-

SC, Joseane de Oliveira Luz, que fez uma das apresentações, “a construção democrática de políticas públicas como o SUAS se faz de forma conjunta entre categoria e usuárias(os)". Durante abordagem, a psicóloga detalhou os Eixos e Comissões do CRP-SC, com destaque para o Eixo Saúde e Educação, além dos objetivos do Núcleo de Política da Assistência Social – NEPAS em Santa Catarina.



3.5.9. Instalação CRP-12 25 anos

Para comemorar os 25 anos de fundação do CRP-12, foi preparado uma instalação com fotos que contam a trajetória da instituição de todo este período. Além disso, durante o evento foi apresentado um vídeo institucional narrado pelas pessoas que contribuíram com a história da instituição. A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e representantes da equipe técnica do CRP-12 ficarão à disposição dos participantes do III Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão, no “Espaço Comemorativo 25 anos do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina”, no hall principal do evento,



com o objetivo de apresentar o trabalho da COF, distribuir materiais de orientação e dialogar sobre o exercício profissional.

3.5.10. Tenda Mulheres e Psicologia

A Comissão Mulheres e Psicologia do CRP-12 esteve presente no III Congresso promovendo rodas de conversas sobre a escrita gendrada nos meios de comunicação; mulheres com deficiência e a privação de direitos sexuais e reprodutivos; diálogo aberto sobre demandas e percepções violência psicológica contra as mulheres e a difícil detecção dos micromachismos. Durante todo o evento teve rodas promovidas pelas integrantes da comissão.



3.5.11. Lançamento de livros e apresentação de pôsteres



Além da apresentação de diversos pôsteres, o Congresso também propiciou o lançamento de livros produzidos por autoras catarinenses. Os livros lançados foram:

- 1) A Psicologia Humanista na prática: reflexões sobre a abordagem centrada na pessoa - Volumes 1, 2 e 3. Anita Bacellar
- 2) Famílias, grupos de terceira idade, asilos: o que sentem os idosos. Franciane Rech Da Silva, Rosa Nadir Teixeira Jerônimo, Cristina Adriana Rodrigues Kern.
- 3) Metodologia científica e psicodrama: porque escrever pode ser prazeroso. Márcia Pereira Bernardes.

- 4) Por que uma clínica do testemunho? Daniela Sevegnani Mayorca, Marilena Deschamps Silveira, Maria Paula Vieira, Rebeca Chabar Kapitansky.
- 5) Relações raciais: referências técnicas para a prática da(o) psicóloga(o) - CFP
- 6) Experiências Docentes: Em Foco o PIBID Psicologia Simone Vieira de Souza / Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12) Diana Carvalho de Carvalho / Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AÇÕES DIVERSAS POR CAMPO DE ATUAÇÃO

4.0.1 Atividades integradas nas regiões Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina

O mês de julho marcou a presença do CRP-12 em ações na Região Oeste Catarinense. A ação reuniu profissionais e estudantes. No dia 13/07 foi realizada Reunião de articulação do X CNP, com a presença de representantes da Associação de Psicólogos de Caçador - APSIC, na UNIARP. Já no dia 14, a Conselheira esteve presente na Cerimônia de Entrega de



Carteiras em



Chapécó, pela manhã. À tarde, aconteceu a reunião com articuladores da região Oeste e Extremo-Oeste. As atividades propiciaram articulações regionais com psicólogos(os) da região, bem como, planejar as próximas ações do CNP a partir de demandas e necessidades regionais.

4.0.2. CRP-SC participa da etapa Sul do IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas

No dia 28 de junho, aconteceu no Auditório Dante Barone da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a etapa Sul do IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. O objetivo do evento foi dar visibilidade às



práticas de profissionais da Psicologia nas políticas públicas e debater os desafios enfrentados, compartilhar experiências para fortalecer o exercício profissional e reafirmar garantias de direitos. O CRP-12 foi representado pela Conselheira Jaira Rodrigues e pelo Conselheiro Ematuir Sousa.

Durante as participações, se enfatizou que a(o) psicóloga(o) deve atuar com acolhimento, inclusão e respeito às diferenças, pela perspectiva da laicidade e dos direitos humanos.

4.0.3. Audiência Pública contra o Ensino EAD para os cursos da área da saúde

A conselheira e tesoureira Jaira Rodrigues representou o CRP-12 na audiência pública na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) para debater o ensino a distância (EaD) na formação dos profissionais de todas as áreas da saúde. No evento, cerca de 14 conselhos de classe se manifestaram contrários aos cursos de educação a distância, tanto em nível técnico quanto superior.



A audiência abordou sobre projetos de lei em tramitação na ALESC e Câmara dos Deputados, tratando justamente desta matéria. Entre eles, o PL 293/2016, de autoria da deputada Ana Paula Lima, proponente da audiência pública. O projeto de lei veda o funcionamento no estado de cursos técnicos de Enfermagem nesta modalidade. A deputada Ana Paula ainda qualificou como “alarmante” a situação, depois que o governo editou, no ano passado, decreto regulamentando o ensino a distância. O número de vagas na graduação para a formação de profissionais de saúde passou de 274,6 mil para 521,4 mil e, claramente, o foco não é a saúde da população, mas o negócio no mercado da educação.

Ao final da audiência pública ficou decidido pela elaboração de um documento no qual as entidades participantes declaram apoio ao PL 293/2016 - de Ana Paula Lima - e ao PL 2.891/2015 - do Deputado Federal Orlando Silva - que proíbe a formação não-presencial na graduação de enfermagem. Também ficou estabelecido que os conselhos profissionais avaliarão de forma mais criteriosa os estágios realizados no âmbito dos cursos EAD.

4.1. PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instituído no IX Plenário, o Núcleo Estadual De Psicologia Na Assistência Social – Nepas tem por objetivo promover ações voltadas para a psicologia na assistência social, no estado de Santa Catarina. O Núcleo de Política da Assistência Social CRP 12 é responsável pela articulação política entre a Psicologia e a atuação no campo da Assistência Social, através do Conselho Regional de Psicologia, no âmbito de Santa Catarina. O Núcleo de Política da Assistência Social do CRP -12 faz parte da Comissão de Políticas Públicas (CPP) da autarquia. É composto por conselheiros e colaboradores, por meio deste grupo são promovidos diálogos, eventos, reuniões institucionais, reuniões ampliadas com a categoria e outras instituições para articulação e desenvolvimento da atuação da Psicologia neste campo.

Seus representantes vêm construindo um histórico de atuação em espaços de representação social, como o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS); Fórum Estadual Permanente de Assistência Social (FEPAS); Fórum Estadual e Nacional dos Trabalhadores da Política de Assistência Social (FETSUAS/SC e FNTSUAS); Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) entre outros. Entre as ações desenvolvidas em 2018, seguem os destaques abaixo:

4.1.1. Seminário Estadual do FETSUAS

No dia 16 de julho de 2018 foi realizado, no Auditório da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, em São José, na Grande Florianópolis, o Seminário Estadual do FETSUAS. No evento foram discutidos os aspectos sobre o assédio moral no serviço público, suas características, os aspectos legais e as consequências na vida e saúde das (os) trabalhadoras (os), em especial das pessoas



que atuam no SUAS (Sistema Único de Assistência Social). No encontro também foi lançada a Campanha Estadual do FETSUAS contra o Assédio Moral no Trabalho.

O CRP-12 esteve presente, sendo representado pelos colaboradores do Núcleo Estadual de Psicologia na Assistência Social (NEPAS), Paloma Fabíola Borba e Eduardo Antunes que representam o CRP 12 no FETSUAS.

4.1.2. Psicologia e Inclusão - Semana Inclusiva da Grande Florianópolis

O CRP-12 auxiliou na promoção da *Semana Inclusiva da Grande Florianópolis*, em sua terceira edição, realizada em parceria com órgãos governamentais e não governamentais, instituições públicas e privadas que se uniram e vêm promovendo um novo olhar, sem preconceito, para as pessoas com deficiência.

A *Semana Inclusiva* ocorreu, em Florianópolis, de 17 a 23/09/2018, tendo como temas dos Seminários: "Consolidação da Lei Brasileira de Inclusão: Avanços e Possibilidades"; "Processo de Inclusão Senac/SC"; "Representatividade da Pessoa com Deficiência". Já as Oficinas enfatizaram as seguintes temáticas: "Esporte, Inclusão e Qualidade de Vida"; "Pessoa com Deficiência: Assédio Moral no Trabalho e Discriminação"; "Desenho Universal da Aprendizagem"; "Aprendizagem Profissional: Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho"; "Arquitetura e Acessibilidade".

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) colaborou com a *Semana Inclusiva*, com ênfase na preparação dos Seminários e também da Oficina "Inserção das Linguagens Artísticas nos Processos de Inclusão e Socialização – Experiências e Aprendizados". As atividades contaram com a participação do Conselheiro Fabricio Raupp, presidente do CRP; e da colaboradora Nanci Veras, integrantes do Núcleo Estadual de Psicologia da Assistência Social do CRP-SC - NEPAS.

4.1.3. Campanha combate o preconceito contra a(o) usuária(o) do SUAS

Projeto começou durante a XI Conferência Nacional de Assistência Social em 2017. CRP-12 reforça a campanha criada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas), com vídeos de Combate ao Preconceito contra a Usuária e o Usuário da Assistência Social.

A proposta da campanha, que iniciou em dezembro de 2017, é provocar o debate sobre questões que perpassam diariamente a vida das pessoas que acessam os benefícios, programas, projetos e serviços da Assistência Social. A ação foi construída em parceria com o Fórum Nacional de Usuárias e Usuários da Assistência Social (FNUSuas).

Para divulgar a campanha com o slogan “O SUAS é meu, o SUAS é seu, o SUAS é de quem tem direito” também foram produzidos cartazes e folhetos, os quais serão distribuídos em todos os equipamentos de atendimento do sistema no País.

Em Santa Catarina, o lançamento oficial da campanha será no III Congresso Catarinense Psicologia Ciência e Profissão, nos dias 30 de maio a 2 de junho de 2018, em Florianópolis. Em seguida, serão desenvolvidas outras ações em parceria entre o NEPAS - Núcleo de Psicologia na Assistência Social do CRP 12 e o FEUSUAS - Fórum Estadual de Usuárias/os do SUAS em SC.



4.2. PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

O Eixo Educação da Comissão de Políticas Públicas (CPP) do CRP-12 tem como objetivo construir espaços coletivos de discussões entre psicólogos (os) e outros profissionais que atuam na educação, consolidando um lugar de referência técnica, científica e metodológica na atenção e compreensão crítica da Psicologia Escolar e Educacional no diálogo com a escola.

A comissão de políticas públicas, eixo educação, compreende a relevância dessa discussão, na medida em que se observa a inserção da psicologia em diversas formas no cenário educacional como, por exemplo, em disciplinas específicas, em temas trabalhados em disciplinas atravessadas pela discussão do processo de constituição do sujeito, aprendizagem e desenvolvimento, relações entre professores e estudantes, funcionamentos escolares, dificuldades no processo de escolarização, entre outros.

Nessa direção, conforme acena o documento produzido no ano da Psicologia na Educação de 2008, há uma necessidade premente de enfatizar a importância da Psicologia – enquanto ciência e profissão – e sua contribuição no que se refere a consolidação da luta pelo direito a uma educação pública, de qualidade e socialmente referendada para todos e todas, ancorada nos princípios dos direitos humanos, no respeito a diversidade e com compromisso social e político. Entende-se que a atuação das (os) psicólogas (os) nesses espaços poderá contribuir para que a escola seja, efetivamente, um espaço democrático de produção e acesso ao saber, sobretudo, a população que tem reiteradamente, aviltada o direito de permanecer e continuar os estudos em contextos formais de ensino.

4.2.1. Ano da formação em Psicologia – Regional Sul

Cerca de cem profissionais de Psicologia do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná se reuniram no dia 14 de abril, em Florianópolis, para debater as diretrizes curriculares nacionais que norteiam a profissão. O



encontro Regional Sul - realizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e organizado pelo Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC), com apoio da Unisul - aconteceu na sede da Universidade do Sul de Santa Catarina –Unisul Campus Trajano, no centro da capital catarinense.

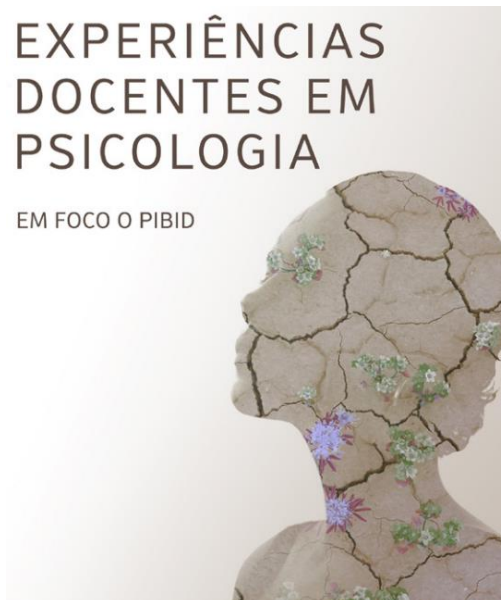
Nove grupos de trabalho foram realizados durante o encontro para promover o debate sobre temas como: Concepção geral da formação; Perfil do egresso, competências, habilidades e conhecimentos; Metodologias de ensino-aprendizagem; Sistema de avaliação; Estágios; Pesquisa; Extensão; Licenciatura; e Educação a distância (EaD).

No encerramento, nove delegadas(os) Psicólogas(os) e dois estudantes foram eleitos, assim como seis suplentes, que devem representar o Sul do Brasil no Encontro Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia - que acontecerá no dia cinco de maio de 2018.

4.2.2. Experiências docentes em psicologia: em foco o Pibib

Considerando a importância da licenciatura para a Psicologia, o CRP-12 e a Universidade Federal de Santa Catarina lançaram o livro Experiências docentes em psicologia: em foco o Pibib. Ele tem por objetivo apresentar as experiências docentes realizadas no âmbito do Pibid Psicologia da UFSC, desde 2010, em duas escolas da cidade de Florianópolis.

O Programa Institucional de Bolsa de Incentivo à Docência (PIBID) é um programa do Ministério da Educação, financiado pela CAPES, que integra as ações do governo federal no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Educação e ao conjunto de reformas iniciadas em 2001, com a promulgação das Diretrizes Nacionais para a Formação, em nível superior, de Professores para a Educação Básica.



Tem como objetivos principais fortalecer a escola pública como espaço de formação e promover a necessária articulação das universidades com as redes públicas de ensino.

O Pibid, no âmbito do curso de Licenciatura em Psicologia, busca propiciar aos estudantes da licenciatura um diálogo com as práticas docentes que se realizam na educação básica, compreendendo-as no contexto educacional e social em que estão inseridas. A apropriação da linguagem escrita é um dos eixos articuladores do projeto, considerando que é uma das temáticas centrais na formação de professores e também um dos desafios ainda presentes na realidade educacional dos anos iniciais de escolarização e sobre a qual, historicamente, a Psicologia tem efetivamente contribuído na produção de conhecimentos.

A presente publicação se torna relevante, pois permite a divulgação da produção original e inovadora que vem sendo realizada no âmbito da Licenciatura em Psicologia, ao mesmo tempo em que incentiva os debates sobre uma área de atuação da(o) Psicóloga(o): o ensino de Psicologia. Após publicação, o livro já foi lançado em vários eventos, a exemplo do Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão.

4.3. PSICOLOGIA NA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA

Entende-se como Psicologia na relação com o Sistema de Justiça toda e qualquer forma de trabalho da(o) psicóloga(o) que, de algum modo, dialogue com o sistema de Justiça em seus mais diversos dispositivos. Desta forma, são aqui compreendidos não apenas os profissionais ligados aos órgãos do Judiciário ou que respondem a ele mais diretamente, mas também os que atuam nos desdobramentos do Sistema de Justiça.

Psicólogas(os) lotadas(os) nos Tribunais de Justiça, Ministério Público, Segurança Pública, Sistema Prisional, peritos nomeados, assistentes técnicos, profissionais lotados no âmbito das medidas socioeducativas, em outros dispositivos da assistência social ou outras políticas públicas, podem atuar na interface com a Justiça, a partir do local onde estão e dos objetivos do serviço/política que representam. As práticas das(os) psicólogas(os) na relação com a justiça estão associadas com o conceito de Psicologia Jurídica – seja num viés avaliativo com produção de documentos, até as práticas que tenham por finalidade o encontro de soluções alternativas à judicialização, como a mediação de conflitos.

A Psicologia na relação com o Sistema de Justiça também engloba atividades externas ao Sistema Judiciário, mas que se relacionam com a produção de uma Justiça Social, contribuindo para enfrentamento das desigualdades sociais e garantia de direitos dos cidadãos. Para tanto, torna-se fundamental na relação da Psicologia com o Sistema de Justiça que a(o) psicóloga(o) tenha clareza da sua responsabilidade profissional intimamente relacionada com o serviço onde está atuando, a fim de comprometer-se com a atuação ética, técnica, coerente e crítica.

4.3.1. Luta contra terceirização no TJ termina com parecer favorável às(aos) trabalhadoras(es)

A Plenária da ALESC desta terça-feira, 10 de julho, colocou para votação o PLC 14.2/2016, de autoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). O principal objetivo deste PLC é destinar um terço dos recursos do FRJ ao Fundo de Acesso à Justiça (FAJ), possibilitando a contratação suplementar de advogados credenciados nos casos de impossibilidade de atuação da Defensoria Pública Estadual (DPE). Entretanto, a destinação deste recurso também previa a

possibilidade de contratar profissionais da Psicologia e do Serviço Social para atuarem por convênios, terceirizando a função que hoje é exercida por funcionárias(os) de carreira.



Durante a votação, os deputados retiraram do texto do projeto de lei esse ponto possibilitava que os recursos do FRJ fossem utilizados para a contratação de psicólogas(os) e assistentes sociais nestas condições, entendendo que essas funções devem ser desempenhadas apenas por servidoras(es) concursadas(os).

Esta conquista para a categoria foi resultado de quase dois anos de várias lutas coletivas que culminaram em mobilizações, reuniões, participação em audiências públicas, visitas diárias aos Gabinetes de Deputados/as, elaboração de documentos, participação assídua nas reuniões das Comissões da ALESC, encaminhamento de e-mails, abaixo-assinado, tudo tendo como centralidade a defesa do Concurso Público e da qualidade do atendimento à população usuária.

Essa luta foi coletiva e contou com o Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Serviço Social, Associação dos Assistentes Sociais e Associação das Psicólogas do Poder Judiciário, Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de SC, Sindicato dos Psicólogos, entre outras organizações que somaram esforços nesta empreitada.

Desde o início, nossa luta teve por objetivo evitar a fragilização do acesso à justiça, pois a terceirização destas atividades dentro do Poder Judiciário iria intensificar a precarização das relações de trabalho e dos serviços, materializados nos atendimentos de pessoas consideradas usuários/as prioritários/as das políticas: crianças, adolescentes, famílias privadas ou destituídas de seus direitos, mulheres vítimas de violência e idosos.

Durante as diversas reuniões apresentamos elementos suficientes para a supressão da terceirização, por entender e defender a importância do trabalho realizado por profissionais efetivos (concursados e não terceirizados) bem como a necessária presença destes profissionais em todas as Comarcas do Estado trabalhando em equipes multiprofissionais tal como previsto no ECA (o que implica na ampliação das vagas, e recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça - vide Provimento

36/2014), como forma de garantir o direito à população ao acesso à justiça por meio de serviços prestados com qualidade e ética.

Evitar a terceirização foi uma grande vitória para a categoria e de todas as instituições que por meio de um trabalho coletivo mostraram sua força em defender os direitos da população por políticas públicas de qualidade. Apesar desta vitória, a luta continuará pela ampliação das vagas no judiciário, pela criação de novos cargos nas comarcas, pela autonomia profissional, pela garantia das equipes interdisciplinares e também contra o transborde da justiça para outras políticas públicas.

4.3.2. Ampliação das vagas de psicólogas no Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Um das ações relacionadas ao sistema de justiça de Santa Catarina foi a luta pela ampliação das vagas de psicólogas no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, hoje com aproximadamente 28 profissional apenas. Diversas assembleias e reuniões foram realizadas. Através de requerimento formulado pela Associação dos Psicólogos do Poder Judiciário de Santa Catarina, CRP-12, Sindicato dos Psicólogos – SinPsiSC e outras entidades - em conjunto com os deputados estaduais Dirceu Dresch e Luciane Carminatti – em decisão do TJ-SC autorizou a contratação imediata de 5 cargos de psicólogas. O pedido inicial do CRP era para contratação de 14 cargos de psicólogas, conforme criados pela Lei Complementar Estadual nº 507/2017. Por questões orçamentárias o pedido não pode ser atendido em sua íntegra, mas será parcialmente atendido. A expectativa é continuar na articulação para ampliação do provimento das vagas em 2019.



4.3.3. II Seminário a atuação dos Psicólogos(os) na interface com a justiça

No dia 29 de outubro, o CRP-SC, representado pela psicóloga da Polícia Civil e colaboradora do Eixo Psicologia e Justiça desse órgão, Danielle Cadan, contribuiu com o debate



realizado no "II Seminário A atuação dos psicólogos na interface com a Justiça". O evento aconteceu na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, na cidade de Criciúma-SC. Nessa ocasião, Danielle explanou sobre a seguinte temática: "Escuta de crianças no sistema de justiça: algumas reflexões". Cumpre dizer que, a psicóloga da Polícia Civil da DPCAMI de Criciúma Samira Maffioletti Frizon

também compôs a mesa do evento no período noturno, proferindo palestra intitulada "A escuta de crianças e adolescentes em situação de violência: práticas possíveis". No período matutino o evento contou com a participação da psicóloga do TJ SC (Fórum da Comarca de Criciúma) Joana Patrícia A. de Assis, que discorreu sobre "A Psicologia e a prática no judiciário".

O evento foi promovido pelo curso de Direito da UNESC. A atividade teve como objetivo promover diálogos interdisciplinares e reflexões críticas sobre o lugar que a Psicologia ocupa frente às demandas sociojurídicas. Tal espaço de diálogo é fundamental para a construção da práxis psicossocial e sociojurídica, com compromisso social e ético-político com a cidadania e os direitos humanos. Estiveram presentes acadêmicas(os), professoras(es) e profissionais da área jurídica e da Psicologia.



4.4. PSICOLOGIA E SAÚDE

Em Santa Catarina, o Conselho Regional de Psicologia - CRP 12 tem participado da discussão e construção do campo Saúde, por meio do Eixo Saúde da Comissão de Políticas Públicas. E em um resgate histórico dos últimos anos pode ter como destaque algumas ações realizadas pelo CRP 12. São elas: mobilizações, realizadas em várias cidades do Estado, contra o Projeto de Lei do Ato Médico; eventos de Saúde Mental com usuários, pesquisas vinculadas aos espaços de atuação dos psicólogos e psicólogas no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do CREPOP; Ano Temático de Psicoterapia; Seminários de Atenção Psicossocial e apoio aos Movimentos sociais, como o da Luta Antimanicomial. Além disso, o Grupo de Trabalho em saúde do CRP 12 busca acompanhar/e ou ocupar representações nos espaços de controle social como o Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Entorpecentes, na Saúde Suplementar, na Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e Fórum de Saúde e Segurança do Trabalhador, entre outros. Abaixo, segue a descrição das principais atividades realizadas em 2018.

4.4.1. Caderno Temático de Orientação Sobre Psicologia e Saúde Suplementar

Ciente dos desafios presentes na atuação de psicólogos(os) na saúde suplementar, bem como a necessidade de profissionalizar o fazer neste campo, o IX Plenário do CRP-12, em



consonância com as deliberações do Congresso Regional de Psicologia – COREP/SC, lançou o Caderno Temático de Orientação Sobre Psicologia e Saúde Suplementar.

O Caderno é um material de orientação sobre a atuação de psicólogos(os) junto a Operadoras e Seguradoras de planos de saúde, que inclui aspectos relativos a tempo de sessão, cobrança de faltas, elaboração de documentos, prontuários, honorários e contrato terapêutico, bem como contrato estabelecido com as Operadoras e Seguradoras de Planos de Saúde. Inclui diretrizes

voltadas às Operadoras e Seguradoras de Planos de Saúde, no que se refere à obrigatoriedade do encaminhamento médico e a necessidade de ampliação do rol de procedimentos que as(os) psicólogas(os) realizam. Além disso, o material contém orientações para usuárias(os) de operadoras e seguradoras de saúde, com vistas à garantia de direitos das(os) mesmas(os), controle social em saúde suplementar, entre outras questões pertinentes.

O material está disponível nas versões impressas e online e tem sido uma importante ferramenta, não só para SC, mas para todo o sistema conselhos de Psicologia. Para o ano de 2019, o CRP-12 irá fazer o lançamento na sede e subsedes, com proposição de chamar a categoria e as operadoras para o diálogo, visando melhores condições para a atuação das psicólogas e psicólogos.

4.4.2. Organização do IV Seminário de Atenção Psicossocial

Grupo organizado por usuários, professores e integrantes do CRP-12 iniciaram as reuniões de organização do IV Seminário de Atenção Psicossocial. O evento previsto para os dias 15, 16 e 17 de agosto de 2019 terá como proposta debater sobre as possibilidades de cuidado psicossocial integral na atualidade. A proposta principal definida para o evento é afirmar o modo psicossocial como forma de cuidado na atenção à saúde mental.



A ideia é trazer para o debate as conquistas com as lutas da reforma sanitária, reforma psiquiátrica e com a luta antimanicomial. Ou seja, uma nova racionalidade de atenção psicossocial e integral nos processos de cuidado para com os outros. Desta forma, ao mesmo tempo que o evento buscará ser propositivo, também realizará um resgate histórico dos avanços e retrocessos, diferenciando o que é o modelo psicossocial do modelo manicomial. Também será foco as perspectivas para os próximos anos, defendendo que somente por meio de um modelo de atenção psicossocial, em todos os espaços de saúde, pode-se produzir um cuidado integral. A proposta para o

evento ainda é inicial e contará com a participação de outros atores importantes da saúde mental, no cenário catarinense e brasileiro. Também se espera que os diversos serviços que compõem a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS possam contribuir com propostas para o evento.

4.4.3. CRP-SC participa de Seminário sobre Saúde Mental em Brasília

Nos dias 19 e 20 de novembro, ocorreu em Brasília o I Seminário de Saúde Mental, atividade considerada como encontro preparatório da XVI Conferência Nacional de Saúde. O CRP-12 esteve representado pela Conselheira Jaira Rodrigues. O Seminário de Saúde Mental, foi de grande relevância, pois reuniu lideranças dos conselhos de direitos, usuárias (os) da saúde mental, movimentos



sociais militantes da Reforma Psiquiátrica. O evento se propôs a qualificar estas lideranças para disparar nos estados e municípios brasileiros os debates relativos à saúde mental no processo de construção da XVI Conferência Nacional de Saúde - denominada *Democracia e Saúde* e prevista para ser realizada em Brasília, entre 04 a 07 de agosto de 2019. A participação foi fundamental também para organizar articulações nacionais em torno da construção da IV edição do *Seminário de Atenção Psicossocial* que será realizado no CRP-SC, em 2019. Em momentos de retrocessos e precarização das Políticas Públicas é imperativo defender o SUS e contribuir com a construção desta importante instância de controle social.

4.4.4. Semana da Luta Antimanicomial

Como é tradição, todo ano o CRP-12, junto com demais parceiros realiza um conjunto de ações alusivas a semana da luta Antimanicomial. Em 2018 ocorreram diversas ações entre 15 a 18 de maio, em Florianópolis. Organizada por diversos coletivos e com apoio de Centros Acadêmicos da

UFSC, o evento possui atrações variadas na UFSC, CESUSC, CRP-12 e no Centro de Florianópolis (Largo da alfândega, Câmara dos Vereadores e Instituto Arco-Íris).

Semana da Luta ANTIMANICOMIAL							
TERÇA 15/05 CESUSC		QUARTA 16/05 UFSC		QUINTA 17/05 Centro		SEXTA 18/05 Centro	
8H - 10H	Roda de conversa: O Movimento Nacional da Luta Antimanicomial - A história, princípios e desafios atuais	9H - 18H	Exposição e venda de artesanatos (Associação Fênix Rupestre)	10H - 12H	Produção de faixas e chocalhos	15H - 17H	Panfletagem no Largo da Alfandega e Oficinas
9H - 12H	Exposição e venda de artesanatos (Associação Fênix Rupestre)						
10H - 11H30	Oficinas de cerâmica	10H - 11H30	Oficina de cerâmica				
11H - 12H	Música no Pátio						
13H	Apresentação do teatro Utu Suru Baco Smica - CAPS 2 Ponta do Coral	13H	Apresentação do teatro Utu Suru Baco Smica - CAPS 2 Ponta do Coral	14H - 16H	Audiência Pública na Câmara dos Vereadores	17H	Caminhada do Orgulho Louco "Surto coletivo"
14H	Atividades do Projeto Arte Cultura e Cidadania	14H - 16H	Slam PIRADO (batalha de poesias)				
		14H - 16H	Exposições e apresentações artísticas				
			15H				Roda de Conversa: Saúde Integrada na Universidade
ORGANIZAÇÃO: CAPS AD filha e Continente * CAPS I - Biguaçu * CAPS II - Ponta do Coral * CAPS II - São José * CAPS Palhoça							
							

4.4.5. Seminário Estadual de Práticas em Saúde Mental e Desafios Intersetoriais

Evento aconteceu no Centro de Eventos da UFSC e foi promovido pelo departamento de Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da universidade com apoio do CRP-12. O evento, que debateu importantes questões relacionadas à multidisciplinaridade da área. Teve como objetivo promover este diálogo entre as partes envolvidas, não somente da saúde, assim como a educação, a assistência



social, os conselhos tutelares e as associações de bairro, pois, a questão é entender o processo do sujeitos de direito e responder se lidamos com o diagnóstico ou com atenção Psicossocial.

O evento teve a Mesa-redonda Saúde mental e atenção intersetorial: judicialização e medicalização da sociedade em tempos de crise, que contou com a participação dos professores André Luiz Strappazon, Tânia Maria Grigolo e Ana Maria Pereira Lopes. No saguão do Centro de eventos ocorreu, ainda, a exposição de pôsteres e projetos relacionados ao tema.

4.4.6. II Simpósio de Psico-Oncologia do Cepon

O CRP-12 participou do II Simpósio de Psico-Oncologia do Centro de Pesquisas Oncológicas - Cepon realizado no dia 9 de agosto, no Il Campanário Hotel, em Florianópolis. Os objetivos do evento foram debater e apresentar exemplos práticos da Psicologia aplicada em contextos de saúde. A psicóloga e vice-presidenta do CRP-SC, Pâmela dos Santos, participou de um dos painéis, onde teve a oportunidade de fazer uma detalhada apresentação do Conselho Regional de Psicologia e suas funções, assim como grupos de trabalho e comissões.

Na ocasião, foi enfatizado a necessidade de um projeto de psicologia hospitalar, visando a melhoria dos atendimentos fornecidos à população, devido aos fenômenos que interferem neste campo. A psicologia hospitalar deve ser compreendida como uma intervenção que ocorre entre o

espaço do poder médico. Destacamos a importância deste acolhimento ser pensado como uma ação, por isso, a relevância de ampliar-se o conhecimento sobre como se constituem os diferentes atores do espaço hospitalar e suas éticas. Entre as temáticas abordadas no evento estiveram: Os desafios e conquistas da psico-oncologia do Cepon; O fazer da psico-oncologia; Cuidado paliativo: aspectos bioéticos no fim da vida; Os sentimentos, entre outras.

4.4.7. I Simpósio de Psicologia Hospitalar e Psico-oncologia

No dia 20 de outubro, na Subsele Sul do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – CRP-SC, em Criciúma, foi realizado o I Simpósio de Psicologia Hospitalar e Psico-oncologia. O simpósio, que também foi evento preparatório para o Congresso Nacional da Psicologia



- CNP, contou com o apoio do CRP-SC para sua organização. A atividade, idealizada pelas psicólogas da Comissão Gestora Sul do CRP-SC juntamente com os membros do grupo de estudo de Psicologia Hospitalar e Psico-oncologia de Criciúma – GEPHPO. Contou com a participação de cerca de 60 pessoas, entre psicólogas(os), estudantes e profissionais de outras áreas que estiveram presentes no evento.

4.4.8. Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis - CMS

Posse do CRP-12 no Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis - CMS para a Gestão 2018-2021. A cerimônia aconteceu no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 27 de novembro de 2018. O CRP-SC ficou com titularidade na representação do segmento de profissionais. Conselheira titular Elisa Ferreira e Conselheira suplente Jaira Terezinha da Silva Rodrigues



4.5. PSICOLOGIA DO TRABALHO

As práticas de Psicologia organizacional e do trabalho (POT) ocupam um importante espaço no contexto da profissão e justificam a necessidade de esforços para o desenvolvimento desta área. A pesquisa do Conselho Federal de Psicologia realizada em 1988 colocava a Psicologia Organizacional como a segunda maior área de atuação dos profissionais (CFP, 1988). Em 2000, a prática denominada organizacional ou do trabalho foi tida como 3ª área de atuação, com 12,4% de profissionais (WHO & CFP, 2001).

A área vem despertando o interesse dos pesquisadores, por sua grande importância na compreensão dos aspectos envolvidos nas organizações, em gestão de pessoas e na saúde do trabalhador, podendo trazer contribuições tanto para a empresa quanto para o trabalhador e a sociedade. Diante do exposto, a POT/CRP-12 tem como objetivo fomentar discussão sobre a Psicologia Organizacional e do Trabalho, visando ações de orientação da atuação, socialização das práticas realizadas pela categoria e produção de conhecimento sobre esta área, assim como, fortalecimento político, técnico e científico das(os) psicólogas(os) que atuam no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho, apontando e marcando as diferentes perspectivas que relacionam saúde e trabalho sob uma perspectiva interdisciplinar.

4.5.1. CRP-SC reforça importância da Psicologia organizacional em reunião na Celesc

No dia 4 de maio, o presidente do CRP-12, Fabricio Raupp, e a Colaboradora do Eixo Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT/CRP-SC), Giuliana Remor, estiveram reunidos com o presidente das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), Cleverson Siewerdt. O objetivo do encontro, que aconteceu na sede da companhia em Florianópolis, foi o de reforçar a Psicologia como ciência e profissão e destacar que as(os) Psicólogas(os) são habilitados tanto ética quanto tecnicamente para atividades de recursos humanos, gestão de pessoas, recrutamento e seleção, avaliação, treinamento e desenvolvimento, além de saúde e segurança do trabalho. Na reunião foi abordado que na Psicologia Organizacional existem algumas áreas que são prioritárias da profissão, por isso, solicitamos uma postura de aplicação de cargos e salários na companhia, em função de uma multidisciplinaridade necessária para o sucesso de qualquer empresa. A atividade fez parte de outras reuniões realizadas a fim de valorizar a atuação da Psicologia organizacional.

4.5.2. CRP-SC participa do I Encontro Nacional de Comissões de Psicologia Organizacional e do Trabalho – CPOT

A sede do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR) em Curitiba/PR, recebeu no dia 12 de abril as(os) coordenadoras(es) e membros das comissões de Psicologia



Organizacional e do trabalho, do Sistema Conselhos de Psicologia, para o I Encontro Nacional de Comissões de Psicologia Organizacional e do Trabalho (CPOT). Os desafios das Comissões de Psicologia Organizacional e do Trabalho foram apresentados pontuando a realidade de cada região do Brasil. Após uma extensa discussão sobre cada um dos pontos pautados no evento, os presentes deliberaram algumas ações.

O projeto PLS 439/2015, que obriga empresas a demitir gestores sem diploma de administrador, foi uma das pautas do encontro. A nova lei irá obrigar empresas de qualquer tamanho a contratar um administrador filiado ao Conselho Regional de Administração (CRA). Com este cenário, ficou definido que a Comissão lançará uma nota de repúdio coletiva ao PLS, enviando uma carta de solicitação de posicionamento ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre a questão. O intuito da referida carta será enfatizar o posicionamento das comissões de não negociação com o CRA, no sentido de ceder área(s) de gestão de pessoas para a Administração, além da criação de uma campanha publicitária enfatizando as consequências da aprovação do PLS para a sociedade.

Sobre a pauta de articulação nacional das Comissões de Psicologia Organizacional e do Trabalho do Sistema Conselhos, ficou definido que será enviada uma carta ao CFP com a solicitação de ser criada uma Comissão de Psicologia Organizacional e do Trabalho no CFP, a qual deverá ser empossada no II Encontro Nacional de Comissões de Psicologia Organizacional e do Trabalho (CPOT).

4.6. PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

A Comissão de Direitos Humanos no Sistema Conselhos de Psicologia foi instituída em âmbito Federal desde a década de 1990, possui como grande atribuição atentar-se para as situações de violação aos direitos básicos que produzem sofrimentos, especialmente as pessoas em situação de vulnerabilidades sociais. Entre os princípios que consta no Código de Ética da Psicologia, o artigo 1º versa sobre a necessidade do respeito aos Direitos Humanos, sendo este princípio transversal a qualquer prática a ser realizada pelas(os) psicólogas(os). Cabe a Comissão desenvolver reflexões e ações sobre as questões que envolvem a prática profissional e a garantia dos direitos da população em geral. Neste sentido, temos dedicado atenção às causas que envolvem situações de violação de Direitos de diversos grupos historicamente marcados por situações de vulnerabilidades, preconceituosas e por práticas excludentes. Para cumprir com seus objetivos, no ano de 2018 realizou-se as seguintes atividades:

4.6.1. Rede de Articulação Psicologia Povos Indígenas, quilombolas, de terreiro, tradicionais e em luta por território de Santa Catarina

A Rede de Articulação: Psicologia, Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Tradicionais e em luta por território, tem o objetivo de construir uma rede de profissionais, pesquisadores, estudantes e militantes que atuam com tais populações em suas variadas lutas, tecendo outra psicologia junto dos povos de nosso continente. Em 2018 ocorreram diversas atividades, entre eles, o primeiro encontro nacional, realizado entre os dias 7 a 9 de setembro na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema-SP. Durante o encontro nacional foram apresentadas as ações realizadas em SC.

O trabalho da psicologia em conjunto com essas populações é ainda relativamente recente. Nesse período, se tornou evidente como a psicologia precisa se reinventar para atuar de forma engajada nesses campos. Nossas práticas precisam se abrir para o diálogo e aprendizado com outras culturas, conhecimentos e visões de mundos. Abaixo seguem algumas das atividades ocorridas em SC.

4.6.2. Rede de Articulação Psicologia e CRP-SC promovem rodas de conversa com indígenas

Juntamente com a Rede de Articulação Psicologia, Povos Indígenas, quilombolas, de terreiro, tradicionais e em luta por território, o CRP-12 realizou duas rodas de conversas com povos Indígenas. No sábado (07/07), a comitiva foi recebida na Terra Indígena Ibirama Laklãnô na cidade de José Boiteux pelos caciques do Povo Laklãnô Xokleng. No domingo (08/07) foi a vez de conversar com indígenas que vivem na cidade de Blumenau.



Durante a roda, as(os) psicólogas(os) apresentaram a diversidade da atuação da Psicologia, rebatendo o único conhecimento clínico acerca da profissão por parte dos indígenas. Após a apresentação das psicólogas presentes, as lideranças trouxeram algumas demandas para a categoria. Questões como a escuta clínica, dificuldades enfrentadas com a juventude na educação e sequência de estudos, além de dificuldades da economia e desenvolvimento social.

Outro ponto foi sobre os impactos da construção da barragem norte na vida cotidiana do povo indígena Laklãnô Xokleng. De acordo com os relatos, a obra causou um impacto gigantesco na nossa vida cotidiana, cultural e no nosso psicológico. Também há relatos de pessoas que deixam a



reserva indígena para estudar e trabalhar. Entretanto, ao voltar para a aldeia, em muitos casos, o retorno não é aceito. Além da visita as aldeias indígenas, também foram visitados centros de religião de matriz africana. As demandas apresentadas foram acolhidas pela rede de articulação e serão base para ações a serem desenvolvidas no decorrer do próximo ano.

4.6.3. Campanha Nacional de Direitos Humanos

Anualmente, as Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia (CDHs-CRPs e CFP) produzem campanhas nacionais para enfrentar as diversas formas de opressões e violências estruturantes da sociedade brasileira. A proposta é reafirmar o compromisso ético-político da Psicologia na promoção de transformações sociais, para garantia do direito de todas as pessoas à vida digna.

Em 2018, o eixo central da campanha é fazer contraponto aos discursos de ódio contra populações historicamente vulnerabilizadas e estimular

o respeito e ações humanizadas e humanizadoras. A campanha faz referência aos povos tradicionais, à população em situação de rua, à população negra, à população LGBT, aos usuários de drogas, às mulheres, aos usuários de serviços de saúde mental, às crianças e adolescentes vulnerabilizados e às pessoas privadas de liberdade.

A campanha deste ano foi criada considerando o cenário brasileiro de acirramento de discursos de ódio e de diversas violações de direitos fundamentais, que reflete as condições históricas, culturais, simbólicas e materiais que produzem certo ideal de humanidade no qual alguns são dignos de direitos e outros não. Todo o material da campanha foi exposto pelos espaços do CRP-12 e divulgado amplamente para a categoria.



4.6.5. Saúde mental de grupos minoritários em tempos de rupturas democráticas

Os dias 17 e 18 outubro de 2018 foram de debates e reflexões para os alunos do curso de Psicologia da Universidade do Sul da Santa Catarina – Unisul, que organizaram o evento: “Saúde mental de grupos minoritários em tempos de rupturas democráticas”. Cerca de cem pessoas participaram dos três encontros que reuniu psicólogos(os), professoras(es) e estudantes nas sedes da universidade de Florianópolis e Palhoça.

O encontro foi promovido de forma alusiva ao “Dia Mundial da Saúde Mental”, celebrado em 10 de outubro e teve como objetivo, abordar os efeitos do atual momento político na saúde mental. O evento contou com ampla participação do CRP-12, o qual problematizou a atuação profissional e o compromisso ético frente as intervenções em relação ao racismo, população LGBT e a política de álcool e outras drogas.



4.6.6. Audiência Pública sobre as políticas de imigração para o estado

O Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-SC) esteve presente na Audiência Pública sobre as políticas de imigração para o estado de Santa Catarina, realizada na Assembleia Legislativa (ALESC), na última quarta-feira, 21 de novembro. O debate foi proposto pelo deputado estadual Dirceu Dresch, coordenador do Grupo de Trabalho de Apoio aos Imigrantes e Refugiados (GTI). Durante a audiência, foram debatidos os seguintes temas: continuidade ao Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI), o projeto de lei que cria a política estadual para a população migrante, a criação do Conselho de Imigrantes e a continuidade do Grupo de Trabalho de Apoio aos Imigrantes e Refugiados.

Migrar é um direito, então é preciso um marco regulatório. Precisamos dar garantia ao



imigrante do ponto de vista da ajuda humanitária, como dos Direitos Humanos. Garantir o acesso a direitos fundamentais e aos serviços públicos e dar condições de inserção, de participação social. A psicóloga e colaboradora da Comissão de Direitos Humanos do CRP-SC, Yara Hornke, participou da ação e compreende ser

fundamental o avanço na prestação de serviço ao imigrante. Há uma inversão no entendimento do que é receber os refugiados. No GTI trabalhamos muito a questão de dar oportunidades a essas pessoas e disponibilizar a documentação de maneira desburocratizada e humanitária. A audiência reuniu autoridades, representantes de órgãos públicos e organizações da sociedade civil para debater a situação e o futuro dos imigrantes em Santa Catarina. Segundo o deputado Dresch, o fluxo de imigrantes seguirá crescendo, pois, o estado é referência de qualidade e oportunidade. Portanto, os desafios permanecem. Ele é autor do projeto de lei que cria a política estadual para a população migrante (PL 234/2018), em tramitação na ALESC.

4.6.7. Participação em audiência para debater sobre as políticas públicas para a população de rua em Santa Catarina

A audiência pública realizada na terça-feira, 6 de novembro, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, abordou políticas públicas para a população em situação de rua em Santa Catarina. Com a participação de representantes de movimentos sociais, foram realizados importantes encaminhamentos durante o



evento, entre eles a realização de um censo pelo IBGE para coletar dados sobre essa parcela da população. Outro ponto importante foi a criação de um comitê intersetorial de fiscalização que irá monitorar e acompanhar as políticas do setor no estado.

O evento foi proposto pela deputada Luciane Carminatti, através de solicitação feita CRP-SC. Na audiência, fomos representado por Nanci e pelo presidente, Fabricio Antonio Raupp, que destacaram a necessidade do constante diálogo com a sociedade para entender a realidade social, para que psicólogas(os) sejam agentes transformadores dessa realidade. A psicologia vem trabalhando na defesa para que todos transitem como cidadãos, e ao propor a audiência visou enaltecer que essas pessoas não são invisíveis, mas sim, que a sociedade se distanciou delas.

O CRP-12 ressaltou que a população em situação de rua em Florianópolis chega a mais de 800 pessoas, de acordo com a Secretaria de Assistência Social da capital. Para tanto, foi solicitada urgência na criação de políticas específicas para mulheres em situação de rua, assim como atenção à população LGBT e imigrantes. Entre outros encaminhamentos, também foi solicitado melhores condições para o Centro POP, dispositivo da rede voltado ao atendimento dessa população.

4.6.8. Comissão estadual pró-sistema de prevenção a tortura em SC

Mensalmente, este grupo composto por diferentes instituições, promove reuniões e ações estaduais voltadas à prevenção de tratamentos degradantes, desumanos em nosso território. Embora ainda não tenha sido regulamentado pelo Estado o sistema previsto na Lei Federal nº 12.847, o grupo tem cumprido com a função similar ao do comitê para pensar estratégias e diretrizes preventivas à violação de direitos em todos os



espaços de privação de liberdade (portos, instituições asilares, socioeducativas, presídios, aeroportos, comunidades terapêuticas, hospitais psiquiátricos, entre outras).

Nas reuniões tem sido abordado as violações de direitos decorrentes da conjuntura política, a realização de inspeções conjuntas, articulação de uma rede de direitos humanos, bem como, um constante diálogo com a sociedade, por meio de eventos e debates, sobre como prevenir as violações de direitos e promover uma cultura de paz. A comissão também conseguiu colocar para tramitar na Assembleia legislativa de Santa Catarina o Projeto de Lei que cria o comitê de prevenção a tortura, com o número PL./0209.5/2018. Ele passará pelas comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e Direitos Humanos. No dia 30/10/2018 foi pautado na CCJ/ALESC e atualmente está com pedido de vistas ao Deputado Dirceu Dresch. A aprovação deste projeto será uma conquista para SC, ao passo que institucionalizar um sistema de prevenção à violência e torturas nos espaços de privação de liberdade.

A Comissão Estadual Pró-Sistema de prevenção e Combate à Tortura se reúne toda 1ª sexta-feira de cada mês, na sede do CRP-12. O movimento é aberto a participação de todas as instituições de defesa de direitos que apoiam a pauta da prevenção à tortura.

4.6.9. Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas

No dia 18 de junho foi lançado, em Brasília, o relatório que reúne os resultados da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, realizada em outubro de 2017, nas cinco regiões do Brasil. O documento é uma iniciativa do



Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MPF).

No documento, consta que 28 estabelecimentos foram vistoriados em ação conjunta inédita, que mobilizou cerca de cem profissionais, em ações simultâneas nos estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal. Em Santa Catarina, o CRP-12 ficou responsável pela articulação e pela realização da inspeção. O relatório final da inspeção foi divulgado junto ao relatório nacional, disponível em:

O objetivo da ação foi de identificar situações concretas do cotidiano e das práticas adotadas nas Comunidades Terapêuticas, de modo a qualificar o debate acerca do modelo de cuidado ofertado a usuários de álcool e outras drogas – um desafio que envolve gestores públicos, profissionais de saúde e instituições voltadas à promoção e proteção de direitos.

A coleta de dados envolveu vistorias de espaços físicos, entrevistas com usuários, direção e equipes de trabalho, além da análise de documentos das instituições – voltadas especialmente à internação de usuários de drogas, embora novos públicos venham sendo incorporados, conforme apontaram os relatórios.

4.6.10. Seminário sobre o Impacto do Racismo na Saúde da População Negra

No dia 25 de julho, o CRP-12 participou do Seminário “Pelo Nosso Bem Viver - O Impacto do Racismo na Saúde da População Negra, Racismo X Saúde Mental”. O evento aconteceu no auditório da Faculdade Guilherme Guimbala – ACE, em Joinville, região norte do estado.

Um amplo debate pertinente ao tema foi realizado, levando em consideração o compromisso social e ético-político da Psicologia, além da contribuição na formação profissional. Os tópicos do debate se desenvolveram também acerca da Saúde da População Negra e os efeitos Psicossociais do racismo na vida cotidiana dessa população, contemplando as políticas públicas, panorama sócio-político brasileiro, acesso a direitos fundamentais, violação de direitos e contribuição ético-política da Psicologia.

Durante o encontro foi apresentada a Referência Técnica “Relações Raciais: referências técnicas para a prática da(o) psicóloga(o)”, destacando que o mesmo está disponível no site do CRP-SC. Participaram do evento em sua maioria psicólogas(os), além de estudantes de Psicologia e de outros cursos, interessados no tema e representantes de instituições relacionadas à temática. Registramos, ainda, a presença do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Joinville e a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Santa Catarina.

4.6.11. Oficinas sobre racismo em Chapecó, Joinville e Criciúma

Em parceria com a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadores das Relações Étnico-raciais - Núcleo de Santa Catarina (ANPSINEP), o CRP-12 promoveu as Oficinas sobre Racismo nas cidades de Chapecó, Joinville e Criciúma. Os eventos tiveram como objetivo mobilizar a categoria para pensar intervenções que priorizem a redução das desigualdades étnico-raciais e seus desdobramentos nas diferentes organizações das quais fazemos parte.

A primeira oficina foi realizada no dia 11 de maio em Joinville, no Norte do estado. No dia 25 de maio foi em Chapecó. A atividade debateu sobre os Efeitos Psicossociais do Racismo. O



evento aconteceu na Subsede Norte do CRP-SC. “A proposta foi de levar as oficinas para diferentes regiões do estado, com o objetivo de interiorizar e oportunizar um debate com qualidade técnica e ética, implicando a Psicologia numa prática antirracista”, reforçou o psicólogo e presidente da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia em Santa Catarina, Ematuir Teles de Sousa.

No dia 07 de junho foi a vez da Subsede Sul, em Criciúma, receber o evento. Na ocasião, foram apresentados Estudos de Caso de racismo: Intervenção da(o) Psicóloga(o). Sousa destacou como a Psicologia tem trabalhado as relações étnico-raciais, e como a(o) profissional psicóloga(o) precisa se preparar para compreender e atuar junto às demandas provenientes dos efeitos psicossociais do racismo. Ambos os encontros visaram a articulação da categoria de psicólogas(os) com o tema das Relações Raciais, assim como implementar ações de enfrentamento ao racismo no âmbito da Psicologia em diversos segmentos da nossa sociedade.

4.6.12. Debate Online em alusão aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

No dia 10 de dezembro, o CRP-SC, via Comissão de Direitos Humanos, conjuntamente com a Comissão Pró-sistema de Prevenção e Combate à Tortura em SC realizou o Debate Online em alusão aos 70 anos da Declaração



Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O evento abordou narrativas sobre violências, sofrimento e exclusão ocorridas na Ditadura Militar no Brasil, contando com a presença das psicólogas Yara Maria Moreira de Faria Hornke, da Comissão de Direitos Humanos do CRP-SC, e Marilena Deschamps Silveira, participante do Projeto Clínicas do Testemunho/ Núcleo SC e mediação do Conselheiro Ematuir Teles de Sousa, da Comissão de Direitos Humanos do CRP-SC, integrantes da Comissão Pró-Sistema de Prevenção à Tortura de SC.

O papel da(o) psicóloga(o) está diretamente ligado à Declaração dos Direitos Humanos. Nosso primeiro princípio de código de ética para exercer a profissão é se basear no respeito, na promoção da liberdade, igualdade, dignidade, integridade. E estas estão ligadas à Declaração dos Direitos Humanos. Quando falamos de Direitos Humanos, falamos na nossa prática científica e do nosso compromisso social em estar unidos na luta pelos direitos de todas e todos. Vale lembrar que o Brasil é o oitavo país que produz maiores riquezas no mundo, mas também o quinto país que mais produz desigualdade social. Produzimos muitas riquezas, mas não a distribuímos da melhor forma. Além de termos pessoas em miséria, somos o primeiro país que mais mata transexuais, o quinto que mais produz violência contra a mulher, e o nono país que mais assassina a sua juventude, em sua maioria negra e periférica. Com esses dados, reconhecemos que vivenciamos práticas de desigualdade social, marcadas por questões de ordem estruturais de nossa sociedade como o machismo, o racismo e a LGBTfobia.

O objetivo do evento também foi fazer um resgate da história da ditadura militar no Brasil e do cerceamento dos direitos neste período. O evento trouxe para o debate a violência de estado e os danos psíquicos tanto para aqueles que sofreram quanto para os descendentes. Se abordou sobre o papel dos meios de comunicação para disseminação dos discursos de ódio e do uso da violência para combater qualquer ideia diferente do outro. Se enfatizou o fato das redes sociais constituírem espaços de produção de verdades, sem necessitar de comprovação. As pessoas estão se acostumando a ter sua prepotência aplaudida sem precisar responder para ninguém, afirmaram as participantes. O debate na íntegra pode ser acessado no link abaixo: <https://youtu.be/l4O7EmJUSaE>

4.6.13. Debate online aprofunda questões ligadas ao racismo e à igualdade social

Evento foi transmitido no dia 21 de março, Dia internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Este foi o primeiro debate online de 2018, que teve como tema: “Qual o compromisso ético-político da psicologia nas relações raciais?”. A transmissão foi realizada na data internacional pela Eliminação da



Discriminação Racial, registrada pelas Organizações das Nações Unidas – ONU, após a morte de 69 africanos em 1960, em Joanesburgo, quando a polícia atirou contra manifestantes desarmados. Essa data é marcada pela ONU para a gente não esquecer e não repetir tais atrocidades da nossa história.

No evento foi abordada a questão histórica do Brasil, onde viveu-se um longo período de escravidão, que trouxe consequências severas para a população negra. Nos dias atuais a questão racial está muito claramente colocada a partir do assassinato da nossa querida companheira de luta, Marielle. Os objetivos do debate foram dialogar com a categoria sobre a Psicologia e as relações raciais, além de lançar o Documento “Relações Raciais - Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os)”, do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

4.6.14. CRP-SC recebe Homenagem pela sua atuação na luta pela Cidadania LGBT



No dia 28 de Agosto, o CRP-12 foi homenageado pela atuação na luta pela Cidadania LGBT. O conselheiro Ematuir Teles de Sousa esteve presente em evento que comemorou os 7 anos de existência do Coletivo Amigos & Tribos – instituição que atua na região de Balneário Camboriú com enfoque nos direitos de pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Na ocasião o CRP-SC foi uma das entidades homenageadas pelo Coletivo, que reconhece a contribuição da autarquia na luta pelos direitos e cidadania de pessoas LGBTs.

Para o CRP-SC receber este prêmio reconhecendo a sua atuação na promoção da cidadania LGBT é motivo de muito orgulho, mais ainda por que o reconhecimento vem de segmento do movimento social, ou seja, das próprias pessoas que vivenciam no seu cotidiano as mazelas de uma sociedade excludente. Esse reconhecimento nada mais é que a afirmação dos princípios do Código de Ética da(o) Profissional da Psicologia, principalmente no que tange aos Direitos Humanos e na responsabilidade social de atuar contra quaisquer formas de negligência, discriminação, violência e opressão

O CRP-12 conta com um Grupo de Trabalho específico sobre Gênero e Sexualidades – GT Gênero e Sexualidades, fazem parte deste GT a conselheira Pâmela dos Santos, o conselheiro Ematuir Teles de Sousa, a colaboradora Marília dos Santos Amaral e o colaborador Daniel Kerry. Grande parte deste reconhecimento advém do trabalho desenvolvido por este Grupo de Trabalho que tem suas ações referendadas pelo IX Plenário do CRP-SC.

4.6.15. Combate à violência contra a Mulher

No dia 6 de dezembro, o CRP-SC realizou a reunião aberta da comissão Mulheres e Psicologia, evento que fez parte da campanha internacional “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. Com o tema “A Psicologia no Enfrentamento das violências contra as mulheres”, foi organizada uma roda de conversa

que contou com a participação de quinze mulheres. A conselheira presidenta da Comissão Mulheres e Psicologia, Pâmela S. dos Santos, e a psicóloga colaboradora, Paula Lopes, mediaram o grupo, apontando dados sobre a relevância das mulheres na Psicologia, reafirmando o posicionamento do Conselho pela eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, principalmente contra as mulheres.

Ao todo, somos em quase onze mil psicólogas no estado e aproximadamente mil e quinhentos psicólogos. Esse número mostra que a Psicologia é exercida majoritariamente por mulheres, e ainda assim, temos pouca representatividade. É preciso rever e reposicionar a Psicologia, que em sua origem foi elitista e individualizante, mas que tem como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, portanto, está comprometida com as políticas públicas e os movimentos sociais.



Desta forma, o Conselho apoia e seguirá apoiando intervenções que estejam voltadas para a proteção e promoção de autonomia e liberdade para todas as mulheres e conta com a participação da categoria no engajamento em relação a essas causas.

4.6.16. Campanha do Ônibus Lilás – Combate a violência contra a mulher

A campanha do Ônibus Lilás é resultado da parceria entre os governos federal, estadual e municipal para a promoção de ações de enfrentamento às violências contra as mulheres. O projeto itinerante tem como foco o acesso de populações de mulheres quilombolas, do campo e das águas, por esse motivo, em



Florianópolis os bairros que receberam o ônibus lilás foram Ratones, Rio Vermelho e Campeche, em três dias de ação no mês de setembro. Além das ações coletivas, o projeto do Ônibus Lilás também prevê atendimentos individuais com advogadas, assistentes sociais e profissionais da saúde e assistência às mulheres participantes.

O CRP-12, enquanto membro do Conselho Estadual de Direitos da Mulher de Santa Catarina – CEDIM SC, esteve presente nas ações do ônibus em Florianópolis, com a participação da psicóloga Paula Helena Lopes, colaboradora da Comissão Mulheres e Psicologia e representante da autarquia no CEDIM.

4.7. PARTICIPSI – POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO E COLABORAÇÃO DO CRP-12

A gestão do CRP-12, com vistas a pensar novas configurações para este projeto existente desde 2014, promoveu mudanças no projeto para 2018. Dentre elas, o nome, foi alterado para "ParticipSI". Chegou-se a esse neologismo para evocar não só a possibilidade de participação em espaços estabelecidos pelo CRP-SC, mas também o engajamento das pessoas trazendo algo de si mesmas para construir este espaço: "do particular ao coletivo e do coletivo ao particular".

A Política de Participação e Colaboração, agora denominada ParticipSI, é uma ação baseada na gestão democrática e participativa com envolvimento político da categoria na construção da Psicologia. Visa constituir grupos em diferentes regiões do estado de Santa Catarina, que se reunirão de forma sistemática, conforme calendário prévio.

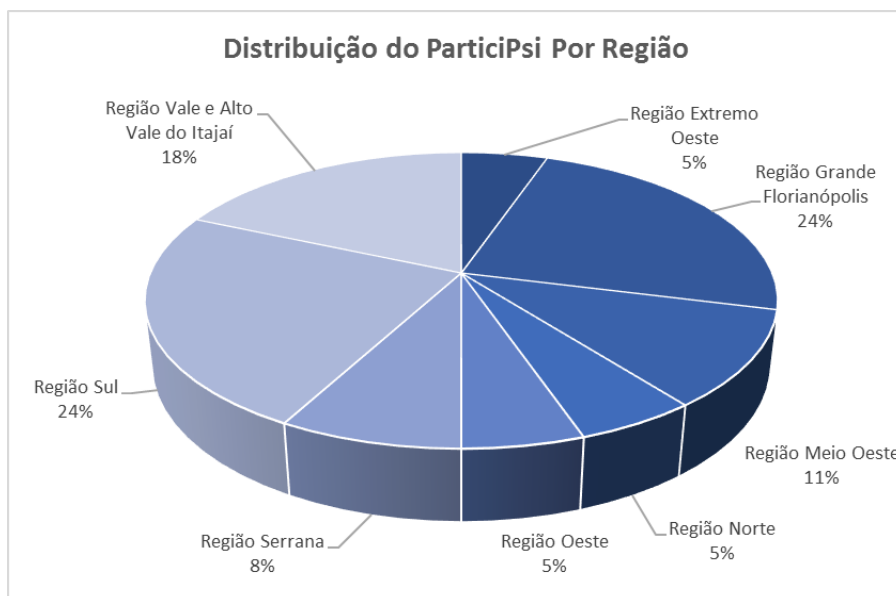
Tem por objetivo formar uma rede de interlocuções com a categoria para qualificar política e tecnicamente Psicólogas(os) colaboradoras(es) participantes, ampliando o diálogo sobre as demandas das diferentes áreas de atuação da Psicologia no Estado.

Seguindo esta mesma ideia de renovação, o projeto gráfico também foi remodelado, dando ênfase aos temas dos encontros. Assuntos estes que são sugeridos pelas(os) próprias(os) participantes das atividades. Os polos também foram repensados: de modo a atingir um maior número de cidades, alguns polos serão itinerantes – e não mais teremos polos fixos em 13 cidades. Foi criado, por exemplo, o polo Oeste/Extremo Oeste – ou seja, os encontros podem acontecer, a cada rodada, em alguma das diversas cidades da região (Chapecó, São Miguel do Oeste, Xaxim, e assim por diante). Dessa forma é possível manter o dinamismo que o projeto exige.

A principal área de atuação do ParticipSI é o controle social (Conferências, Conselhos, Sociedade civil organizada), na política profissional (Associações, formação, gestão e Sindicato) e na multiplicação dos debates e ações realizadas (com outros Profissionais, Instituições e Sociedade civil). Promovendo a operacionalização das políticas e ações do Sistema Conselhos de Psicologia sob a coordenação e diretrizes políticas do Plenário do CRP-12.

Em relação a participação, todos os eventos somaram um total de 1339 inscrições para participar das atividades. O número significativo revela que houve uma grande movimentação no Estado catarinense a fim de debater sobre assuntos de interesse da categoria. Também

ressaltamos a distribuição das ações de forma regionalizada, atendendo todo o Estado, conforme mostra o gráfico ao lado:



A amplitude dos temas mostram a diversidade da psicologia catarinense. Durante todo ano, foram debatidas diversas temáticas que para além de promover o diálogo entre a categoria, propicia subsidiar as ações do CRP-12. Os temas debatidos e as datas dos encontros seguem abaixo:

4.7.1. 1º Encontro do ano nos Polos Regionais do ParticiPsi

Data	Horário	Cidade	Tema do Encontro
03/03	09h às 12h	São Miguel do Oeste	Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional
06/03	18h30 às 22h	Itajaí	PL sobre a terceirização de Psicólogas(os) e assistentes sociais no TJSC
06/03	18h30 às 22h	Rio do Sul	Roda de conversa - Qual o lugar da psicologia, em seus diferentes campos de atuação, no cenário de desigualdades e violências contra as mulheres?
12/03	18h30 às 22h	Joinville	A atuação da psicóloga (o) em casos de violência contra a mulher
12/03	18h30 às 22h	Caçador	Psicologia e Mulheres
14/03	18h30 às 22h	Blumenau	Psicólogo(a), Publicidade e Mídia
15/03	19h às 22h	Orleans	A Psicologia e o SUS: desafios, contribuições e perspectivas
20/03	18h30 às 22h	Grande Florianópolis	Qual o lugar da psicologia frente aos processos midiáticos e aos discursos de ódio na conjuntura

21/03	14h às 17h	Lages	Avaliação psicológica no contexto jurídico e na segurança pública
22/03	18h30 às 22h	Balneário Camboriú	A atuação da(o) psicóloga(o) por meios tecnológicos
27/03	19h às 22h	Tubarão	Atuação da(o) Psicóloga(o) no SUAS
24/03	09h às 11h	Chapecó	Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional
22/03	19h às 22h	Criciúma	Psiquiatria e patologização da infância e sua influência no cotidiano escolar

4.7.2. 2ª Encontro do ano nos Polos Regionais do ParticiPSI

Data	Horário	Polo	Cidade	Tema do Encontro
08/05	14h	Lages	Lages	Subjetividades: o que é o humano para a psicologia?
10/05	18:30h	Blumenau	Blumenau	Aspectos Éticos, Morais, Econômicos e Filosóficos e suas contradições no fazer da(o) Psicóloga(o)
10/05	18:30h	Litoral Norte	Balneário Camboriú	Orientações para a divulgação da atuação do Psicólogo
15/05	18:30h	Grande Florianópolis	Grande Florianópolis	Mobilização Coletiva e Participação social de Psicólogos(os)
17/05	19h	Orleans	Orleans	Atuação da(o) Psicóloga(o) no contexto Jurídico: depoimento especial
21/05	19h	Caçador	Caçador	Psicodiagnóstico e sua questão ética
07/06	14h	Criciúma	Criciúma	A(o) Psicóloga(o) e atuação sobre as relações raciais
08/06	19h	Rio do Sul	Ituporanga	O Compromisso ético-político da Psicologia em Relação às questões de gênero e sexualidades
14/06	19h	Tubarão	Tubarão	A contribuição da Psicologia no trabalho multidisciplinar
20/06	18:30h às 22h	Oeste/Extremo Oeste	Concórdia	O Compromisso ético-político da Psicologia em Relação às questões de gênero e sexualidades (Ematuir).

4.7.3. 3º Encontro do ano nos Polos Regionais do ParticiPSI

Data	Horário	Polo	Cidade	Tema do Encontro
16/08	18:30h	Lages	Lages	Cine Debate: Nise, o coração da loucura: Psicologia e Saúde Mental em Tela
13/09	18:30h	Blumenau	Blumenau	Ato Médico, PL's, PEC's: Impacto sobre o fazer da Psicóloga(o).

19/09	19h	Orleans	Orleans	Empreendedorismo, Publicidade e marketing na Psicologia.
20/09	18:30h	Grande Florianópolis	Florianópolis	Valorização e reconhecimento social da(o) psicóloga(o) no contemporâneo
20/09	18:30h	Vale Litoral	Itajaí	Suicídio e as implicações para a atuação das(os) psicóloga(os)
28/09	13:30h	Oeste/Extremo Oeste	Caçador	Orientações éticas e técnicas para o exercício profissional
18/10	19h	Criciúma	Criciúma	Precarização das Políticas Públicas
28/09	14h	Oeste/Extremo Oeste	Xanxerê	Transborde da Justiça
03/10	19h	Tubarão	Tubarão	Política de Álcool e outras drogas
10/10	19h	Joinville	Joinville	O compromisso ético-político da psicologia no enfrentamento das violências contra as mulheres
25/10	14h	Oeste/Extremo Oeste	Joaçaba	O compromisso ético-político da psicologia no enfrentamento das violências de gênero
03/10	18:30h	Rio do Sul	Rio do Sul	Efeitos psicossociais do racismo
30/10	18:30h	Vale Litoral	Balneário Camboriú	Psicologia: Um fazer solitário?
20/11	18:30h	Vale Litoral	Itapema	Psicologia: Há um lado exato desta ciência tão humana?

4.8. CONTRIBUIÇÕES DO CRP-12 PARA A PSICOLOGIA LATINO-AMERICANA

4.8.1. VII Congresso da Associação Latino-Americana para Formação e Ensino em Psicologia (ALFEPSI)

O 7º Congresso da Alfepsi da Associação Latino-Americana para Formação e Ensino em Psicologia (ALFEPSI) foi realizado em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP). O evento aconteceu entre os dias 05 e 08/09, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A abertura do evento problematizou a dicotomia inclusão/exclusão: desigualdades e formação em Psicologia, foi organizada com o objetivo discutir temas relativos às estratégias promotoras de inclusão ou exclusão e as desigualdades presentes na formação de psicólogos. A colaboradora do CRP-12 Eliz Marine Wiggers apontou em sua fala as questões de gênero e a orientação sexual, enfatizando as práticas sociais, a dimensão dos direitos humanos e os aspectos éticos envolvidos, de modo a considerar os preceitos a serem assegurados no ensino de Psicologia.

O Congresso da reafirmou o compromisso de ampliar diálogos, buscando a construção coletiva de saberes emancipadores, que tomem nossas realidades, nossos dilemas e potencialidades, como referências e razão de existir, e nesse sentido, Psicólogas e Psicólogos, Docentes e Pesquisadoras/es, estudantes de Psicologia, instituições e entidades parceiras participaram intensamente do evento.

EIXO III

AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO ESTADO DE GARANTIA DE DIREITOS

O último Eixo compreende as relações da Psicologia com o Estado e com a sociedade, em que a ampliação e qualificação do exercício profissional se articula com questões para além das políticas institucionais e relações entre a categoria. Refere-se ao delineamento de um Projeto Político que busque o enfrentamento das urgências sociais, respostas para as constantes violações de direitos humanos, questionamentos ao sistema poder-dominação-privilégios, e que, contribua para uma sociedade mais democrática e com igualdade, a partir do reconhecimento do direito a todos, da promoção de novas subjetividades e de possibilidades de singularização.

5.0.1. Nota de posicionamento do CRP-12 sobre a escuta especializada e o depoimento especial

O Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região é uma autarquia federal de direito público, instituída pela Lei Nº 5.766/71 e regulamentada pelo Decreto Nº 79.822/77, tendo por finalidade orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão de psicóloga(o), bem como zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão.

O Conselho Federal de Psicologia emitiu, em 24/01/2018, a Nota Técnica 1/2018 que versa sobre os impactos da Lei nº 13.431/2017 na atuação de psicólogas(os). Considerando que, por meio dessa Nota, o CFP recomenda que, dentre outras questões a serem observadas, essas/es profissionais não realizem inquirição de crianças e adolescentes por meio do depoimento especial, o IX Plenário do Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região vêm a público expressar seu posicionamento.

Nessa direção, destaca-se que:

1. O Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o) (Res. CFP 10/2005) estabelece em seus princípios fundamentais que o trabalho de psicólogas(os) deve ter como base a garantia de Direitos Humanos. Assim, toda a prática, em qualquer área de atuação, o que inclui a Psicologia Jurídica, precisa ser balizada nesse preceito;
2. Conforme disposto no art. 12 da Lei 13.431/2017 inciso II, o depoimento especial tem por finalidade “a elucidação de fatos”, ou seja, com este procedimento pretende-se a afirmação da ocorrência de fatos, os quais são tratados pelos procedimentos jurídicos;
3. Entendendo-se a subjetividade como o objeto dos saberes/fazer da Psicologia, a práxis das/os profissionais em todos os espaços de atuação exige processos estruturados e planejados com vistas ao acolhimento, a avaliação, o acompanhamento e o desenvolvimento processual dos fenômenos psicológicos – individuais e relacionais – dialeticamente. Portanto, os relatos de experiências vivenciadas, quando acessados por psicólogas(os), são necessariamente analisados e compreendidos à luz da complexidade de questões culturais, econômicas, políticas e históricas que se constroem continuamente;

4. Os diferentes equipamentos e serviços na área de saúde, assistência social, educação, segurança pública e justiça possuem finalidades específicas a serem cumpridas, as quais devem ser consideradas em conjunto com as prerrogativas que embasam a profissão como, por exemplo, o Código de Ética Profissional da(o) Psicóloga(o). Nesse contexto, entende-se que as práticas de cuidado são desenvolvidas numa perspectiva intersetorial, onde diferentes profissionais são convocados/os a oferecer suas possibilidades de intervenção para que, em conjunto, se possa promover contextos de proteção aos direitos e ao desenvolvimento saudável, principalmente, de crianças, adolescentes e suas famílias. A Psicologia se insere e é parte desse cenário, tendo em vista sua potencialidade de ação. Por outro lado, precisa ter suas especificidades metodológicas e técnicas respeitadas, posto que o trabalho que se propõe a intervir no campo da subjetividade deve levar em conta a complexidade com que os fenômenos psíquicos emergem, são acessados, compreendidos e abordados ao longo do tempo. Em outras palavras, em vez de asseverar a veracidade de um fato, cabe à/ao psicóloga(o) compreender as diversas nuances que o envolvem, os múltiplos discursos e pessoas envolvidas, assim como o modo como se produz na história pessoal, familiar e comunitária de cada sujeito, oportunizando formas de cuidado e proteção que correspondam ao objeto dessa ciência e profissão. Ademais, a(o) psicóloga(o), neste contexto, é uma/um profissional capaz de contribuir com **subsídios (perícia)** para que a tomada de decisão sobre a veracidade ou não dos fatos, competente ao Sistema de Justiça, esteja alicerçada em informações fidedignas;
5. No caso específico do trabalho com crianças e adolescentes, compete ressaltar que, por se tratarem de sujeitos em fases iniciais de desenvolvimento, há, ainda, peculiaridades que precisam ser analisadas, tanto no sentido de observar suas condições em termos de ciclo vital para conferir tais informações, quanto a sua possibilidade de compreender as consequências de efetivar relatos nestes contextos;
6. A redução da psicologia à escuta de uma fala literal para fins exclusivos de produção de provas testemunhais desqualifica a potencialidade de ação dessa profissão, precariza o trabalho oferecido por essas/es profissionais e pode, ainda, aviltar direitos à população. Nessa direção, compreende-se que a proteção e promoção de direitos envolve uma reflexão e articulação de diferentes setores que estejam empenhados em acolher a integralidade dos sujeitos e os

diversos campos que compõem a sua subjetividade. Práticas que fragmentam e reduzem a criança e o adolescente a um instrumento de acesso a uma verdade sobre um fato, retiram deles/as a oportunidade de contar com uma atuação profissional que respeite a singularidade na direção da cidadania e emancipação dos sujeitos;

7. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, é capaz de auxiliar a promoção e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências. Contudo, frente às interpretações sobre o fenômeno em tela expressos nos conceitos, na proposição de métodos e atribuições de funções conforme a Lei 13.431/2017, não se encontra lugar para a práxis das(os) psicólogas(os) , especialmente no tocante ao depoimento especial. Como resposta possível a essa demanda, entende-se que a Psicologia possui instrumentos de intervenção, a exemplo das avaliações psicológicas e dos documentos decorrentes destas. Se a atuação das(os) psicólogas(os) é chamada a contribuir na produção de provas, quando isto se fizer possível, que estas sejam técnicas;

Diante da complexidade do tema e de seus impactos na sociedade, bem como da necessidade de construir com a categoria caminhos de atuação com base na técnica, ética e crítica, o CRP-12 se posiciona publicamente ratificando a Nota 01/2018 do CFP, somando-se a ela as reflexões acima enumeradas.

5.0.2. NEPAS vem a público manifestar seu veemente repúdio aos cortes de orçamento no SUAS e à consequente precarização da Política Pública de Assistência Social

A Política de Assistência Social continua sujeita a graves cortes no orçamento. A proposta orçamentária apresentada pelo Governo Federal para 2019 contém severas restrições ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Análise do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS aponta que os cortes propostos para o SUAS para o próximo ano chegam a quase 50% do que é realmente necessário para continuidade dos trabalhos, e que somados aos cortes já realizados em 2018, colocam em risco a execução dos Serviços e Benefícios do SUAS.

Diante disso, entendemos que tal corte é inaceitável e requer ampla denúncia e reivindicação de profissionais, usuárias/os e da população em geral.

Portanto, o Núcleo de Política da Assistência Social - NEPAS, do CRP-SC, vem a público manifestar seu veemente repúdio aos cortes de orçamento no SUAS e à consequente precarização da Política Pública de Assistência Social. Reiteramos nossa defesa intransigente do SUAS como direito das/os usuárias/os e a manutenção integral dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais.

5.0.3. Nota orientativa - Avaliação Psicológica em Concurso Público da Prefeitura Municipal de Araquari

O CRP-12 está em diálogo com a Prefeitura Municipal de Araquari para discutir sobre o documento solicitado às/aos candidatas/os aprovadas/os em concursos vigentes, os quais não estão coerentes com as normas e os parâmetros éticos e técnicos da Psicologia.

Os editais Nº 01, 02, 03 e 04/2018 requerem, para os exames de saúde pré-admissionais, a apresentação de documento intitulado “psicotécnico”. Como os editais não indicam a previsão legal para a avaliação psicológica dos cargos e nem a finalidade do procedimento, e dessa forma não atendem aos parâmetros mínimos da profissão, o CRP-12 considera que estes documentos não têm validade técnica e, quando emitidos por psicólogas(os), podem resultar em possíveis faltas éticas. Isto é particularmente importante de ser observado face ao fato de que a ausência de diretrizes especificadas para a atuação profissional nessa condição pode acarretar prejuízos, especialmente, à população atendida.

Para cumprir sua função de zelar pela profissão e diminuir possíveis impactos às/aos candidatas/os aprovadas/os, o Conselho enviou o Of. nº.169-2018/COF-DIR-CRP-12 à Prefeitura Municipal de Araquari (acesse a íntegra), elucidando sobre os parâmetros normatizados pela Resolução CFP nº 002/2016 e requerendo que os editais sejam alterados no sentido de retirar a exigência de apresentação deste documento.

A Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP-12 recomenda à categoria que acesse as normativas da profissão e somente assumam responsabilidades quando houver capacitação técnica, ética e pessoal para tanto. Nesse contexto, orienta-se a leitura do Código de Ética Profissional do Psicólogo, bem como das Resoluções CFP Nº 007/2003 e 02/2016 (disponíveis no site do CRP-12).

A avaliação psicológica é importante instrumento para Concursos Públicos, contribuindo para a identificação de aspectos psicológicos da(o) candidata(o) em correlação com as atividades a serem desempenhadas e a profissiografia do cargo. Para que este objetivo seja alcançado, são necessárias condições mínimas, tais como:

- Participação de psicólogas(os) habilitadas/os (inscritas/os e ativas/os junto ao CRP da jurisdição do certame) na banca responsável pela elaboração e execução da etapa de avaliação psicológica do concurso;

- Aprimoramento técnico para escolha de instrumentos, apuração dos resultados e elaboração de documentos;
- Elucidações no Edital sobre: o objetivo, os construtos/dimensões psicológicas que serão avaliadas e os procedimentos para interposição de recursos;
- Publicação dos resultados por relação nominal de candidatas/os aprovadas/os;
- Direito a entrevista devolutiva aos/às candidatos/as reprovados/as;
- Etapa recursal prevendo assessoria técnica e Banca Revisora.

Por fim, destaca-se que tais quesitos são fundamentais tanto para a execução da avaliação psicológica em si quanto para a elaboração de documentos psicológicos decorrentes do processo desenvolvido pela(o) profissional, uma vez que a análise de elementos psicológicos requer planejamento adequado e direcionado ao(s) contexto(s) de atuação.

5.0.4. Nota de Posicionamento contrário ao Projeto de Lei 1748/2018, denominado de "Creche e Saúde Já

O IX Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região (CRP-12), reunido em Plenária Ordinária no dia 21 de abril de 2018, manifesta publicamente seu posicionamento contrário ao Projeto de Lei 1748/2018, denominado de "*Creche e Saúde Já*", apresentado em regime de urgência na câmara de vereadores pelo prefeito Municipal Gean Loureiro. O presente projeto tem por objetivo repassar a administração de creches, unidades de saúde e outros serviços para as chamadas "Organizações Sociais (O.S.)".

As O.S., constituem-se em empresas de direito privado, supostamente sem fins lucrativos, que recebem os recursos públicos para administrarem serviços públicos. Criadas pela Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998, permitem a celebração de contratos com o poder público. A execução do contrato com a O.S. será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora, ou seja, pela própria prefeitura. Como trata-se de uma instituição de direito privado, dispensa-se os processos licitatórios e flexibiliza a contratação de trabalhadoras(es) sem concurso público. Vai na contramão da Constituição Federal ao se propor a privatizar serviços essenciais de saúde. Além disso, desrespeitam os espaços de controle social do Sistema Único de Saúde e do Sistema de Educação, não garantindo a prestação de contas adequada, com transparência no uso dos recursos públicos.

Alguns exemplos de instituições públicas administradas por O.S. têm mostrado que na prática não trazem soluções aos serviços essenciais à população. Um exemplo é o Hospital Universitário da UFSC e o Hospital Florianópolis que após administração por organizações sociais, continuam a apresentar os problemas já existentes, somando ainda severos questionamentos quanto à prestação de contas e ao cumprimento do contrato. No caso do Hospital Florianópolis a situação ficou tão calamitosa que o próprio Governo estadual foi obrigado a quebrar o contrato com a empresa.

A Prefeitura de Florianópolis está com uma agressiva campanha publicitária para colocar a população contra os servidores municipais, que se encontram em greve por conta do projeto. Embora, a publicidade peça participação da população, o projeto foi encaminhado com regime de urgência, sem fazer qualquer debate prévio com a população florianopolitana. Entendemos que a precarização das políticas públicas, dos direitos sociais não representa uma ação isolada, elas estão em consonância com um cenário maior de ataques aos direitos e à democracia, tanto no contexto

federal quanto em outros municípios catarinenses”. Nesse sentido, o CRP-12 presta solidariedade aos trabalhadores públicos municipais, em especial, as(os) psicólogas(os) que estão em greve lutando pelo direito a uma saúde e educação de qualidade para todas/os. Além disso, reafirmamos nosso posicionamento contrário às ações que colocam em risco as políticas públicas, como privatização e terceirização de serviços públicos, contra a precarização das condições de trabalho e a retirada de direitos já conquistados.

Frente ao exposto, solicitamos ao senhor Prefeito de Florianópolis que retire de tramitação o referido projeto de lei, e caso isso não ocorra que os senhores vereadores rejeitem o projeto.

5.0.5. Nota De Repúdio ao Descaso Com as Pessoas Indígenas Migrantes

O Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região -CRP-12, por meio de sua Comissão de Direitos Humanos – CDH, que atua na defesa de pautas vinculadas à garantia de direitos, das políticas sociais, da dignidade humana, manifesta o seu REPÚDIO acerca de como as autoridades públicas têm tratado as pessoas indígenas.

Entre as medidas relacionadas à migração da população indígena para a Capital Catarinense, estava a decisão de construir uma casa de passagem e de acolhimento à população indígena. Foi disponibilizado o Terminal Urbano do Saco dos Limões - TISAC para esta passagem pela capital, em período de temporada. A responsabilidade por garantir estrutura mínima necessária ficou compartilhada entre a União, a Prefeitura do Município de Florianópolis, o Governo do Estado de Santa Catarina e a FUNAI. De modo a garantir as condições necessárias para a permanência da população indígena e a venda de seus artesanatos durante o período de verão.

Compreendemos que a decisão de disponibilizar o terminal urbano desativado é indigna, pois além de ferir Direitos Humanos, não representa sequer uma ação paliativa. Isso apenas expressa a falta de implementação das políticas públicas já firmadas para garantir os direitos fundamentais desta população. Neste sentido, cobramos por parte destes órgãos, vontade política para tomar as devidas providências e convocamos as(os) defensoras(es) de direitos humanos, bem como a categoria de Psicólogas(os), a atuarem na defesa e garantia dos direitos da população indígena.

Informações foram apreciadas na Plenária Ordinária de 30 de março de 2019. Na oportunidade, as(os) conselheiras(os) realizarão considerações e na sequência aprovarão o Relatório de Gestão por unanimidade.

FABRICIO ANTÔNIO RAUPP
Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região
Conselheiro Presidente

RUDINEI LUIZ BELTRAME
Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região
Assessor da Diretoria e de Políticas para a Profissão

